



**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS**

**GRÃO-CHANCELER**

D. Gilberto Pereira Lopes

**MAGNÍFICO REITOR**

Prof. Eduardo José Pereira Coelho

**VICE-REITORA PARA ASSUNTOS ACADÊMICOS**

Profª Vera Sílvia Marão Beraquet

**VICE-REITOR PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS**

Prof. Gilberto Luiz Moraes Selber

**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS**

Prof. Ruy Rodrigues Machado

**Endereço para Correspondência:**

Revista Notícia Bibliográfica e Histórica  
Caixa Postal 1539 – 13100 – Campinas, SP

# NOTÍCIA BIBLIOGRÁFICA E HISTÓRICA

Responsável

**ODILON NOGUEIRA DE MATOS**

Pontifícia Universidade Católica de Campinas

---

**ANO XXI – Nº 134**

**ISS-0101-4919**

**ABRIL/JUNHO/1989**

---

## SUMÁRIO

### Artigos

- Roteiro bibliográfico de precioso códice jesuítico . . . . . 95  
Odilon Nogueira de Matos
- Por terras e águas de Santa Catarina no século XVIII com o Barão  
de Bohm . . . . . 99  
Maria Regina Boppé
- Influência inglesa no processo de colonização hispano-americano . . . 108  
Aldo Dermeval do Rio Branco Fernandes, Cel
- Luiz Correia de Melo e seu dicionário . . . . . 118  
Hélio Damante
- Na década dos anos 80 a atualidade da Revolução de 1930 . . . . . 120  
Maria Lúcia de Souza Rangel Ricci
- O que era o "Continente" . . . . . 122  
Barbosa Lessa
- O antigo Asilo de Inválidos na administração Orosimbo Maia . . . . . 128  
Dúrlío Battistoni Filho
- Um pouco da China antiga . . . . . 139  
João Ribeiro Júnior

Sobre "A Difícil Arte de Ser Franciscano" . . . . .	141
Luiz de A. Nogueira Porto	
<b>Registro Bibliográfico.</b> . . . . .	143
<b>Periódicos</b> . . . . .	147
<b>Noticiário</b>	
Tombamento do "Casarão" de Joaquim Egídio. . . . .	150
Santa Casa doa arquivo para o Centro de Memória. . . . .	153
Lamentável descuido "ferroviário" . . . . .	153
Feminismo em Pernambuco no século XIX. . . . .	154
<b>Um pouco de música</b>	
Composições inéditas do Pe. José Maurício . . . . .	156
Bach nas Minas Gerais no século XVIII?. . . . .	157
<b>Memória Campineira</b>	
Presença portuguesa em Campinas . . . . .	159
<b>Textos</b>	
Projeto de Abolição . . . . .	162
Ruy Barbosa	
Carta do Atlântico. . . . .	164
Franklin D. Roosevelt e Winston S. Churchill	
<b>Vultos da Historiografia Brasileira: Américo Brasiliense.</b> . . . .	166
<b>Seleta</b>	
O espírito republicano em São Paulo. . . . .	169
Américo Brasiliense	
<b>Rabiscos de um Escrevinhador</b>	
Do gramado aos arquivos . . . . .	172
Ainda o velho e elegante Marcos. . . . .	173
Rêcordando Noraldino Lima . . . . .	174
Pelo Rio São Francisco. . . . .	175
Retrato da Paraíba. . . . .	176
De São Paulo ao Paraná no século passado . . . . .	177
Odilon Nogueira de Matos	

# ROTEIRO BIBLIOGRÁFICO DE PRECIOSO CÓDICE JESUÍTICO

Odilon Nogueira de MATOS

Ao Pe. Hélio Abranches Viotti SJ, a quem se deve a mais recente edição do texto aqui registrado.

Ao ensejo do aparecimento de mais uma edição de precioso códice jesuítico quinhentista, qual o relato do Padre Quirício Caxa sobre Anchieta, cremos oportuno recordar algo da vida e obra desse apóstolo de Santo Inácio no Brasil e da trajetória de sua obra. Com efeito, o padre Quirício Caxa vinculou seu nome à historiografia brasileira por ter sido o primeiro biógrafo de Anchieta. Um ano após o falecimento do grande missionário, portanto em 1598, Quirício Caxa compôs, por incumbência do padre Pero Rodrigues, sua **Breve relação da vida e morte do padre José de Anchieta**, precioso códice que permaneceu inédito até 1934, quando, por iniciativa do padre Serafim Leite, foi publicado na revista "Brotéria", de Lisboa.

Não é muito o que se sabe de Quirício Caxa. O próprio Serafim Leite, o maior historiador da obra jesuítica no Brasil, e que dele cuidou, inclusive divulgando-lhe a obra, não teve muito o que dizer sobre ele. Sabe-se que ingressou na Companhia de Jesus em 1559, vindo para o Brasil na sétima leva de missionários, em 1563. Pregador de fama, também foi professor de teologia, chegando a vice-reitor do Colégio da Bahia. Desempenhou importantes tarefas no campo missionário a que se consagrou. O padre Serafim Leite chega a afirmar que, depois da morte de Nóbrega, era Caxa quem resolvia todos os problemas difíceis da Companhia — e que deveriam ser muitos — na província do Brasil. Viveu trinta e seis anos em nosso País, tendo falecido em 1599, poucos meses depois de haver-se desincumbido da tarefa que lhe confiara Pero Rodrigues, e da qual resultou a primeira biografia de Anchieta. Era de nacionalidade espanhola, mas de formação portuguesa, tal qual seu biografado.

Ao padre Serafim Leite, conforme já se indicou, devemos a primeira publicação do precioso manuscrito de Quirício Caxa, no volume XVIII da revista portuguesa "Brotéria", de 1934. Valorizou o ilustre jesuíta a sua publicação com anotações elucidativas de caráter biográfico. Pouco depois, em 1937, Serafim Leite publicou-o novamente em seu livro **Páginas de História do Brasil**, volume 93 da preciosa coleção "Brasiliana", da Companhia Editora Nacional, de São Paulo. Insere-se o texto de

Quirício Caxa entre as páginas 147 e 184 do importante livro que tantas novidades trouxe para o conhecimento de nossa História.

Mais sete edições mereceu o livrinho do padre Quirício Caxa, que arrolaremos a seguir. A terceira, em 1942, pela Biblioteca do Porto, num volume intitulado **Memorial de várias cartas e cousas de edificação da Companhia de Jesus**, pp. 125 a 147, reconstituído o texto pelo bibliotecário José Pinto.

A quarta, em 1946, pelo Serviço de Documentação do antigo Ministério da Educação e Saúde, integrando a "Coleção Brasileira de Divulgação", série I, nº 2, opúsculo de 42 páginas. Consta apenas do texto, sem qualquer prefácio, introdução ou nota explicativa e tem como título simplesmente **José de Anchieta**.

A quinta edição foi inserida em "Autores e Livros", publicação dirigida por Múcio Leão, originalmente como suplemento literário do jornal "A Manhã", do Rio de Janeiro e, posteriormente, como publicação avulsa. O fascículo 9 do volume IX, correspondente ao dia 26 de setembro de 1948, foi quase todo consagrado ao padre Quirício Caxa, nele se transcrevendo integralmente a edição do Ministério da Educação, anteriormente referida (inclusive com a reprodução em clichê de sua capa), o que levou o redator de "Autores e Livros" a julgar que a **Breve Relação** (título original) constitui trabalho diverso da biografia anchietana, pois esta, na edição utilizada, teve o título simplificado para **José de Anchieta**, como já lembramos.

A sexta edição, promovida por Joaquim Ribeiro, foi publicada pela Secretaria de Cultura da cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal. Não traz data, nem na página-de-rostro, nem na capa, nem no prefácio, nem no colofão, enfim em parte alguma. Todavia, parece ser de 1957, quando prefeito do Rio de Janeiro Negrão de Lima. O padre Hélio Abranches Viotti SJ, citando-a em sua biografia de Anchieta (1966), atribuiu-lhe a data 1957, porém colocando-a entre parênteses, o que, em bibliografia, significa que ela não figura no volume. Joaquim Ribeiro criticou as edições anteriores, sob o aspecto filológico, tendo o cuidado de restabelecer, em sua edição, o texto original, "sem os acréscimos desarrazoados e ociosos" das primeiras edições. Vale registrar que esta edição de Joaquim Ribeiro foi a primeira em que o precioso texto de Caxa foi tirado em volume avulso.

Também em volume avulso foi a sétima edição, promovida pelo nosso saudoso confrade Brasil Bandecchi, em 1965, para a coleção "Cadernos de História", da antiga Editora Obelisco, louvável iniciativa infelizmente não prosseguida. Para a sua edição, apresentada em elegante brochura, preferiu Bandecchi o texto da edição de Joaquim Ribeiro.

De São Leopoldo, Rio Grande do Sul, insere em o nº 59 da revista "Estudos Leopoldenses", publicação da Universidade do Vale do

Rio dos Sinos (Unisinós), veio-nos a oitava edição, com nota introdutória do padre Arthur Rabuske SJ. Aliás, todo este número 59 de “Estudos Leopoldenses”, de 1981 (184 páginas), foi consagrado a Anchieta, pois além do texto de Quirício Caxa, que ocupa as primeiras quarenta páginas do volume, nele se inserem diversos escritos sobre o “Apóstolo do Brasil”, tudo reunido sob o significativo título de **Varietades Anchietañas**.

Registremos, finalmente, a mais recente das edições do famoso texto, precisamente a que sugeriu este comentário. Devemo-la ao padre Hélio Abranches Viotti SJ, nosso preclaro confrade em três Academias e em pelo menos dois Institutos Históricos. Há muito vem se empenhando o ilustre sacerdote e acadêmico na edição da **Opera Omnia** anchietana, tendo, até agora, promovido a publicação de quase dez volumes do que escreveu, em prosa e verso, o beato canarino, e, ainda, a edição de textos relativos a Anchieta, a começar pelo de Quirício Caxa, que editou no ano passado, em belo volume contendo, também, a biografia traçada pelo padre Pero Rodrigues. Daí o título que lhe foi dado: **Primeiras biografias de José de Anchieta** (São Paulo, Edições Loyola, 1988, volume 13 da **Monumenta Anchietaña**, que, sob sua direção, vem sendo publicada pela editora.

É esta, no momento, a edição disponível do texto de Quirício Caxa. Nove edições para um texto relativo ao primeiro século de nossa História representa, com efeito, fato altamente significativo. Cremos que, da época, só a carta famosa de Caminha tenha alcançado maior número de edições. Talvez seja Quirício Caxa — escreveu Brasil Bandecchi no prefácio de sua edição —, dentre os jesuítas do século XVI, o de estilo mais simples: “Toda a sua obra ocorre fluentemente, sem tropeços, retratando, na sua singeleza, a humildade do biografado. Conhecendo Anchieta e com ele vivendo, lutando juntos pela mesma causa durante 34 anos, isto lhe permitia, pela sua honestidade, conhecimento e segurança, dar ao seu trabalho um cunho rigorosamente histórico e profundamente humano”.

Fato curioso: os responsáveis pelas reedições de Quirício Caxa após Serafim Leite — e que são Joaquim Ribeiro, Brasil Bandecchi, o padre Rabuske e, mais recentemente, o padre Viotti —, nos prefácios que escreveram para suas edições sempre fizeram referência às edições anteriormente publicadas. Mas, todos omitiram uma ou outra, fazendo com que o número de suas edições apareça sempre inferior ao que realmente deve ser. Por exemplo, a edição do Porto, de 1942, só é mencionada por Viotti; a edição de “Autores e Livros” foi omitida por Joaquim Ribeiro, Brasil Bandecchi e Rabuske. Quando tocamos no assunto com o saudoso Bandecchi, confessou-nos ele que, de fato, não sabia da existência da edição publicada no belo suplemento literário do Rio de Janeiro, o que nos propiciou o prazer de oferecer-lhe uma cópia em “xerox” da mesma; no caso de Joaquim Ribeiro, a omissão pareceu-nos imperdoável, pois este

ilustre escritor era colaborador assíduo de “Autores e Livros”. Esta edição só vem mencionada em Viotti, mas este preclaro sacerdote, por sua vez, omitiu a edição da Unisinos.

Como resultado, a edição de Bandecchi em vez de ser a quarta, conforme vem mencionado, já é a sétima e a edição Viotti em vez de oitava, deve ser considerada a nona. Eis o elenco das nove edições até agora editadas:

1. 1934. Edição da revista “Brotéria”, de Lisboa, publicada por iniciativa do Padre Serafim Leite, SJ
2. 1937. Nova edição do Padre Serafim Leite, SJ, no livro **Páginas de História do Brasil**, vol. 93, da Coleção “Brasíliana”, da Companhia Editora Nacional.
3. 1942. Edição da Biblioteca do Porto, Portugal.
4. 1946. Edição do Ministério da Educação e Saúde, na “Coleção Brasileira de Divulgação” (primeira em volume avulso)
5. 1948. Edição de “Autores e Livros”, fascículo 9 do volume IX, de 26 de setembro de 1948.
6. 1957. (?). Edição de Joaquim Ribeiro, pela Secretaria de Cultura do antigo Distrito Federal, Rio de Janeiro (Segunda, em volume avulso).
7. 1967. Edição de Brasil Bandecchi, São Paulo, Editora Obelisco, volume 10 da coleção “Cadernos de História” (terceira, em volume avulso).
8. 1981. Edição Unisinos, de São Leopoldo, RS, vol. 17, nº 59 de “Estudos Leopoldenses” (responsável por esta edição, o Padre Arthur Rabuske, SJ).
9. 1988. Edição Padre Hélio Abranches Viotti, SJ. São Paulo, Edições Loyola, volume 13 da **Monumenta Anchieta** (quarta, em volume, que contém, também, outra biografia de Anchieta, de autoria do Padre Pedro Rodrigues SJ.)

# POR TERRAS E ÁGUAS DE SANTA CATARINA NO SÉCULO XVIII COM O BARÃO DE BÖHM

Maria Regina BOPPRÉ

(Nome dos mais expressivos de entre os inúmeros estrangeiros que se puseram a serviço do Brasil na segunda metade do século XVIII é o do alemão João Henrique Böhm, nascido em Bremen a 20 de junho de 1708 e falecido no Rio de Janeiro a 22 de dezembro de 1783. Diversos estudiosos de nossa história militar dele se ocuparam (Francisco de Paula Cidade, Lucas Boiteux, Souza Docca, Simões de Paula...), como também dele se ocuparam quantos cuidaram das relações teutobrasileiras (Sommer, Oberacker, Abeillard Barreto...) Este último arrolou quantidade considerável de originais deixados pelo ilustre militar, todos redigidos em francês, além de vasta correspondência com o Marquês do Lavradio, Vice-Rei do Brasil na época de maior atividade de Böhm. Todos os seus originais encontram-se na Biblioteca Nacional (Barreto, **Bibliografia Sul-Riograndense**, I, 164-168. Rio de Janeiro, Cons. Fed. de Cultura, 1973). Todos os que dele cuidaram salientam as qualidades que lhe propiciaram a qualificação de verdadeiro fundador do Exército Brasileiro. Do mais importante de seus trabalhos, extraíu e traduziu a autora a parte relativa a Santa Catarina, a exemplo do que já fizera anteriormente com o navegador inglês Andrews, conforme publicação neste mesma revista, nº 127, pp. 197-201, jul-set 1987. (Nota da Redação).

\*

“(...) todavia, só com muita cautela deve o viajante fazer o seu juízo sobre a terra e a gente”.

(R. Avé-Lallement, 1858)<sup>1</sup>

Encabeçamos este artigo com frase de conhecido viajante alemão, em sua **Viagem pelo Sul do Brasil em 1858**, porque, após tecer duras considerações sobre Lages, ele próprio reconhece que tais julgamentos po-

(1) Avé-Lallement, R. — **Viagem pelo Sul do Brasil no ano de 1858**, p. 81. Trad. Teodoro Cabral. Rio de Janeiro, Inst. Nac. do Livro, 1953.

dem ser circunstanciais. Porém, na verdade, os relatos que nos deixaram os viajores estrangeiros, sejam eles visitantes ocasionais ou tenham vindo para o Brasil com objetivo definido ou, mesmo, por mera curiosidade, devem ser considerados independentemente de época e local. Esses relatos, incorporados, analisados e articulados a outras fontes (ou, quiçá, por si sós), poderão fornecer subsídios importantes à nossa historiografia. Vimos, por exemplo, as ponderações feitas pelo Capitão J. Andrews, entre outros, sobre o modo afável de o desterrense tratar os escravos, de como viviam e o paraíso que lhe pareceu a Ilha de Santa Catarina.<sup>2</sup>

Outro observador estrangeiro, que acreditamos pouco difundido entre nós, o Tenente – General João Henrique de Böhm, deixou-nos suas impressões registradas nas *Memóires relatifs à l'expédition au Rio Grande, 1776-1779*", das quais tivemos ocasião de traduzir uma parte, acompanhando a autenticidade do texto, aliás – cabe observar – escrito num francês não muito correto, o que se explica por não ser o autor de nacionalidade francesa.<sup>3</sup>

Militar alemão, de Bremen (1708-1783), João Henrique de Böhm foi contratado em 1762 pelo Marquês de Pombal para reorganizar o exército português. Em 1767 foi nomeado por D. José I tenente-general e comandante das tropas do Estado do Brasil. Tornou-se, assim, segundo Carlos H. Oberacker Jr., o verdadeiro criador do Exército Brasileiro, circunstância reconhecida por Varnhagen. Em 1776, recuperou a região do Rio Grande de São Pedro, desde 1763 ocupada pelos espanhóis, e, com a cooperação do sueco Jacques Funck, também a serviço do Brasil, foi incumbido da modernização das fortificações do Rio de Janeiro.<sup>4</sup>

De seu diário, traduzimos a parte relativa à viagem de 1774 e 1779. De imediato, percebemos as duras críticas que faz à exploração das pessoas do campo, por uma "meia dúzia de sanguessugas" (p. 18), pela falta de pagamento e pelas farinhas que lhe eram tiradas! Por outro lado, "quase estoura de rir" (p. 17), ao visitar o então Governador, o qual, guardando o leito por doença, o recebe deitado, mas vestido com o seu "grande uniforme", peruca, espada, etc., e o saúda com voz rouca e elevada, "como os escudeiros têm por hábito falar com os cavalos". Não deixa de elogiar, contudo, o Governador Francisco Antônio da Veiga Cabral, qualificando-o como bom companheiro e gentil-homem "bem diferente de seus antecessores" (p. 228). Como militar, não poupou censuras

(2) Boppré, M. Regina – *A Ilha de Santa Catarina na visão de um navegador inglês do século XIX*, em "Notícia Bibliográfica e Histórica", nº 127. Campinas, Pont. Univ. Cat., 1987.

(3) Böhm – *Mémoires...*, em Anais do Simpósio Comemorativo do Bicentenário da Restauração do Rio Grande do Sul", Inst. de Geografia e História Militar do Brasil, vol. III, pp. 16-19 e 224-229. Rio de Janeiro, 1979.

(4) *Dicionário de História do Brasil*, org. Brasil Bandecchi et alii, 4ª ed., pp. 82-83. São Paulo, Melhoramentos, 1973.

às nossas fortalezas, considerando a grande diferença entre quem as projetou e quem as fez construir.

Mas, vamos ao seu próprio relato:

“No dia 5 de dezembro de 1774, às 7 horas da manhã, levantamos âncora e deixamos o porto do Rio de Janeiro; tivemos ventos favoráveis e chegamos, todas as quatro naves, a 10 do mesmo mês ao ancoradouro da Ilha de Santa Catarina, onde ancoramos. Não se poderia ter feito viagem mais agradável, nem encontrar um ‘homem do mar’ mais polido, atencioso e amável que o comandante de nossa nave, o senhor Tristão da Cunha de Menezes, coisa que é tanto mais a admirar, quanto que de berço dos mais ilustres de Portugal.

Como as tropas devessem passar às embarcações pequenas para serem transportadas para a vila de Laguna, não perdi tempo em ir à residência do governador da Ilha, a fim de com ele combinar os meios.<sup>5</sup> Chamava-se o governador Francisco de Souza Menezes e havia servido na Cavalaria, onde seu último posto fora o de Capitão da Guarda a Cavalos do Primeiro Ministro, Conde de Oeiras, que, em recompensa, lhe conferira este governo, para o qual, contudo, não demonstrava muita propensão, antes uma grande vontade para se retirar. Entretanto, pareceu-me ele um homem muito honrado. Sou-lhe grato pela assistência que me deu, ainda que uma erisipela o detivesse no leito. Os destacamentos de Moura, Bragança, o de Artilharia e o Parque embarcaram em sumacas no dia 13 ao anoitecer e largaram velas no dia 14 para a vila de Laguna, onde chegaram no dia seguinte. Posteriormente, determinei que o regimento de Estremos pudesse seguir dentro de poucos dias e resolvi transportar-me por terra, com os principais oficiais que tinham vindo comigo, conforme escrevi ao Vice-Rei.

Durante a minha estadia nesta Ilha, utilizei as horas desocupadas para passear pelos arredores da vila de Nossa Senhora do Desterro, residência dos Governadores e aproveitei a ocasião para ver algumas das fortalezas vizinhas, que só inspiram respeito pelo título que levam. Vistas

(5) **Nota do autor:** “Tão, abordando a Ilha, encontros tão risíveis que não saberia omiti-los. Ventava muito, de modo que o bergantim do Governador não podia abordar de frente ao ponto de desembarque e se viu obrigado a procurar um lado, onde se encontravam quatro velhas peças de ferro, preparadas, com as quais deviam me saudar; com efeito, os artilheiros foram tão hábeis, que não falhou nenhum dos seis primeiros tiros, que nos atingiram diretamente no rosto e cujas rolhas atearam fogo em nossas vestes. Vieram, em seguida, os Senhores do Senado (Câmara), que quiseram me arengar à força; questionei com eles com relação a um dossel que não podiam transportar por causa do vento e quiseram me obrigar a marchar sob ele. Escapei com bastante dificuldade e fui ao Palácio; conduziram-me diretamente ao quarto do doente; quase estourei de rir vendo o meu Governador estendido no seu leito; os pés embaixo das cobertas, vestido com o seu grande uniforme; uma peruca muito empoadada, chapéu, espada e bengala com punho de ouro na mão e duas tabaqueiras diante dele, e fazendo-me cumprimentos com um tom de voz elevado e rouco, como os escudeiros têm por hábito falar com os cavalos” (p. 16/17).

de perto, são bem pouca coisa e se encontram a tal ponto esparsas, que é difícil de se fazer uma idéia do plano de defesa de quem primeiro as fez construir e de quem o tenha projetado.

O campo desta Ilha parece muito risonho. As cabanas, com as hortas que ali se vêem, mesmo sendo tão pobres, tem um ar de ordem e de limpeza que prova o gosto dos habitantes pela vida campestre e sua inclinação para a lavoura, mas, a queixa geral é: que se lhes tiram os meios; levando os seus filhos para o serviço militar (onde eles esmorecem por falta de pagamento e de vestimenta regular), e obrigando os pais a trabalhar em as obras públicas (sem lhes dar a mínima coisa), e na corvéia, de maneira que a terra, ainda que fértil, pouco produz.

Na vila de Nossa Senhora do Desterro se manifesta ainda mais a miséria e o abatimento dos pobres habitantes; não se vê nenhuma casa boa ou que pareça acabada, nem rua pavimentada, nem igreja própria. Até o palácio tem um ar muito lúgubre. Os moradores se ocupam com a pesca, fazem tecidos e toalhas em pequena quantidade e muito pouco de comércio. Seus trabalhos, do mesmo daquelas pessoas do campo, corresponde à utilidade e a vantagem de uma meia dúzia de sanguessugas que, em proveito próprio, sabe se apossar. Dos pobres camponeses se lhes tiram as farinhas para abastecer a Colônia, prometendo o pagamento.

Tendo feito embarcar com as tropas tudo o que podia me causar embaraço, agradei ao Governador pela hospitalidade e passei, a 16 de Dezembro, à Ponta de Araçatuba, donde, logo após continuei minha rota para Laguna, que está a 13 léguas<sup>6</sup>.

Como os habitantes ao longo da costa têm a comodidade de se comunicar por mar, sendo extremamente pobres, não tomam nenhum cuidado com o caminho da terra; de sorte que desde o riacho de Imbau até Vila Nova, que são mais de oito léguas, há muitos transtornos nas passagens da montanha de Siriu (?) e dos Morrinhos; há perigos a superar. Nestas passagens é necessário servir-se de mulas do próprio país, que já estão habituadas a trepar nestas montanhas; têm o casco pequeno e duro e colocam as patas com uma assombrosa circunspecção. Quase me custou caro ter recusado um desses pequenos animais e montado um bom cavalo do meu ajudante de campo. De Vila Nova o caminho vai pela costa até uma boa légua de Laguna, onde dela se separa e onde se encontram areias tão profundas que os cavalos se afundam até o colo e parecem nadar nelas. Esta passagem é extremamente perigosa quando o vento sopra forte.

(6) Nota do autor: "Os engenheiros que têm elaborado planos para a Ilha de Santa Catarina divergem de tal forma entre si, que nos levam a confusões. Anexo o plano do ajudante de engenheiro, D. Miguel Blasco; não que se possa responder pela sua exatidão, mas este oficial (enviado em último lugar) permaneceu na Ilha durante alguns anos e foi muito auxiliado pelo governador, que o estimava e tudo lhe propiciou para facilitar sua tarefa." (p. 18)

Cheguei no dia 18 a Laguna; os Destacamentos de Moura e de Bragança haviam saído de lá pela manhã, tinham passado o riacho e haviam ido acampar em Garopaba, onde há um armazém del Rey. Esta vila deve o seu estado presente à invasão dos espanhóis em 1763. Os portugueses deste continente, tendo perdido o riacho e conseqüentemente a comunicação por mar com a Ilha de Santa Catarina e Rio de Janeiro, se serviram, depois deste caminho de Laguna. É por causa desta passagem contínua e de seu comércio, que se mantêm os habitantes desta vila e, regularmente bem.

No segundo dia de minha chegada, veio o Loco-tenente de Dragões Manuel Marques, enviado pelo Governador Jozé Marcellino, com a especificação das carroças, dos bois e dos cavalos que se encontravam em Garopaba, para a condução das tropas e da artilharia. Era muito pouco, de parte de um e de outro, em comparação com o costume que havia de se prover para as marchas, num país deserto, onde há que se levar tudo consigo, porque não havia onde recorrer; nem vila, nem aldeia, nem aldeola, desde Laguna até a margem do Rio Grande, perto de cem léguas de caminho; nem albergue de nenhuma espécie. Foi necessário, servir-se, porém, do que havia e não perder tempo.

A região não podia oferecer mais vantagens, tendo sofrido muito no começo deste mesmo ano, pela marcha do Primeiro Regimento do Rio de Janeiro, do Destacamento da Cavalaria e da Infantaria Ligeira, do Major Gaspar José de Mattos, Ajudante de Campo do Vice-Rei e do retorno do último destacamento, no mês de maio, depois de quarenta dias de campanha.<sup>7</sup>

Vi-me, na necessidade de retirar mais da metade da bagagem, que deixei em Laguna, a cargo do Comandante Manoel Gonçalves Leite, para enviá-la por mar ao Rio Grande. Estas occupaões e ainda a de passar a artilharia à Garopaba, por água, tomaram-me nove dias, durante os quais o Regimento de Estremos me alcançou e, somente no 28º dia pude partir de Laguna. De tudo isto dei parte ao Vice-Rei. Os Destacamentos de Moura e de Bragança, que eu tinha feito marchar alguns dias antes de Garopaba, ficaram detidos dois dias de marcha: o riacho de Araranguá estava tão cheio e sua correnteza tão rápida que não pudemos passar". (pp. 16-19)

\*

(7) Nota do autor: "Para o retorno do Destacamento do Major Gaspar José de Matos, que marchou a 19 de abril, da margem do Rio Grande a Garopaba, em 25 dias, contava-se com um major, dois capitães, três loco-tenentes, três alferes, três furriéis, nove cabos, dois cornetas, um tambor, cento e um dragões (dos quais sessenta montados), cinqüenta e nove infantes, um cirurgião, um ferreiro e um seleiro, — tudo num total de 188 homens. Forneceram-se 17 charretes, com cerca de quatrocentos bois, isto é, três mudas de reserva para cada dez bois; 330 cavalos e 60 bois para a alimentação, fora a farinha de mandioca. Destaque-se que, para a volta, nem se pediu nem se deu jamais tanto; houve uma espécie de dispositivo segundo o qual se forneceu, para a condução das bagagens: um brigadeiro — duas charretes; um coronel — uma charrete; um tenente-coronel e um major — uma charrete; três capitães — uma charrete. O mais, conforme as circunstâncias".

Passando, agora, à outra parte do diário, que é de 1779, encontramos o seguinte<sup>8</sup>.

“1º – Passei o rio Araranguá,<sup>9</sup> a Barra Velha, o arroio de Urussanga e cheguei até o armazém de Garopaba, donde enviei parte de minha pequena bagagem, por água.

2º – Marchei por terra, deixando o Morro de Santa Marta, à direita, à Barra de Laguna onde embarquei e cheguei ao meio-dia à vila.

3º – Aí me detive porque os cavalos, as mulas e as cadeirinhas não puderam passar senão, a noite, por causa do vento contrário. Tendo encontrado neste porto uma sumaca, fiz embarcar nela toda nossa bagagem, que passarão com os da Brigada do Marechal Chichorro, por mar, à Ilha de Santa Catarina. Escrevo ao Governador da Ilha, participando-lhe minha chegada e as medidas que eu tinha tomado para continuar minha marcha para a sua residência.

4º – Saí de Laguna pela Vila Nova e cheguei à noite em Miraquera.<sup>10</sup>

5º – Passei pelos bosques de Miraquera de Garopaba, pelos Morrinhos; o monte Siriu, atravessei o rio d’Imbau e cheguei perto da noite à Ponta de Araçatuba, onde embarquei e cheguei às 11 horas da noite à Vila de Nossa Senhora do Desterro, onde não encontrei o Governador, que havia partido para me procurar e reservara alojamento muito bem guarnecido para todo o meu séquito.

O Governador chegou no dia seguinte pela manhã e convimos muito facilmente sobre os meios de fazer marchar as tropas à Ponta de Araçatuba, que até antes tinha me parecido impraticável; as tropas tinham passado sempre pelo mar de Laguna à Ilha e nós não tínhamos naves. Porém, o Governador tendo aceito minhas sugestões, tomou todas as medidas com o zelo e a atividade que todos lhe reconhecem, de maneira que todas as dificuldades desapareceram. Os habitantes da Capitania da Ilha não têm cavalos nem mulas para tais transportes; tornei a ver o capitão Simão Soares em Laguna, para conduzir, de lá, as duas Brigadas de Infantaria com os cavalos e mulas do Rio Grande do Sul, tendo avisado o Marechal Chichorro deste arranjo.

Estando de partida para o Rio de Janeiro uma corveta transportando os portugueses recambiados de Buenos Aires para o Rio Grande do Sul, aproveitei para escrever ao Vice-Rei.”

Inserese neste ponto das Memórias de Böhm a “Lettre 51”, por ele escrita ao Marquês do Lavradio, então Vice-Rei do Brasil. Pela

(8) Mémoires..., pp. 224

(9) No original: Araraiguá.

(10) O autor certamente alude a Ibiraquera, perto de Vila Nova (Ibituba).

quantidade informações que encerra, julgamos oportuna sua tradução e transcrição.

Senhor:

Em virtude das ordens de Vossa Excelência contidas em sua carta de 27 de outubro, com uma apostila de 5 de dezembro do ano passado, que recebi dia 21 à noite, me pús, em primeiro lugar, a conciliar as coisas, de sorte que o restante das tropas da expedição que se encontrava na vila de São Pedro pudesse passar o rio no dia seguinte e o Brigadeiro Sebastião Xavier da Veiga pudesse marchar no dia 23 para Laguna, com o Regimento de Bragança e o Primeiro do Rio de Janeiro.

Imediatamente escrevi ao Marechal Chichorro determinando que marchasse assim que recebesse minhas ordens, para Laguna, com os regimentos de Moura e de Estremos. Avisei ao Governador da Ilha de Santa Catarina desta marcha, em consequência da qual todas as naus de transporte que Vossa Excelência gostaria de enviar à Ilha deveriam permanecer para receber as tropas que viriam. Também dei conhecimento das ordens de Vossa Excelência ao Governador José Marcelino.

Dia 23 passei a fronteira do norte e a 24 me pús a caminho com os oficiais de meu quartel, o Brigadeiro Roncaly e o Capitão-Tesoureiro, reencontrando no dia 27, em Barros Vermelhos, o Loco-Tenente Pedro da Silva, enviado pelo Governador da Ilha com quarenta contos de réis. A distribuição se fez documentadamente, de sorte que todas as tropas que ainda se encontravam no continente do Rio Grande pudessem ser pagas igualmente: os oficiais, até março de 1778; os oficiais-inferiores, até o final do mesmo ano. Fiz pagar, no dia seguinte, à Cidreira, a porção competente do mesmo dinheiro para a farinha que não havia sido recebida; à Brigada do Marechal Chichorro e fiz retornar o Capitão-Tesoureiro para atender à Brigada do Brigadeiro Veiga e para amortizar algumas dívidas indispensáveis e gritantes na vila de São Pedro.

Quanto a este dinheiro ter sido agradável às tropas, não tenha Vossa Excelência nenhuma dúvida. Para que ele não volte a encontrar dificuldades na marcha, eu o alcancei e cheguei a 5 de janeiro, à noite, na Ilha de Santa Catarina. Como Vossa Excelência conhece o atual Governador, seria supérfluo dizer que tudo foi transportado em pouco tempo. As duas brigadas marcharam por terra de Laguna até a Ponta de Araçatuba, onde serão distribuídas nos quartéis no continente até o seu embarque para esta Capital.<sup>11</sup> Somente o Regimento de Bragança entrará na Ilha. Nesta Capitania, há farinha e bois.

Aqui não encontrei senão a fragata "Princesa do Brasil". Aproveitei para satisfazer minha impaciência em ir apresentar cum-

(11) O autor refere-se, naturalmente, ao Rio de Janeiro.

primentos a Vossa Excelência; como ela pode ainda transportar algumas tropas, farei embarcar comigo duas companhias do Regimento de Estremos e o próprio Marechal.

O Marechal Funck virá com as últimas tropas e o sr. Betamio me pediu para permanecer mais algumas semanas na vila de São Pedro, afim de liquidar todas as contas e poder informar com mais precisão o que parecer convir aos interesses de Sua Majestade.

Antes de minha partida do Rio Grande, despachei a pequena fragata "Bellona" e o corsário "Dragão", prontos para içar velas para essa Capital com o primeiro vento favorável. As duas embarcações levam a artilharia e seu destacamento, como já tive a honra de informar. Os enfermos e as bagagens dos Regimentos de Moura, de Estremos e do Primeiro do Rio de Janeiro seguirão na sumaca denominada "Laranja", para o Rio e aqueles do Regimento de Bragança, virão numa outra, em direção a esta Ilha.

Já havia feito marchar para a Ilha de Santa Catarina os militares que se encontravam entre os prisioneiros de guerra, portugueses, remetidos de Buenos Aires; eles aqui chegaram e serão conduzidos a essa Capital pelo Capitão Proença. Suponho que já tenham chegado cinco soldados sentenciados, entregues ao Capitão-Tenente Joaquim José dos Santos, a menos que este tenha ficado detido no Rio Grande.

Posto que não terei a satisfação de ver o Senhor Governador, de quem recebi uma carta de despedida, espero, todavia, que ele encontre lá tudo em ordem, quanto ao aspecto militar; e sobretudo que respeite os interesses ulteriores de Sua Majestade. O Sr. Betamio poderá lhe dar mais esclarecimentos e tirar as dúvidas. Pelo meu cálculo, o Marechal Chichorro deve ter chegado a 10 em Laguna e poderá chegar com as duas companhias, a 14 ou 15, na Ponta de Araçatuba, onde poderá embarcar antes e, neste caso, eu também me dirigirei para bordo da fragata. Se o vento favorecer, poderemos partir dia 17 e espero desfrutar um pouco do prazer de assegurar à Vossa Excelência, pessoalmente, a devoção e o mais profundo respeito, com o qual tenho a honra...

Vila de Na. Sra. do Desterro, 11 de janeiro de 1779.

Esta carta foi remetida ao Capitão Proença na mala postal do Governador. Na sumaca iam 139 prisioneiros portugueses, vindos de Buenos Aires, todos militares. Aos primeiros, de Proença, se tinham juntado mais 16 que haviam sido transportado pelo Alferes Freitas, tendo permanecido aqui alguns dos primeiros, pertencentes ao regimento desta Ilha.

No período que decorreu desde minha chegada até a do Marechal Chichorro com as suas duas companhias, tive oportunidade de percorrer com o Brigadeiro Governador Francisco Antônio da Veiga Cabral

(gentil militar, companheiro bem diferente de seus antecessores) os arredores de sua residência, os fortes e os armazéns que os espanhóis restituíram como os haviam encontrado. Aqui também se encontra parte dos uniformes dos Regimentos de Moura e de Estremos. Os soldados do Regimento da Ilha tinham todas as armas guarnecidas de latão, como nos regimentos da Europa e numa casa foram encontradas cerca de 400 armas do mesmo modelo, que as tropas fugitivas haviam jogado aqui e ali, nas florestas por onde se debandaram.

Dia 13, chegou o Marechal Chichorro à Ilha; dia 14, as Companhias de Estremos chegaram na Ponta de Araçatuba e dia 15, na vila; dia 16, passaram a bordo da fragata e à noite chegou a sumaca com a bagagem de Laguna; e ao amanhecer do dia 17, também estive a bordo com os oficiais de meu quartel.

O gentilíssimo Governador, que teve durante minha estadia infinitas atenções para comigo, bem como para com todos os que me acompanharam, desejou ainda me conduzir à bordo da fragata, que se encontrava ancorada a mais de quatro léguas de sua residência, e pôs neste embarque toda a solenidade imaginável. O capitão-de-mar-e-guerra Tomas Stevens nos recebeu da melhor maneira possível e dispensou-nos as mesmas atenções durante toda a viagem.

No dia 18, ao amanhecer, lançamos a vela e chegamos, após uma navegação aborrecida, por bonanças e ventos contrários durante quatorze dias. Dia 31, à noite, no Rio de Janeiro, o Marquês do Lavradio me recebeu com maiores demonstrações de contentamento, de atenção e de amizade. O próprio povo pareceu testemunhar a satisfação pelo nosso regresso.”<sup>12</sup>

\*

A correspondência oficial do Barão de Böhm com o Vice-Rei Marquês do Lavradio, como vimos, deixa transparecer uma narrativa ágil, realista e detalhada, até a minúcia, da sua expedição. O estilo ressalta pela sua elegância e bom humor que não vacilamos em qualificá-lo de aristocrático. Realismo, crítica e bom humor que não pendem, porém, como em outros viajantes, para a deformação e o sarcasmo. Ao contrário, faz-se acompanhar de um senso humano solidário e simpático com os pobres pequenos camponeses que ficam à margem e no pano de fundo de sua épica jornada.

(12) Böhm, *Mémoires...*, pp. 16-19 e 224-229.

# INFLUÊNCIA INGLESA NO PROCESSO DE COLONIZAÇÃO HISPANO-AMERICANO

Aldo Dermeval do Rio Branco FERNANDES

## INTRODUÇÃO

O conhecimento da História da América, em particular da América Espanhola, pode se constituir em estudo dos mais atraentes e necessário para que se possa conhecer a formação dos atuais estados hispano-americanos. O período que envolve o tema em questão assistiu a interligação física dos continentes, a partir da descoberta da América; ainda assim as nações hispano-americanas ainda se julgam estranhas. As duas guerras mundiais, a cruel divisão econômica do mundo, as questões religiosas e os conflitos ideológicos geraram um estado de tensão e violência generalizado, terrivelmente perigoso, e suas conseqüências atingem a América do Sul e Central.

Naturalmente, uma melhor familiarização permitirá que as nações vislumbrem o futuro com menos incertezas e, quem sabe, até com fundadas esperanças. O estudo da História, e em particular da História da América, naturalmente concorrerá para entendermos que a interdependência entre as diferentes sociedades, e não a cruel subordinação, será a condição para a sobrevivência de todas. Infelizmente, a colonização espanhola não criou condições para uma sólida cooperação, sendo numerosas as áreas de fricção entre as atuais nações e muitas se encontram de costas, umas para as outras, postura irracional, mas explicada pela História.

A curiosidade é uma das faculdades que distingue a natureza humana; mas estudar a História apenas para satisfazer a curiosidade não seria uma razão de todo prática. Mas como caminhar no presente em direção a futuro abdicando da experiência acumulada no passado? Eis, aí, uma razão prática para o estudo da História, em particular da História da América.

A História, vista e entendida globalmente, em sua dimensão espacial e na profundidade do tempo, deixa de ser um exaustivo apelo à simples memorização e se transforma em excelente fonte de conhecimento.

Assim, a História da América Espanhola não pode ser compreendida sem as necessárias considerações sobre a História da Europa, afinal, embora situada em outro continente, as numerosas unidades administrativas foram um apêndice da Coroa Espanhola.

Cabe, ainda, realçar que a Espanha foi profundamente influenciada pelas relações do poder existentes na Europa, ao longo dos Séculos XVI, XVII e XVIII e estas relações condicionaram ou influíram o processo colonizador desenvolvido pela Espanha nas possessões de além mar.

O que seria necessário, inicialmente, para um bom entendimento da colonização espanhola nas Américas?

Além de razoável conhecimento das notáveis culturas pré-colombianas e do espaço geográfico das Américas, informações sobre a formação do “Estado Espanhol” e de suas relações de poder com as nações européias, em particular com a Inglaterra, pois, esta, em breve espaço de tempo, assumiria a condição de hegemonia no continente europeu.

A Idade Moderna testemunhou drásticas mudanças ocorridas inicialmente na Europa mas que, logo depois, assumiriam escala mundial; assim o mundo deixou de ser Mediterrâneo para ser o Mundo Atlântico incorporando vastas regiões que se estendiam pelo tão próximo Setentrião Africano, passavam pela exótica América para atingir a distante Índia e, depois, estender-se aos confins da China e do Japão.

A partir do Século XVI, Portugal e Espanha surgem com seus impérios ultramarinos e que serão modeladores das Histórias das duas nações ibéricas.

Entre as nações emergentes da Europa Ocidental, no período 1500-1700, além de Portugal, Espanha e Holanda, está a Inglaterra. Após a passageira euforia ibérica a nação inglesa atravessará a transformação mais radical em termos de estrutura política, econômica e social, colocando-se à frente de toda a Europa, através de uma visão geopolítica que valorizou a projeção de seu Poder Naval, ao longo dos Séculos XVII, XVIII e XIX.

A ascensão inglesa na Europa teve profundas conotações no processo colonizador da Espanha; uma abordagem do crescimento inglês, tendo em vista uma melhor compreensão da colonização das Américas, envolve os seguintes aspectos:

- peculiaridades geográficas da península ibérica;
- formação do estado nacional espanhol e seu declínio;
- os séculos XVI e XVII — Os séculos revolucionários para a Inglaterra.

### **Peculiaridades Geográficas da Península Ibérica**

A Península Ibérica situa-se a SO da Europa, limita-se ao N com o Mar Cantábrico e a França, a Oeste com o Atlântico e ao Sul ainda com o Atlântico e Mediterrâneo e a Leste com o Mediterrâneo.

Sua área corresponde a, aproximadamente, 600.000 km<sup>2</sup>, ou seja algo correspondente ao Estado de Minas Gerais.

Dois importantes países, Portugal e Espanha, se localizam na Península, sendo que a Espanha a domina sob o ponto de vista geográfico.

Quase dois terços da Península são constituídos por vasto planalto (600 a 800 metros). Nos limites deste planalto, aparecem rebordos montanhosos de certo destaque; ao N os Montes Cantábricos, a NE os Montes Ibéricos que se debruçam sobre o mar e, ao S, a Serra Morena.

Ao lado desse planalto, ergue-se a Cadeia dos Pirineus, fronteira natural com a França e, a SE, a Cordilheira Bética, onde se situa o ponto culminante da Península com quase 3.500 m.

O clima é cheio de contrastes, sendo uma parte úmida a W e NO, e planalto seco com bruscas precipitações.

A rede hidrográfica é todo de pequenos cursos d'água, que correm para o Atlântico e para o Mediterrâneo; os rios mais importantes são o Minho o Douro o Tejo e o Guadalquivir, na vertente do Atlântico e o EBRO, na vertente do Mediterrâneo.

A Península Ibérica, em função de suas características geográficas, se constituiu em "ponto de passagem" entre o N da África e a Europa Central; a pequena fertilidade do solo, as características climáticas, o regime pluviométrico e a hidrografia não fizeram com que a área se apresentasse promissora, sob o ponto de vista agrícola; restaram, assim, como principais atividades econômicas para os povos que a ocuparam, o pastoreio, os diferentes tipos de extrativismo — em particular o mineral — e o artesanato. A configuração de relevo criou dificuldades para articular a península com o restante da Europa em função da existência da cadeia dos Pirineus; por outro lado, as cadeias de montanha, ainda que de pequena altitude, situadas na região N da península, entre o litoral e o planalto central, restringiram o acesso ao litoral.

Assim sendo, o Mar Mediterrâneo, nos portos de Málaga e Cartágena e o Oceano Atlântico, nas cidades do Porto, Lisboa e Cadiz, foram as regiões que permitiram os contatos culturais e trocas econômicas, já que a península dominava o Estreito de Gibraltar, passagem natural que ligava o Mediterrâneo com o Atlântico.

Desta forma, ao longo dos séculos, a península Ibérica foi uma área de transição dentre os povos que, por diferentes motivações, transitaram entre o Norte da África e a Europa.

## Formação do "Estado Nacional" Espanhol e seu Declínio

A Espanha foi habitada, no período neolítico, pelos celtas e íberos, surgindo, da miscigenação, os celtíberos; no século XII AC, os

fenícios fundaram Cadiz e Málaga, no Século VII AC, estiveram na Espanha os gregos e, no Século, VI AC Cartago funda Cartágena. Com o advento de Roma, a Espanha é incorporada ao domínio dos cézares e, com a conseqüente romanização, a Espanha se converte ao Cristianismo no Século III.

Após a queda do Império Romano, a Espanha é invadida pelo povos bárbaros germânicos; assim sendo, os vândalos se estabelecem na Andaluzia, os visigodos no Rio Ebro, os suevos na Galiza e os álanos na Lusitânia.

O apogeu da aculturação entre bárbaros germânicos e espanhóis ocorreu no século VII e, em função das trocas culturais, foram incorporados pelos espanhóis numerosos traços da cultura germânica. Neste período, a Espanha Mourisca se opõe à Espanha Cristã, cuja História, até o Século XV, é a de reinos divididos por lutas internas que dificultavam o combate aos invasores muçulmanos. Surgiram numerosos reinos como Leão, Castela, Navarra e Aragão para que, finalmente, no Século XV, o casamento de Izabel de Castela com Fernando de Aragão torna efetiva a união entre os dois maiores reinos espanhóis; eles serão a tímida base em que se assentará a “unidade nacional” espanhola, que ao longo dos anos não soube superar as peculiaridades institucionais das diferentes regiões hispânicas.

Ao encerrar-se o Século XV, a Espanha mal começara a consolidar sua estrutura interna e sua geografia política como nação-estado. O casamento de Fernando e Izabel resultou não na unificação dos reinos de Aragão e Castelo, mas, sim, no estabelecimento de um condomínio através do qual as duas partes constituintes da “coroa espanhola” coexistiam como entidades separadas, dispendo de leis, sistemas tributários, cunhagem de moedas e padrões comerciais igualmente distintos.

O acontecimento mais desastroso para o desenvolvimento do “Estado Espanhol” foi, certamente, a agregação de um Império Americano à Coroa de Castela e, somente a ela, como uma propriedade pessoal, baseada na premissa de que Colombo velejava na condição de agente pessoal de Izabel. Em decorrência de tal premissa, o reino de Aragão e áreas subordinadas, como Catalunha e Valência achavam-se afastadas legalmente da administração e exploração do Novo Mundo. Não é de surpreender, então, que a Espanha tenha sido referida usualmente sob a denominação de “As Espanhas”.

No início do Século XVI, sob o reinado de Carlos I, se concluiu a união entre Castela e Aragão, muito embora persistissem as peculiaridades institucionais das diferentes regiões hispânicas. Uma das mais estranhas peculiaridades, a dos Bascos, lhes isentava de tributos impostos por Castela, e do recrutamento militar e, acima de tudo, a manutenção de barreiras alfandegárias, que davam aos bascos o “status” de nação estrangeira em seu comércio com a Espanha.

Entre 1556 – 1598 sucedeu o reinado de Filipe II, da Casa de Habsburgo; este período foi a Idade de Ouro espanhola, ocorrendo grande progresso econômico, como o desenvolvimento do comércio e da indústria. O Século XVII é o da chamada decadência espanhola; a mediocridade dos sucessores de Felipe II, que entregaram o poder a ministros incapazes, junta-se a crise econômica e o desprestígio na política internacional. Felipe III reina de 1598-1621, Felipe IV de 1621-1665 e Carlos II de 1665-1700. Neste período a Espanha perde a hegemonia sobre Portugal, em 1640, e assina a Paz dos Pirineus, em 1659, que marcou sua derrota diante da França; após as lutas com aquele país, assina desastrosos tratados entre 1668 e 1697, sendo o mais conhecido o de “Aix-la-Chapelle”.

O último dos Habsburgos espanhol, Carlos II, não possuía herdeiros e as potências européias passam a disputar o trono espanhol; os interesses marítimos e comerciais da Inglaterra, que passa a contar com o apoio da Holanda, e as pretensões austríacas opuseram-se as vantagens obtidas pela França e acabaram por desencadear a Guerra da Sucessão da Espanha (1700-1713); dela a nação saiu muito sacrificada e o trono espanhol ficou para Carlos V da dinastia Bourbon, de origem francesa.

Uma síntese cronológica da ascensão e declínio do trono espanhol nos séculos XVI e XVII apresentar-se-ia da seguinte forma:

– O Século XV encerra-se com o casamento de Isabel de Castela e Fernando de Aragão, que eram os soberanos dos principais reinos espanhóis, estabelecendo, ao invés da almejada unificação, a existência de um condomínio através do qual as duas partes passaram a existir como entidades, institucionalmente, separadas.

No Século XVI, na sua segunda metade, a coroa espanhola, a partir de Felipe II, atravessará seu período áureo, que além do crescimento econômico assistirá à proliferação do patrimônio dinástico, que incluirá Portugal e suas colônias. Contudo, o súbito crescimento será, paradoxalmente, outro fator no declínio espanhol; a ilusão da grandeza e o mito do controle se constituem o elemento mais saliente na monarquia espanhola.

No Século XVII, a Espanha se deixará governar por monarcas que não se colocaram à altura dos complexos problemas que envolveram uma monarquia carente de uma verdadeira unidade nacional, mas que se estendera por toda a América.

Para tornar mais delicada a situação da Espanha, a França, a Inglaterra e a Holanda, ciosas de possessões coloniais, passaram a ameaçar, na própria Europa, a supremacia espanhola. Carlos II não deixa herdeiros e a disputa pelo trono significará, em definitivo, a derrocada da Espanha no consenso das grandes nações européias, ao findar o Século XVII.

Uma síntese econômica da Espanha no período de 1500-1700 permite afirmar que:

— ao iniciar-se o Século XVI, a Espanha não passava de uma dependência da Europa, exportando vinho, lã, minério de ferro e outros produtos primários. Na primeira metade do Século, o produto nacional bruto expandiu-se, em resposta à demanda colonial de alimentos, roupas e ferragens. Esse crescimento seria, logo a seguir, anulado pelos amplos e persistentes diferenciais de preços entre as manufaturas peninsulares e aquelas fornecidas pelo restante da Europa Ocidental. O fluxo de prata americana, em grande escala, após 1550, inflacionou a estrutura de preços vigente no país, de forma mais acelerada e profunda que sobre os demais países europeus, levando à ruína as poucas indústrias que se haviam desenvolvido no período anterior, objetivando responder à demanda colonial, durante a conquista e período inicial de ocupação.

Ao longo do Século XVII, declinará, lentamente, a atividade industrial e agrícola, e a produção se deslocará para o Sul do país e nas cidades onde se estabelecem, os cidadãos mais pobres se colocam a serviço dos ricos, no pequeno comércio ou como mendigos dependentes da caridade da Igreja. No Século XVII, a exemplo do que ocorrera no anterior, as fileiras da burocracia, da aristocracia e da Igreja ampliaram-se, e as famílias prósperas resguardavam suas fortunas e asseguravam seu futuro através de uma grande diversidade de vínculos, benefícios eclesiásticos, compra de cargos públicos e outras atividades improdutivas. Em contrapartida, os Estados europeus modernizavam-se passando a questionar, os conceitos e as práticas dos privilégios, do Estado Absolutista, da Igreja, do usufruto privado do poder público, do ouro e prata em lugar da produção, adotando o mercantilismo de balança de comércio favorável como um dos fatores geradores da riqueza e prosperidade nacional.

Estava, assim, decretado o ocaso da Espanha e, ao iniciar-se o Século XVIII, a Espanha era o doente europeu, estando atrelada, a partir daí, juntamente com suas colônias, à economia européia através das estruturas políticas, sociais e econômicas, características do capitalismo em seu período de acumulação.

## **Os Séculos XVI e XVII: Os Séculos Revolucionários para a Inglaterra**

Entre as nações da Europa Ocidental, no período 1500-1700, a Inglaterra atravessará a transformação mais radical em termos de estruturas econômicas e políticas. Em um período de 200 anos, sua população crescerá de 4 para quase 6 milhões de habitantes, crescimento decorrente em ampla medida da revolução agrícola, de modificações tecnológicas e alterações na estrutura fundiária, todas precursoras da Revolução Industrial. Ocorreram, ainda, mudanças religiosas e políticas adotadas a partir da

Reforma, Revolução Gloriosa, e Atos de Navegação, a começar pelo de Oliver Cromwell (1651), que transformaram as colônias em mercado reservado aos produtos manufaturados e gêneros alimentícios britânicos. Posteriormente, a “Revolução Gloriosa”, consolida a posição da Inglaterra como importante nação européia dos Séculos XVII e XVIII.

Durante o Século XVII — “O Século Revolucionário” para a Inglaterra, uma elite mercantil e grupos a ela associados, promoveram mudanças estruturais internas vinculadas, em sua maioria, às atividades comerciais e fabris. O mesmo grupo mercantil estabeleceu sua hegemonia sobre um governo parlamentar, objetivando fomentar seus projetos de expansão, ao mesmo tempo que permitiram que o governo funcionasse como uma tribuna aberta às opiniões discordantes. O sentido de vontade nacional assim concretizado, respondeu em sentido amplo, pela criação dos grandes recursos financeiros necessários à sustentação do crescente poderio político e econômico inglês. Obstáculos ao desenvolvimento econômico, privilégios reais, aristocráticos, corporativos, monopólios, proibições, tributos, controle de preços — foram removidos ou reduzidos; fortaleceram-se aqueles fatores capazes de estimular o desenvolvimento: as sociedades anônimas, o Banco da Inglaterra, ao aumento da tolerância religiosa e o avanço científico.

Durante a primeira metade do Século XVII, a Inglaterra já rompera as barreiras que as separavam do que atualmente denominamos “mundo moderno”. A transformação de sua sociedade e economia, a interpenetração da aristocracia, pequena nobreza e comerciantes, o prestígio e a autoridade conferidos aos poderosos interesses comerciais, os gastos dirigidos para a indústria náutica e a expansão da Marinha Real, a mobilização de recursos e mão-de-obra nacionais voltados para a expansão comercial e para o aceso às matérias primas rentáveis, permitiram à Inglaterra esquadrihar as fontes de matérias primas, os mercados consumidores e, acima de tudo, os próprios fornecimentos de ouro e prata, em barras e em espécie: os impérios coloniais americanos da Espanha e de Portugal.

O exame da atuação inglesa, ao longo do Século XVII, realça, como fato característico não a superioridade tecnológica, comercial, industrial e marítima sobre os rivais franceses e holandeses, mas, sim, a disposição agressiva, voltada para a utilização de sua posição geográfica e experiência marítima na formulação de uma estratégia a ser repetidamente empregada contra espanhóis, holandeses e franceses. Os ingleses penetraram no império colonial do Novo Mundo com energia comercial, inovação industrial e lançando mão até mesmo da guerra. Sua frota mercante cresceu muito, após a vitória obtida sobre os holandeses. Após iniciarem o domínio dos mares, foi fácil aos ingleses a imposição de sua visão econômica às duas grandes rivais, a França e a Holanda; ato contínuo, consolidaram a antiga posição junto a Portugal e a Espanha, forçando-os a esta-

beleceram concessões tarifárias sobre as importações de suas manufaturas e a fortalecer, ao mesmo tempo, a posição de seus comerciantes em Lisboa e Sevilha.

## Conclusão

### A Geografia e o "Estado Espanhol"

A posição geográfica da Espanha, situada no extremo Oeste europeu, a coloca como área de transição entre o N da África e a Europa Ocidental, fazendo com que a Espanha, ao longo dos séculos, fosse área de trânsito para os numerosos povos que por diferentes motivações passaram pela Península Ibérica.

O processo histórico não contrariou a predisposição geográfica e, desta forma, desde tempos imemoriais, o solo espanhol assistiu ao desfilar de diferentes povos e culturas. Entre os mais notáveis estão os romanos que lançaram as bases do humanismo Cristão, da unidade religiosa, da precária unidade político-administrativa e da relativa unidade lingüística, através do latim que deu origem ao castelhano.

Seguiu-se à presença romana a ocupação pelos povos bárbaros germânicos (álamos, vândalos, suevos e visigodos) que se situando em diferentes áreas lançaram as bases do regionalismo e reforçaram os traços feudais deixados pelos romanos; posteriormente, e nos longos sete séculos, veio a odiosa presença dos muçulmanos, mas que, ainda assim, pesou decisivamente na cultura espanhola.

A posição geográfica, à beira mar, concorreu para que os espanhóis buscassem, nos mares, a solução, para o crescimento da nação. Todavia, as características geográficas, geradoras de um país bastante compartimentado, não foram contrariadas pela sua formação cultural, que reforçou a compartimentação geográfica, a ponto de inviabilizar um estado nacional com sólida coesão interna, dando origem não a uma Espanha, mas a numerosas Espanhas.

### A Fragilidade das "Espanhas"

Embora aqueles que buscassem a América fossem vassallos dos reis de Espanha, quem poderia produzir a unidade entre um habitante da Biscaia e um Catalão, que se originam de diferentes províncias e falam diferentes línguas? Como poderia um andaluz se entender com um valenciano, um homem nascido em Bilbao com um nascido em Córdoba, um

aragonês com um nascido em Navarra, um natural de Gálcia com um natural de Castela, um asturiano com um homem proveniente da Catalunha ou da Extremadura?

É possível que o maior mito incorporado ao pensamento europeu da época fosse o mito da “Espanha propriamente dita”. Ao encerrar-se o Século XV, a Espanha mal começara a consolidar sua estrutura interna.

A aquisição do império no Século seguinte, gerou não apenas atrofia do processo de consolidação, mas, igualmente, a proliferação da estrutura política patrimonial ibérica. O casamento de Isabel de Castela e Fernando de Aragão, freqüentemente considerado o marco inicial do moderno Estado Espanhol, resultara não na união dos reinos, mas sim, no estabelecimento de uma diarquia através da qual as duas partes constituintes da “Coroa Espanhola” coexistiam como entidades separadas institucionalmente, por outro lado, cada um dos reinos agregava partes distintas. Esse padrão de crescimento político fora bastante comum na etapa final da época medieval; sua sobrevivência em plena era moderna deixava a Espanha na retaguarda do desenvolvimento político da Europa Ocidental.

Outro fato que muito concorreu para dar à colonização espanhola um caráter altamente descentralizador, foi a complexa demografia indígena que encontrou nas terras americanas; Astecas, Incas e Maias já possuíam estruturas administrativas que se associavam à paisagem geográfica que ocupavam, e seria praticamente impossível, aos espanhóis, modificá-las; por outro lado, a América espanhola possuía diferentes pontos de atração situados no Oceano Pacífico, no Oceano Atlântico e no Mar do Caribe.

Assim, a ilusão da grandeza e o mito do controle constituíam elementos salientes na monarquia espanhola; nem as sábias regras de Maquiavel serviriam para o controle efetivo de tão vasto patrimônio. O tempo se encarregaria de mostrar que a aparência de poder era, na realidade, inteiramente ilusória.

## **A Supremacia Inglesa na Europa e nas Colônias Espanholas**

Entre os Séculos XVI e XVII houve uma mudança nas posições relativas ocupadas pelos países europeus. No decurso de 200 anos, as nações ibéricas, economicamente dependentes, realizaram sua expansão ultramarina, gerando áreas comerciais dependentes. Em verdade deixaram de modernizar suas estruturas econômicas e políticas.

A Espanha, no momento da conquista e início da colonização, não se achava preparada para romper sua herança medieval. A reconquista e a luta contra a cultura árabe valorizaram a aristocracia e a Igreja; assim, o Século XVI revelou uma Espanha caracterizada pela existência de estru-

turas econômicas e sociais semi-feudais, baseadas na posse da terra, na aristocracia e na burocracia.

Por outro lado, a atuação inglesa se revela, nos Séculos XVI e XVII, agressivamente mercantilista no plano econômico e, cada vez mais, participativa na política interna; sobrevem o absolutismo inglês, que fortalecerá o mercantilismo, mas virá também o período revolucionário com a queda do absolutismo monárquico e valorização política da operosa classe burguesa.

Bastará apenas um século, o Século XVII, para que a Inglaterra, após os Atos de Navegação e Revolução Gloriosa, afirme sua inegável superioridade na Europa, em particular no controle do comércio espanhol.

“Esta forma de comerciar com as Índias não é desvantajosa para a aristocracia, já que não apenas os cavaleiros, mas também a nobreza de Castela, negociam com as Índias; e deve-se muito lamentar que, na ausência de nossos honrados e corajosos comerciantes, a maior parte do comércio haja caído em mãos de estrangeiros, que enriquecem, ao passo que empobrecemos com o que desprezamos”.

Parece claro que os ingleses forçaram os espanhóis, e também os portugueses, a estabelecerem concessões tarifárias sobre as importações de suas manufaturas e a fortalecer a posição de seus comerciantes residentes nas inúmeras praças comerciais em Espanha e Portugal. A Inglaterra mobilizou todos os recursos disponíveis para promover sua expansão comercial e esta estratégia permitiu que tomassem íntimo contato com as áreas que constituíam — real e potencialmente — as fontes de oferta de matérias-primas, os mercados consumidores e, acima de tudo, os próprios fornecimentos de ouro e prata, em barras e em espécie: os impérios coloniais americanos da Espanha e Portugal.

O significado da Inglaterra para a obra colonizadora, realizada pela Espanha não pode ser negligenciado; em realidade, as economias inglesas, espanhola e hispano americana achavam-se intensamente interligadas ao iniciar-se o Século XVIII.

A exploração econômica desenvolvida pelos países ibéricos nas Américas deu-lhes ilusória sensação de grandeza e poder, mas contribuiu, decisivamente, para que a Inglaterra, retardatária que foi na constituição de um império colonial, assumisse o controle dos domínios espanhóis e portugueses de além mar, através da subordinação econômica de suas metrópoles européias ao poderio econômico, sempre crescente, da Inglaterra.

## LUIZ CORREIA DE MELO E SEU DICIONÁRIO

Hélio DAMANTE

Não pode ficar sem um registro a passagem do centenário de Luiz Correia de Melo, o festejado autor do **Dicionário de autores paulistas**, transcorrido em dezembro do passado. Essa obra, pioneira no gênero, foi um dos marcos culturais do IV Centenário da Cidade de São Paulo, editada que foi em 1954, pela respectiva Comissão.

Nascido em Tietê, em 6 de dezembro de 1888, cedo imigrou para Piracicaba, iniciando-se no jornalismo. Jornalista ele sempre o foi, num constante peregrinar, que o levou a militar na imprensa de São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre e no Porto, convivendo com algumas das mais brilhantes figuras da imprensa em língua portuguesa do seu tempo. No Rio, trabalhou em “A Imprensa”, de Alcindo Guanabara; em Portugal, foi redator de “O Comércio do Porto”, numa fase de esplendor do velho órgão lusíada dirigido por Bento Carquejo.

De volta ao Brasil, sucedeu a Moacir Piza em “A Gazeta” e na famosa revista “A Cigarra” trabalhou com Gelásio Pimenta. Em “O Estado de S. Paulo”, onde fora revisor, integrou-se à geração de Amadeu Amaral, Leo Vaz, Breno e Pedro Ferraz do Amaral, Sud Mennucci e Marcelino Ritter, pertencendo de direito ao numeroso grupo a que chamei de “os piracicabanos do Estado”, constituído de jornalistas nascidos em Piracicaba ou que lá fizeram sua formação, geralmente na antiga Escola Normal.

Deixou Luiz Correia de Melo, falecido aos 5 de fevereiro de 1969, variada produção literária sobre viagens, política, temas regionais e a obra a que votou anos de estudos e pesquisas: o **Dicionário de Autores Paulistas**. Tinha alguma experiência na matéria, pois em sua passagem pelo Sul dicionarizou numerosos autores gaúchos. Com paciência beneditina, é o termo, bibliografou os autores paulistas que ocupam cerca de três séculos de produção intelectual em terra bandeirante. Não se limitou aos poetas, ensaistas, romancistas ou historiadores. Abrangeu os campos das atividades profissionais e científicas, por exemplo, os médicos paulistas que publicaram exclusivamente trabalhos de sua especialidade.

Uma única falha pode-se apontar nesse livro, que restará único no gênero: Luiz Correia de Melo foi rigorosamente regionalista, excluindo os escritores não nascidos em São Paulo, embora tenham feito deste Estado sua terra de adoção e aqui produzido sua obra, tantas vezes nacionalmente projetada. Assim, não figuram no **Dicionário** homens como Washington Luís, “paulista de Macaé”; Afonso de E. Taunay, o historiador das bandeiras, nascido no Desterro, em Santa Catarina; Teodoro Sampaio, nascido na Bahia; o padre Lindolfo Esteves, paranaense; o mineiro Aureliano Leite, etc.

Hoje seria praticamente impossível fazer obra semelhante, ainda que com a ajuda do computador. O que seria interessante é o preenchimento da lacuna do autor, fazendo-se, adstrito ao período citado, um pequeno dicionário de autores não nascidos em São Paulo, mas cuja produção, por todos os títulos, é genuinamente paulista. Mas, o mérito e o pioneirismo de Luiz Correia de Melo são definitivos. Vale lembrar que o seu **Dicionário** foi publicado originalmente, verbete por verbete, nas colunas de “O Estado de S. Paulo”, o que contribuiu para a exatidão das informações que contém, em muitos casos como fonte bibliográfica única. Certamente devemos lembrá-lo com carinho e gratidão. Nós e todos os que amam a cultura como uma coisa viva.

## NA DÉCADA DOS ANOS 80 A ATUALIDADE DA REVOLUÇÃO DE 1930

Maria Lúcia de Souza Rangel RICCI

Num momento em que o país atravessa uma situação grave, tanto na esfera social quanto político-econômico-cultural, pareceu-nos muito oportuna a publicação do ensaio de Manoel Correia de Andrade sobre “A Revolução de 30 da República Velha ao Estado Novo”, exatamente por resgatar um momento histórico da realidade brasileira que, conforme demonstra o A. é uma revolução ainda por concluir-se plenamente, até porque vários de seus ideais continuam como tais, ou seja, sem atender as aspirações populares.

Em linguagem objetiva, concisa e procedente, apontando vasta bibliografia sobre o assunto, Correia de Andrade fez deste seu trabalho, inicialmente destinado ao público latino-americano, uma vez que escrito para um livro sobre a América Latina nos anos 30, publicado em 1977 pela Universidade Nacional Autónoma do México (UNAM), sob o título “La América Latina en los años treinta”, e agora, em 1988, ampliado para a edição brasileira lançada pelo Mercado Aberto de Porto Alegre, uma lúcida análise sobre a dinâmica política da República Velha, onde aborda desde o caráter oligárquico das estruturas de poder, sua desagregação, o significado dos movimentos militares, a luta pelo poder entre os jovens tenentes e os velhos políticos que aderiram à revolução, até a Revolução Paulista de 1932, a Constituição de 1934, o integralismo e a ANL, o Golpe de 1937, além do que o A. classifica de “atualidade da Revolução de 30”, dada sua “grande repercussão em nossos dias, nos modelos implantados na política e na estrutura social da vida brasileira” (p. 18).

É curioso como os historiadores vem tratando essa problemática dos anos 30; só para lembrar dois deles – Hélio Silva – que a tratou como a “Revolução Traída”; Odilon Nogueira de Matos que a denominou de “Revolução Inacabada”, e, agora, reforçando a tese desse último, o Prof. Manoel Correia considerando tanto o seu aspecto militar quanto o civil, aponta-nos como logo o programa revolucionário foi posto de lado, face as novas injunções que se foram sucedendo e, a plataforma da Aliança

Liberal, que em verdade fez as vezes de programa, mas que, como documento político, e, hoje o sentimos assim, mais disse o que não foi feito do que o que deveria ser feito... Aliás, o mesmo poder-se-ia falar com relação aos tenentes: sabemos muito mais do que eles não queriam do que almejavam... E é nessa linha de negações que praticamente atravessa a maior parte do pensamento político brasileiro ao longo de sua história, que o A. do presente livro procura dilucidar este período tão significativo da vida brasileira, analisando com muita propriedade o sentido de "revolução" e apontando-nos que "as revoluções ocorrem no momento em que as estruturas de poder estão enfraquecidas, face a sua inadequação com o desenvolvimento das forças produtivas, e em que o grupo dominante acentua a luta interna pelo poder, pelo, controle da situação" (p. 18).

Crê o A. que até hoje a dependência econômica brasileira para com a importação estrangeira, por exemplo, de petróleo, é, em grande parte, consequência dos modelos econômicos que vêm sendo adotados pelos governos que se sucederam desde 1930 e acelerados a partir de 1955, o que o levou a afirmar que a Revolução de 30, apesar de decorridos mais de cinqüenta anos dela, ainda está por ser concluída, dado o número reduzido de objetivos atingidos pelos revolucionários. Continua, portanto, conforme nos diz a p. 100 de seu valioso estudo "à espera de um momento histórico em que os ideais que a representam se transformem em realidade, e que as grandes aspirações do povo brasileiro sejam atendidas".

## O QUE ERA O "CONTINENTE"

Barbosa LESSA

O cenário em que se iniciou e desenvolveu o povoamento do Sul do Brasil é feito, literalmente, de altos e baixos.

Há milhões e milhões de anos, quando nosso planeta ainda estava se formando, houve um derrame de lavas vulcânicas da cordilheira dos Andes para o leste, e desse derrame se constituiu o imenso Planalto Brasileiro. A altitude planáltina se mantém praticamente inalterada até as proximidades do Atlântico, onde de uma hora para outra a terra vai caindo abruptamente, com formação de verdes precipícios de até mil metros de profundidade. Lá embaixo fica um outro mundo: a arenosa e estreita faixa de terra que costeia o oceano, com seu colar de tranqüilas lagunas e com o recorte de curvilíneas praias.

O fantástico degrau desses dois planos continua paralelo ao mar até as vizinhanças de Porto Alegre, onde traça súbita esquina para o oeste e, margeando o rio Jacuí, vai decrescendo gradativamente. Nesse rumo há dois acidentes a assinalar: o profundo sulco do rio Caí e o largo sulco do rio Taquari. Depois prossegue a gradativa perda de altura, até que o degrau desaparece já confundido com as planícies na fronteira com a Argentina.

Em consequência dessa esquina, o território do Rio Grande do Sul ficou praticamente dividido em duas metades bem diferentes. Do rio Jacuí para cima se situa o Planalto, com seus Campos de Cima da Serra. E do rio Jacuí para baixo fica uma região de coxilhas e várzeas, rica de pastagens naturais, que se estende praticamente sem obstáculos até a República do Uruguai e as margens do Rio da Prata.

### **De dentro para fora**

De um modo geral, águas profundas caracterizam as baías e enseadas ao longo da costa atlântica do Brasil. Em Santa Catarina ainda há muitas dessas enseadas e lagunas. Mas, do rio Araranguá para o sul, até Punta del Este, estende-se a maior costa retilínea do mundo. A plataforma marítima se constitui num prolongamento da planície costeira. Muito raras, as águas oceânicas se agitam em violenta rebentação. Os navios não

têm nenhum porto seguro, nenhuma enseada mais profunda, de que possam se aproximar. Até que a barra do “rio” Grande fosse domada, por volta de 1915, o Rio Grande do Sul foi inacessível pelo mar. E além dessa barra não há, ainda hoje, nenhuma outra alternativa de atracar navios. Por isso, o território sul-rio-grandense se constitui numa curiosa exceção histórica dentro do contexto brasileiro: foi o único que teve de ser povoado, inicialmente, “de dentro para fora”.

Tal povoamento inicial foi realizado pelos jesuítas espanhóis, como um capítulo da conquista espiritual dos índios sul-americanos no século XVII. A Companhia de Jesus chegou então a estender suas Missões desde o Oceano Pacífico, numa diagonal através do sertão sul-americano, até quase o Oceano Atlântico. Eram as chamadas Missões de Mainas, Chiquitos, Mojos, San Joaquín e San Estanislau, finalmente os Trinta Povos das Missões de Guaranis. Desses Trinta Povos, sete cidades se localizaram em nossa região missioneira; mas as estâncias se estabeleceram até Quaraí e Bagé, e os ervais de mate chegavam até a serra do rio de Camaquã.

Em sua expansão sempre no rumo sudoeste, provavelmente os jesuítas espanhóis pretendessem chegar até a beira do Oceano Atlântico — com o que obteriam saída para a Europa e o resto do mundo. Entretanto, sérios obstáculos naturais impediram tal objetivo. Na extremadura leste do planalto sul-rio-grandense, lá estavam os gigantes despenhadeiros da encosta (Fortaleza, Itaimbezinho, etc.), em combinação com selváticos rios como o Antas/Taquari e o Caf, ligados ao caudal do baixo-Jacuí e do Guafba. E esse caudal se abria na larga Lagoa dos Patos, até a barra do “rio” Grande com suas perigosas areias movediças. Para o avanço jesuítico, a arenosa e desolada língua de terra entre o Mar de Dentro (Lagoa dos Patos) e o Mar de Fora já pertencia a um outro mundo, inacessível.

Note-se o obstáculo em duas mãos: quem viesse navegando pelo Atlântico não tinha onde lançar âncoras na costa como acesso ao interior, e quem vinha do interior não tinha como sair facilmente para o Atlântico.

Em resumo, à fragmentação entre Planalto e Planície se acrescentava uma outra — entre a Planície e o Litoral.

Os primitivos índios já tinham noção dessas disparidades todas. Eles denominavam “Ibia” à região da Serra, de Cima da Serra, do Itaimbezinho, e denominavam “Ibia-Môme” ao sopé do Ibia — campos do Viamão.

### O País do Viamão

Já vimos o fenômeno sob o ângulo dos jesuítas a serviço de Espanha. Agora vejamos sob o ângulo de Portugal. Em seu insulamento entre o Mar de Dentro e o Atlântico, esse mesmo Ibia-Môme representava a continuidade, no rumo meridional, da faixa litorânea pertencente à

Capitania de São Paulo. Se os espanhóis deixavam ao abandono essa nesga de terra, por que não incorporá-la então à coroa portuguesa?

A completa resposta a tal pergunta nos levaria aos meandros de um dos mais complicados capítulos da História Hispano-Lusitana, qual seja o das conseqüências do Tratado de Saragoça (1535), chegando até a criação do Bispado do Rio de Janeiro e à fundação da Colônia Militar do Sacramento em 1680. O presente artigo é bem menos pretensioso, porém, e nos limitaremos a enfatizar a ordem dada ao Governador da Capitania de São Paulo para que fundasse, no desabitado litoral sul-catarinense, a aldeia de Santo Antônio dos Anjos da Laguna. Dessa aldeia de Laguna partiria a tentativa de povoamento do sul, por terra, já que o território se mostrava inacessível pelo oceano.

A primeira expedição desbravadora é confiada, em Laguna, ao cidadão Francisco de Brito Peixoto. Com um punhado de companheiros, e servindo-se de guias carijós, ele desce pelo litoral de Araranguá até Tramandaí, desvenda o País do Viamão, ultrapassa as areias impeditivas da barra do "rio" Grande, salta da ilha para o Continente, não vê separação entre o Continente e a Banda dos Charruas, desborda o monte Vidéu e estabelece por fim a almejada ligação com a Colônia do Sacramento (hoje cidade uruguaia de Colônia). Como recompensa, ele recebe do Governador de São Paulo a patente de Capitão-Mor de Laguna, com autoridade sobre toda a vila e seus distritos: ilha de Santa Catarina, litoral sul-catarinense, País do Viamão e Continente do Rio Grande.

Algum tempo depois, Brito Peixoto confia a seu genro João de Magalhães a tarefa de vir montar uma pequena guarda, permanente, na margem Norte da barra. Magalhães faz-se acompanhar de negros escravos e de meia dúzia de corajosos amigos. No dizer do historiador Alcides Cruz: "A fecunda expedição de João de Magalhães deu definitivo impulso à ocupação do solo. Data dessa memorável e temerária incursão o estabelecimento de Francisco Inácio e de Dionísio Mendes na zona onde hoje está o município de Porto Alegre, ao passo que Magalhães com os restantes dos seus foram estabelecer-se por onde assenta a vila de São José do Norte".

### **A tranqüila ocupação**

A partir de então, as areias litorâneas passam a ser palmilhadas por aventureiros, iniciando gradativamente o processo de arrebanhar gados do Continente do Rio Grande, para levá-los, através do País do Viamão, ao entreposto de Laguna. Mas o interesse do Rei vai além desse mero palmilhar de desertos; ele quer ver gente estanciando, estacionando, plantando casa, fincando raízes, criando família e riquezas. Quem efetivamente comprovar ter tomado posse da terra, povoando-a, receberá, então, por recompensa, o respectivo título de propriedade ou "carta de sesmaria"

(por Determinação Régia de 7-12-1697 a sesmaria era uma medida de terra de 3 léguas por 1 légua, ou seja, 13.068 hectares).

Vão se estabelecendo no antigo Ibia-Môme os primeiros candidatos à condição de sesmeiros. No Imbé, a “estança” de Francisco Xavier Velho Ribeiro. Em Tramandaí, a “estança” de Manuel Gonçalves Ribeiro. No rumo das colinas, mais para o oeste, a “estança” de Cosme da Silveira. No Morro Grande – que se destacava dentre os campos do Viamão – a casa de Francisco Carvalho da Cunha. Na atual Vila Assunção, Dionísio Mendes. Ali pelo atual bairro do Menino Deus, Sebastião Francisco Chaves. Onde hoje é o centro da cidade de Porto Alegre, a gleba de Jerônimo de Ornelas.

E essa boa gente não foi perturbada. Nem pelos índios caáguas, do Ibia – que não viam razão para enfrentar o sacrifício da descida da selvática “serra” – nem pelos índios tapes ou missioneiros, da Espanha, que erravam ali do outro lado do Guaíba, nos atuais municípios de Eldorado e Guaíba, pertencentes às Missões dos Trinta Povos Guaranis.

### Um pé no continente

Enquanto a Capitania de São Paulo se limitou a ocupar o País do Viamão, não houve problema com a Espanha. Mas a coisa mudou totalmente de figura quando, em 1737, o Governador do Rio de Janeiro, sob as ordens de Gomes Freire de Andrada como uma espécie de “vice-rei” da Repartição do Sul (Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo), tentou fincar pé do outro lado da ilha, já no Continente, à margem sul da barra do Rio Grande. Esse governador, o Brigadeiro José da Silva Pais, já havia estabelecido sem problema um Governo Militar na Ilha de Santa Catarina, mas, aqui, sabia que estava pisando terra que os espanhóis reputavam como pertencente à jurisdição da Governación de Buenos Aires. Como se portariam as autoridades portenhas?

A obra de Silva Pais se assinalou pelo erguimento de um forte, junto à barra. A guarnição militar (ou “presídio”) foi instalada com o status de Comandância (tal como o porto de Santos), subordinada ao Governo Militar da Ilha de Santa Catarina, por sua vez subordinado à Capitania do Rio de Janeiro.

Note-se a dualidade político-administrativa, que raramente tem sido salientada pelos nossos historiadores. Todo o País do Viamão, desde o Mampituba até o Tramandaí e desde Porto Alegre até São José do Norte, permanecia na jurisdição de São Paulo, a cujo governador civil os povoadores solicitavam cartas de sesmaria e outros serviços públicos. Ao passo que a pequena área ocupada pela guarnição de Rio Grande reportava-se ao governador militar do Rio de Janeiro, via Ilha de Santa Catarina. O soldado que tentasse fugir da fortaleza e estabelecer “estança” no interior do Continente, teria que solicitar a condição de sesmeiro à autoridade militar do Rio de Janeiro.

Viamão e o Continente — duas porções mui distintas do Estado do Brasil.

### **A perda do Continente**

Foi em 1763 que o Marquês de Pombal deu nova estrutura administrativa aos domínios coloniais de Lisboa, acabando com a divisão entre Estado do Maranhão (com capital em São Luís) e Estado do Brasil (com capital em Salvador) e criando o Vice-Reino do Brasil, com sede no Rio de Janeiro. Ao transferir o centro de decisões coloniais para o Rio, provavelmente ele estivesse pensando em resolver de uma vez por todas os conflitos que se arrastavam na parte meridional deste país. Por essa mesma época, o indefinido Continente do Rio Grande de São Pedro (comandância militar de Rio Grande) desliga-se do Governo Militar de Desterro (Santa Catarina) e ascende à condição de Governo Militar diretamente subordinado às autoridades do Rio de Janeiro.

Na faixa litorânea, havia já a Capela do Viamão, subordinada à freguesia de Nossa Senhora dos Anjos de Laguna (Capitania de São Paulo). E no Continente, Rio Grande havia sido reconhecida como vila, sede de município. Os limites desse município eram bastante indefinidos, mas pareciam chegar até Rio Pardo — cidadela implantada na margem norte do rio Jacuí quando da Guerra Guaránítica — e até o forte de Santa Teresa, além do arroio Chuí, no caminho de Montevidéu.

Foi também em 1763 que ocorreu a vinda dos espanhóis de Buenos Aires, a ferro e fogo, decididos a resolver de uma vez por todas as pendências sobre esta região eternamente contestada. Os espanhóis tomam conta da Colônia do Sacramento, facilmente se apoderam do forte de Santa Teresa (comandado pelo Coronel Tomás Luís Osório, que caiu prisioneiro e mais tarde responderia a Conselho de Guerra em Lisboa e receberia como pena o enforcamento) e já se lançam sobre a vila de Rio Grande. O governador militar, Cel. Inácio Madureira, acompanhado da maior parte da população, foge espavorido para o outro lado da barra, o Norte, e daí para o arenoso istmo, até tomar fôlego e restabelecer sua gente na Capela do Viamão.

Perdida para os espanhóis a fronteira de Rio Grande, a nova resistência lusitana se fez em Lages (também Capitania de São Paulo, hoje Estado de Santa Catarina), que poderia ser atacada pelos espanhóis a partir das Missões, e em Rio Pardo, cidadela defendida pelo rio Jacuí.

O Governador de Buenos Aires acrescentou mais um título às suas pompas: Governador de Buenos Aires, Banda Oriental do Uruguai, Ilhas Malvinas y Rio Grande. E nos ofícios que dirigia a seu colega Cel. José Custódio, substituto de Inácio Madureira após a fuga de Rio Grande, nomeava-o, protocolarmente, “Ilmo. Sr. Cel. Governador de Viamão”. Título que José Custódio, de bom grado, aceitou.

### **A restauração do Continente**

A restauração da vila de Rio Grande só se deu treze anos depois, quando então se inicia de modo menos turbulento a História Continentina. “Continentinos” eram chamados os povoadores da parte a oeste da Lagoa dos Patos.

Também ganhou a História mais fortes matizes na faixa litorânea quando o Cel. José Marcelino de Figueiredo transferiu a sede do seu governo militar da Capela do Viamão para o Porto do Viamão (ou Porto dos Casais), hoje Porto Alegre.

Porto Alegre foi uma cidade que esteve praticamente a salvo da movimentação guerreira que, por quase um século ainda, envolveria luso-brasileiros e platinos. Tinha como principal defesa o obstáculo do caudal do Guaíba, baixo-Jacuí, rio Caí e Taquari. Para um povo que guerreava a cavalo, como o destas bandas, a guerra acabava à beira d’água.

A ligação entre o Litoral e o Continente só se faria já em nossos dias, na segunda metade da década de 60, com a construção da gigantesca Travessia Régis Bittencourt (na BR-116), de que se destaca a Ponte do Guaíba.

(De O Continente, Porto Alegre, janeiro de 1989).

## O ANTIGO ASILO DE INVÁLIDOS NA ADMINISTRAÇÃO OROSIMBO MAIA

Duílio BATTISTONI FILHO

Campinas no último quartel do século passado teve uma participação brilhante na vida econômica da Província de São Paulo, como centro ferroviário e cafeeiro a ponto de atrair pessoas de diversas localidades para aqui vinham em busca de uma oportunidade.

Entretanto, à medida que a cidade prosperava, aumentavam os problemas de moradia chegando a preocupar as autoridades municipais, especialmente no tocante ao problema da proliferação de cortiços, Estes já constituíam um grave problema social, de forma que as famílias de bem, assim como os médicos, viam estes imundos pardieiros como atentados à higiene e à moral.

Nesta ocasião os relatórios médicos permitem demonstrar que os cortiços são vistos como locais de promiscuidade, doença e valhacouto da marginalidade e do crime. A desordem e a imoralidade chegavam a campear nestes locais, focos também de doenças venéreas.

Outro problema grave era a sujeira que infestava praças e ruas da cidade. Basta dizer que o serviço de renovação domiciliar era precaríssimo. Diariamente as carroças percorriam os bairros levando pelas ruas, sem qualquer cuidado, o seu fétido transporte.

De nada adiantavam os clamores da imprensa. Os próprios detentos da Cadeia Velha, todos os dias de manhã, levavam os cubos sanitários para serem despejados na praça Carlos Gomes, exalando terrível mau cheiro, principalmente na época de calor.

Situação pior e dramática era o sepultamento de indigentes nos cemitérios locais, quando muitos deles eram enterrados à flor da terra, mal encobertos, oferecendo um espetáculo dantesco e aterrorizador.

O pouco caso das autoridades campineiras, sempre alheias ao problema higiênico, deu margem a que houvesse no final da década de 80, a epidemia da febre amarela, obrigando muitos campineiros a mudar de residência para outras localidades. Foi uma época negra na história campineira. Todavia, a situação não era diferente nos grandes centros brasileiros, especialmente nas cidades portuárias.

Com a implantação da República, as autoridades brasileiras criam órgãos públicos encarregados de fiscalizar de uma maneira mais efetiva através da medicina e do controle sanitário, toda a saúde da população. Assim, o médico sanitarista Emílio Ribas (1862-1925) dirige em 1892 o Serviço Sanitário que passa a melhorar as condições higiênicas do Estado de São Paulo e graças aos seus esforços dois anos mais tarde é aprovado o Código Sanitário. Isto teve reflexos em Campinas, quando, em 1896, foi criada uma Comissão Sanitária encarregada de zelar pela saúde pública. Logo, uma das primeiras decisões tomadas pelos seus funcionários foi o de reformar o antigo prédio do Mercado Grande, para ali instalar o Desinfetório Central e, graças às recomendações de Emílio Ribas houve a drenagem dos pântanos e a canalização dos córregos<sup>1</sup>.

Passado o perigo da febre amarela e com as novas medidas sanitárias tomadas, entretanto, no final do século, a cidade foi ameaçada por levas de forasteiros, negros libertos com toda sua história de degradação moral, aventureiros, pobres amontoados nos cortiços, além de velhos desamparados e mendigos jogados à própria sorte.

Aos olhos das autoridades públicas, contudo, os dois últimos segmentos da população representam setores improdutivos quando deixam o afeto do grupo familiar. Assim, como os pobres, vagam pelas ruas livremente, incorporados a uma paisagem urbana que com o tempo começa a se modificar.

Com o crescimento da cidade são vistos perambulando pelas ruas vivendo da caridade pública e chamam a atenção de diferentes setores da população que pedem a amenização do problema.

O jornalista Antonio Sarmiento (1850-1924) sensível ao problema, publica nas páginas do "Diário de Campinas" um artigo chamando a atenção das autoridades sobre o grave problema da mendicidade e a necessidade de se criar no Município um Asilo que abrigasse os desvalidos da sorte. Entre outras coisas o articulista dizia: "... que a criação do Asylo não é, portanto, uma idéia exclusivamente nossa, ella pertence a imprensa local, a todas as classes, a todos que vierem em seu auxílio, a Campinas finalmente (...). O nosso desejo é que Campinas tenha um Asylo que corresponda aos sentimentos de caridade e altruismo que tanto a engrandecem (...). As scenas que por ahi se passam nos casebres, nas ruas, nas praças publicas ora são comoventes, ora desagradáveis, ora deprimentes do meio civilizado em que vivemos (...). O unico meio de remediar o mal é o Asylo. Os que forem dignos da caridade publica terão alli agasalho e conforto que lhes não devem ser negados. Os outros, os vagabundos terão a polficia no encalço e a escusa de toda a população"<sup>2</sup>.

(1) Lycurgo de Castro Santos Filho. CAMPINAS (Evolução Histórica). Publicação da Academia Campinense de Letras, 1969, vol. 19, p. 40.

(2) Antonio Sarmiento. O ASYLO DE MENDICIDADE. Diário de Campinas, 22-01-1899, p. 1.

Apesar dos esforços do jornalista não houve boa vontade por parte das autoridades. O assunto voltou à baila somente, em 1904, quando o Dr. Paulo Machado Florence, delegado de polícia, cidadão íntegro e amigo das boas causas, resolveu encetar uma campanha enérgica em pról da criação de uma Instituição que resolvesse tão crucial problema.

Imediatamente formou-se uma Comissão Central composta de cidadãos eminentes da cidade e que seriam os sócios fundadores, destacando-se, entre eles, o próprio Dr. Florence e mais Orosimbo Maia, Joaquim Villac, Antonio Sarmento, Bento Quirino dos Santos e padre Manuel Ribas de Ávila.

Presidindo a primeira reunião, a 25 de julho, numa das salas da Delegacia de Polícia, o Dr. Florence, agradece as presenças, conclama a união de todos sobre a necessidade urgente da concretização de tão nobre ideal há muito sonhado pela população campineira e que medidas saneadoras seriam tomadas para alijar das ruas os pobres inválidos que as infestavam trazendo com isso, as vantagens, benefícios e utilidade que uma Casa deste porte proporciona.<sup>3</sup>

A notícia da fundação do Asilo correu célere em todos os cantos da cidade. Campinas, finalmente, teria um lar para os velhos e indigentes. Entretanto, um infausto acontecimento abalaria a todos: a morte, em dezembro do Dr. Florence, principal articulador do movimento e presidente da Comissão fundadora. A Câmara Municipal, numa de suas sessões fez constar em ata, um voto de profundo pesar pelo desaparecimento de tão nobre figura.

A 9 de julho de 1905 foi realizada uma segunda reunião, quando então se propôs a discussão do projeto dos novos Estatutos que, por proposta de Bento Quirino dos Santos, tinham sido redigidos por Antonio Sarmento. Antonio Lobo pede uma leitura minuciosa e uma discussão de todos os artigos. Após calorosos debates e emendas feitas pelo próprio Lobo, a redação final coube a Alberto Sarmento.

Os Estatutos, aprovados numa reunião a 20 de setembro, apresentam onze capítulos e quarenta e quatro artigos. No artigo 1º diz "que o Asylo fica constituído com o fim de internar, proteger, vestir e sustentar os invalidos do trabalho, que aceitem sem constrangimento algum ou procurem espontaneamente asylo, submettendo-se ao seu Regulamento"<sup>4</sup>. No capítulo 2º, art. 2º, atesta o caráter humanitário da associação e que "será mantida por número illimitado de socios de ambos os sexos, sem distincção de nacionalidade, de classe social ou de crença religiosa, que queiram concorrer com os seus obulos ou contribuições mensaes, e pelos subsidios concedidos pelos poderes públicos e pelas rendas de seus capitães e propriedades"<sup>5</sup>.

(3) Asylo de Inválidos, Actas de reuniões da Directoria e Assembleias, 1904-1914, p. 1.

(4) Estatutos do Asylo de Invalidos de Campinas. Typographia Livro Azul, 1905, p. 3.

(5) Idem, p. 4.

Anualmente, em janeiro, assim o exigiam as disposições estatutárias, era convocada a Assembléa Geral para prestação de contas e eleições da Diretoria para o ano em curso. Esta podia ser convocada em caráter extraordinário a pedido da Diretoria<sup>6</sup>. Podemos perceber que as Atas eram lavradas de forma muito suscinta e pouco diziam sobre os assuntos tratados.

A 13 de agosto de 1905 os sócios fundadores elegem a primeira Diretoria definitiva do Asilo de Inválidos, assim constituída: Orosimbo Maia, presidente; Alberto Sarmento, vice-presidente; Joaquim Villac, 1º secretário; Tito Martins Ferreira, 2º secretário; Antonio Egidio Nogueira, tesoureiro e Joaquim de Farias Cardoso, procurador<sup>7</sup>.

Empossada a 18 de agosto, a Diretoria adquiriu nos arredores do Bonfim, a chácara República, de 21 alqueires, desde 1889, desmembrada da Fazenda Boa Vista, e de propriedade do capitão Bento Augusto de Almeida Bicudo que a vendeu pela quantia de 35:000\$ 000. Como a Diretoria possuía somente 10:000\$ 000 resolveu tomar o restante do empréstimo ao Banco Comércio e Indústria<sup>8</sup>. Nesta ocasião foi apresentado requerimento dirigido ao governo do Estado e prontamente atendido, pedindo isenção do pagamento do imposto de transmissão de propriedade de imóveis.

Todos ressaltaram a beleza do lugar e a excelência das instalações, sobressaindo-se o edifício “amplo, recebendo o ar e o sol por muitas janellas. Olha de frente para a campina rasa; em torno são os canteiros dos jardins, ao fundo estende-se o pomar riquíssimo onde as mangueiras alargam sombras deliciosas”<sup>9</sup>.

Em reunião de 2 de dezembro marcou-se o dia 10 para a inauguração oficial do Asilo. Naquele dia comparaceram mais de duas mil pessoas de todas as classes sociais, muitas vindas em trem especial.

Às 15h45min a sessão foi aberta pelo Dr. Antonio Sarmento que deu a palavra ao Dr. Sarmento que em sua oração, exaltou que o Asilo é obra anônima da caridade campineira e, em nome da Diretoria dizia que a fundação é também obra do pobre e do rico, em todos encontrará a maior boa vontade e apoio. Uma coisa chamou a atenção de todos: a ausência das autoridades municipais ao evento. Neste mesmo dia, Orosimbo Maia autoriza a internação de 15 pessoas e dez dias mais tarde, a pedido da Santa Casa de Misericórdia, mais 16.

Já instalados, os asilados começam a receber os seus uniformes. Para os homens: calças, ceroulas, camisa e blusa escura; para as mulheres:

(6) Idem, p. 13.

(7) Leopoldo Amaral. CAMPINAS — Recordações. Secção de Obras d'O Estado de São Paulo, 1927, p. 400.

(8) Livro de Contabilidade, 1904 a 1930, p. 7.

(9) O Asylo de Invalidos de Campinas. Revista Renascença. Rio de Janeiro, março de 1906, p. 104.

blusa, saia de baixo e de cima, além do paletó. Cada asilado deveria ter direito a quatro uniformes, sendo três, para uso diário e um para os dias de festa, ficando o procurador Joaquim Cardoso autorizado a fazer a compra dos mesmos. Nesta ocasião, uma grande doação foi feita pela fábrica de tecidos Carioba.

A 24 deste mês, visitou a nova Instituição o médico sanitarista, Emílio Ribas, que percorreu as instalações do prédio, mostrando-se interessado por tudo, pedindo informações sobre a assistência, dados estatísticos e ao sair apôs suas impressões no livro de visitas. Mais tarde, faria importante doação de mais de 40 leitos.

Antes de entrarmos na história do Asilo nestes primeiros tempos, temos o dever de ressaltar a obra benemerita deste humanista e talvez a figura mais importante desta primeira fase da nova Casa: Orosimbo Maia. Foi presidente da Associação de 1906 a 1919, com exceção de 1909 quando por motivos particulares não pôde presidir os seus destinos. Este emérito campineiro (1861-1939) desde cedo estava fadado a ajudar o próximo e a sua cidade. Sabe-se que aos vinte anos ingressou na vida pública, fazendo parte do Conselho dos Intendentes de Campinas presidido pelo Dr. Thomas Alves. Pertenceu, pois, ao último Conselho de Intendentes da cidade, até setembro de 1892, quando tomou posse a primeira Câmara Municipal nos períodos de 1896-1898 e 1902-1904. Foi prefeito municipal pela primeira vez, em 1908, permanecendo dois anos, cargo que ocuparia novamente de 1926 a 1930. Após sua reeleição por três vezes como prefeito, foi destituído com o movimento de 30, sendo, porém, novamente chamado em 1931, pelo interventor federal, João Alberto. Nessa ocasião, dando mostras de firmeza de suas atitudes e dessassombro, declarou perante esta autoridade, que aceitava a Prefeitura de Campinas sob uma condição: não abdicar de suas convicções, pois sendo presidente do Partido Republicano Paulista, continuaria adepto de sua linha política. Permaneceu no cargo até 1932. Deixou de vez a política antes do advento do Estado Novo.

Em sua administração deixou obras marcantes, dentre elas, o Colégio Progresso, a Maternidade, o Mercado Municipal, o calçamento de mosaico português (iniciado no Largo do Rosário), a instalação das primeiras feiras livres, além de ter sido fundador e sócio benemerito do Asilo de Inválidos, do Hospital dos Morféticos, extinto com a transferência dos enfermos para o Leprosário de Pirapitingui, da Casa de Saúde Campinas, da Beneficência Portuguesa, a par de suas atividades como presidente do Instituto Profissional Bento Quirino e sócio honorário do Instituto Geográfico de Lisboa. Além de todas estas atividades, o que mais nos chama a atenção foi o seu espírito filantrópico, com a prática do bem, escondido sob o anonimato. Sua presença empolgava a todos.

Voltemos ao Asilo. Pouco depois de sua inauguração, as Atas informam sobre os primeiros donativos recebidos e que seriam o começo

de uma série em que o espírito caritativo do campineiro e sua prodigalidade continuariam a se manifestar e que perdurariam por muitos anos: Rafael Duarte, 50\$000; Pedro Anderson, 138\$000; D. João Nery, 200\$000; Cândido Ferreira da Silva Camargo, 50\$000; Padaria Aurora, 10\$000.

Alguns donativos são bastante curiosos em nossos dias, como a oferta de “um quarto de carne de vaca”, “uma máquina de cortar cabelo”, “um quilo de fumo”, “um maço de fósforos” ou a oferta de “um cavalo” doação de d<sup>a</sup> Carolina Ferraz de Camargo.

O primeiro problema enfrentado pela Diretoria em 1906, foi a reforma de algumas instalações do prédio para modestamente se ajustar à finalidade a que estava destinado. Assim, nos fundos do primeiro salão iriam permanecer uma enfermaria e dois banheiros. Procedeu-se também ao serviço de nivelamento do quintal.

Voltada igualmente para as atividades religiosas, a Diretoria encarregou Alvaro Ribeiro de angariar fundos para a instalação de uma capela. Pouco depois, esta funcionaria provisoriamente no pavilhão masculino. O atendimento religioso era feito pelo padre holandês, Nicolau Rujter, da Ordem dos Missionários do Coração de Jesus, da paróquia da Vila Industrial. Eventualmente, também, os padres da Igreja do Rosário e do Bonfim prestavam assistência religiosa. O fervor religioso se acentuou, quando em 1910, d. João Nery, bispo de Campinas aprovou a celebração de uma missa mensal na capela<sup>10</sup>.

Na festa do primeiro aniversário, o Asilo já contava com a completa canalização de seus esgotos, postes telegráficos e um razoável patrimônio proveniente da compra de 115 ações da Companhia Campineira de Águas e Esgotos pela quantia de 11\$500000<sup>11</sup>.

A administração neste primeiro ano teve um bom desempenho apesar de algumas dificuldades financeiras. Entretanto, os obstáculos são transpostos galhardamente através de promoção de festas, campanhas de donativos, etc. A receita, até certo ponto era assegurada por pequena dotação estadual, aluguel de casas e de pastos e donativos provenientes de famílias abastadas, ricos comerciantes, proporcionando desta maneira pequeno saldo em caixa. Orosimbo Maia, homem prático, experimentado, encarou com otimismo e disposição os óbices que vez por outra se lhe antolhavam, porém, graças ao seu elevado prestígio pessoal, excelente relacionamento e, sobretudo, pelos puros sentimentos de caridade abrigados em seu coração a tudo transpôs com alegria.

(10) Funcionando inicialmente na antiga senzala que servia de pavilhão dos homens, somente em 1929 a capela passaria para a sede principal. A inauguração da nova capela contou com a presença de D. Francisco de Campos Barreto, que celebrou a missa no altar doado pelo Hospital da Beneficência Portuguesa.

(11) Livro da Contabilidade, 1904 e 1930, p. 27.

Compulsando o Livro de Visitas da veneranda Instituição chamou-nos a atenção o grande número de visitantes. Dentre eles, destaca-se a visita, a 26 de julho, de Washington Lufs, futuro presidente da República.

Dispondo de certa estabilidade econômico-financeira, contando com a firmeza da moeda, a Sociedade conheceu dias tranquilos e normalmente viu decorrer o ano de 1907. Por proposta de Álvaro Ribeiro, todos os membros da Diretoria passaram a sócios beneméritos. Neste ano, o Rink e o São Carlos, renomados teatros da cidade, contribuíram generosamente doando parte da renda de seus espetáculos em benefício dos asilados.

No exercício de 1908 promoveu-se a vacinação geral nos 80 asilados. O patrimônio elevou-se com a quantia de 7:976\$000 em caixa e mais 227 letras. Antonio Correia de Lemos doou duas letras da Câmara Municipal e mais quarenta mil réis em coupons.

Na rotina normal, sem nada que viesse quebrar a harmonia reinante no cotidiano da Casa, decorreu o ano de 1909, ano, aliás, em que Orosimbo Maia não participou da Diretoria, ocupando a presidência o Dr. Joaquim Alvaro de Souza Camargo, Neste ano foi construído o Necrotério e todos os edifícios foram reformados e pintados. Segundo o Relatório apresentado no final do exercício a tesouraria informou ter recebido 35\$000 de 7.000 coupons da Companhia Carris de Ferro e 908\$000 de juros de 227 letras da Câmara Municipal, importância depositada no Banco Comércio e Indústria. Por intermédio de Antonio Sarmento, a Loja Maçônica Independente fez avultada doação de 31\$500.000.

Nestes primeiros tempos o serviço médico foi prestado com todo zelo, abnegação e solicitude, pelos humanitários facultativos Drs Suza Brito e Otávio Marcondes Machado. Não havia enfermeiras. Nos casos mais graves, os doentes eram removidos para a Santa Casa de Misericórdia.

As Atas registram poucos casos de alienação mental entre os asilados e pelo fato de a Casa não estar aparelhada, os doentes eram encaminhados para o Juquery. O secretário Joaquim Villac em ofício de 16 de maio, expedido ao delegado de polícia, Dr. Evandro Correia de Melo, solicitou a remoção de Sebastião Cardoso da Silva, brasileiro de 36 anos, "indivíduo inconveniente e não obedece a ordem e a disciplina"<sup>12</sup>. Um ano mais tarde, a pedido da Diretoria, o delegado Alberto de Faria providenciava a internação no Juquery, de duas mulheres, Maria Thereza e Benedita Rufina, por apresentarem sinais de debilidade mental. Todavia, são casos raros.

O exercício de 1910 decorreu normalmente. O cargo de presidente voltou a ser ocupado por Orosimbo Maia que, entretanto, lamentou a pequena quantidade de sócios, diminuindo conseqüentemente a re-

---

(12) Asylo de Invalidos, Officios e Representações, 1905 a 1910, p. 8.

ceita. Assim mesmo nomeou o sr. Luís Antonio Assumpção Leite (1871-1944) diretor administrativo, cargo que ocupará durante trinta e dois anos, com zelo e dedicação. Dotado de espírito pragmático empreendeu uma reforma agrícola e uma de suas primeiras providências foi contratar os trabalhos do agrônomo francês, Benoit Foret, funcionário do Instituto Agrônômico de Campinas, para reformar todo o pomar do Asilo. Assim, introduziu plantações de morango, melhorou a qualidade das laranjas e das uvas, especialmente as brancas. Devotando grande amizade ao diretor, Foret, chegou a morar no Asilo até a sua morte. Dotado de grandes conhecimentos, foi poderoso agente da cultura francesa entre os fazendeiros da região, pois assinava revistas famosas, como a "Revue de Deux Mondes" e "L'Illustration".

Outra marca da personalidade do sr. Luís Antonio era o seu amor à Música, tanto é verdade que todos os domingos promovia sessões musicais com a participação de famílias do bairro e de alguns amigos alemães, entre eles, Max Demmel, professor de piano e violino, muito conceituado na época.

Nesse ano contava o Asilo com 106 asilados. Os homens faziam pequenos serviços, além de plantar e colher. Eram atendidos pelos barbeiros do bairro. Neste período, a situação econômica era angustiante, com gastos altíssimos e a renda das mensalidades dos sócios, baixíssima, obrigando a Diretoria a recorrer a empréstimos bancários.

Em 1911 as sessões que eram bi-mensais, passaram a ser mensais. Neste ano assinou-se contrato com a Estrada de Ferro Sorocabana para a venda de 49.110ms<sup>2</sup> de terrenos do pasto para a passagem da linha Itaiaci-Campinas à razão de seiscentos mil réis o metro e pela quantia de 29\$466\$000.

Tal a dedicação de Orosimbo Maia que o procurador João Nogueira solicitou constasse de ata voto de louvor ao ilustre homem público. Sempre modesto, Orosimbo dizia que "seus atos são sempre em nome da Diretoria e nunca dele".

Neste ano a 9 de janeiro recebeu o Asilo a visita do Conselheiro Rui Barbosa e exma. esposa, Dona Maria Augusta. O ilustre casal visitou as dependências, louvou o esforço e dedicação de todos e no Livro de Visitas, p. 60, deixou suas impressões, que pela sua beleza literária, merecem ser transcritas. Dizia o Conselheiro: "Todos os serviços deste estabelecimento refletem o espírito de caridade, que inspirou esta generosa criação da iniciativa particular tão honrosa à civilização de Campinas e tão digna da proteção das almas bem formadas. Em tudo aqui transluz, com singeleza, a hygiene, a ordem, o methodo, o asseio, a sympathia pelos soffrimentos humanos, envolvendo as miserias da invalidez numa atmospheria de hum agazalho e bondade consoladora. Seja-me permittido

felicitar os dignos administradores desta Casa pelos milagres do seu zelo e pelos benefícios da sua devoção". Janeiro, 9, de 1911 — Rui Barbosa.

A pequena renda provinda da mensalidade dos sócios, eventuais donativos, a subvenção do Estado e acima a benemerência do Presidente, trazem estabilidade à vida da instituição que, tranquilamente, vê o decurso dos anos de 1912 a 1914. O grande donativo de 1912 provém da União no montante de 1:900\$000. Iniciaram-se as reformas das valas para fechamento do pasto. No exercício de 1913, Orosimbo solicitou que somente os juros fossem retirados do capital depositado no Banco Comércio e Indústria. Com pulso forte e corajoso proibiu a entrada de bebidas alcoólicas no recinto. Nestes dois anos as Atas não especificam nada de importante.

Para o ano de 1914 benfeitorias são introduzidas, entre elas, a luz elétrica em substituição aos lampiões. O presidente manda expedir um ofício ao dr. Antonio Lobo, deputado estadual, agradecendo os préstimos do ilustre parlamentar, ao receber o auxílio do orçamento do Estado e das cotas de benefício da Loteria Federal.

Refletiu intensamente no mundo todo a crise trazida pela Primeira Guerra Mundial, na Europa. Lutou heroicamente a Diretoria para manter os asilados, em número de 134, e a continuação das obras. Com a criação da "Comissão de Socorros Campinas" cujo presidente, o pastor Erasmo Braga, fez importante doação de 828\$000, além de vários gêneros alimentícios. Recebeu também o Asilo, debêntures da Cia Tração, Luz e Força, adquiridos em São Paulo a 76\$000 cada, ou seja, um total de 6:612\$000.

No final do ano desaparece uma das figuras mais importantes da sociedade e do comércio de Campinas: Bento Quirino dos Santos. Nascido em 1837, entusiasta das nobres causas, colaborador do Asilo, solícito, sempre pronto para o desempenho de qualquer tarefa que lhe fosse confiada, seu passamento consternou profundamente a todos quantos com ele privavam. O reconhecimento veio de imediato, pois a 18 de abril de 1915, a pedido de Orosimbo, o pintor Monteiro França fez o seu retrato a óleo que ornaria o salão de visitas da Casa.

Bento Quirino legou ao Asilo, como consta em seu testamento<sup>13</sup> a quantia de 50\$000 e mais 114 ações da Cia Mogiana de Estradas de Ferro, avaliadas em 27018\$000 e mais 229 ações da Cia Campineira de Água e Esgotos avaliadas em 22:\$000.

Carlos Gerin, o tesoureiro, adquiriu 41 letras da Câmara Municipal elevando-se assim o número de títulos pertencentes ao Asilo num total de 700 e que eram recolhidos ao Banco Comércio e Indústria não podendo ninguém resgatá-los sem ordem expressa da Assembléia Geral.

(13) *Asylo de invalidos, Actas de reuniões da Directoria e Assembleias, 1914-1922, p. 83.*

No mês de agosto há uma ameaça de crise na Instituição com a diminuição das contribuições dos sócios e o aumento assustador dos compromissos e responsabilidades e uma crescente diminuição das fontes financeiras. A situação ameniza um pouco com a doação de 500\$000 por parte do Guarani Futebol Clube proveniente de uma partida de futebol e ao clube é outorgado o título de sócio remido.

O balancete mensal de dezembro acusa uma sensível melhoria com o saldo de 2:176\$220 depositado no Banco Comércio e Indústria; 700 letras da Câmara Municipal, 465 debêntures da Companhia Campineira Tração, Luz e Força, 5 ações da Cia Mogiana e 119 ações da Companhia Campineira de Águas e Esgotos.

Em 1916 continuaram as obras de ampliação do Asilo, apesar de ser um período conturbado, financeiramente falando. São constantes os pedidos de subvenção ao governo estadual. Entretanto, importante doação é feita pelo bispo de Fortaleza, d. Joaquim José Vieira no valor de 500\$000 e também do major Antonio Correia de Lemos com a quantia de 10\$000. Aliviou-se a situação e por isto a Diretoria pôde providenciar a pintura da varanda principal.

Um aspecto social interessante destes primeiros tempos do Asilo é que muitos asilados não provém de classes humildes, mas de famílias de posse e por circunstâncias várias da vida, preferem ali residir. É o caso do sr. Ignácio Correia Pacheco, homem culto, de gestos refinados, com sua famosa bengala e orgulhando-se de ser um dos fundadores de Americana; o sr. Carmo Reis, pintor português, especialista em "crayons", artista de grande valor, discutindo sempre o ambiente artístico de Lisboa, onde chegara a participar de sua famosa Academia de Belas Artes. Era comum também o caso de melômanos, como o do italiano, Honorato Caraggio, violinista e admirador das composições de Verdi e Paganini. Deliciava a todos quando cantava trechos de ópera pelos corredores e pomar<sup>14</sup>. Nota triste deste ano foi o falecimento de Francisco Glicério um dos patriarcas da República, tendo muitos membros da Diretoria comparecido às suas exéquias.

No ano de 1917, graças aos trabalhos do engenheiro, Montesanti inaugurou-se o pavilhão das mulheres, denominado Joaquim Villac. Competia a elas todo o serviço da copa e cozinha e o fabrico de pães. Porém, devido ao encarecimento do trigo, os pães passaram a ser fornecidos pelas padarias do bairro. Deve-se ressaltar que a fazenda Boa Vista de propriedade do sr. Olimpico Lunardi, fornecia toda a lenha, trazida pelos vagões da Sorocabana.

Nesta ocasião instalou-se a primeira escola primária particular do Bairro e que funcionou numa sala anexa à residência de João Baptista

(14) Papéis avulsos de Luís Antonio Assumpção Leite.

Padovani, chacareiro que alugava parte das terras do Asilo, ali plantando frutas e hortaliças, as quais eram vendidas na cidade, com boa parte do lucro revertido para os cofres da Casa.

No ano de 1918, com a epidemia da gripe espanhola que assolou o país ceifando preciosas vidas, os asilados foram pouco afetados. Muitos faleceram de senilidade, mantendo-se, porém, a média de 150 pessoas. Nesta época deixou o mundo dos vivos o benemérito Joaquim Villac, grande benfeitor, caridoso, amigo leal e que fez parte da Diretoria desde a sua fundação.

Com o esgotamento dos depósitos do Banco Comércio e Indústria agravou-se a situação financeira da Casa. A gerência recusou-se a conceder novos empréstimos, alegando falta de segurança nos pagamentos. Imediatamente os títulos foram retirados do Banco e entregues em custódia ao Banco Italo-Belga com a aprovação da Assembléia Geral. Este Banco, de pronto, concedeu empréstimos no valor de 10\$000 para as necessidades imediatas. Entidades culturais como o Clube Semanal de Cultura Artística e o grupo "Monóculos e Lunetas" dedicam boa parte da renda de seus espetáculos à Instituição.

Em 1919, a 27 de março era inaugurada uma placa de mármore em memória de Joaquim Villac. Sua morte chocara a todos, especialmente Orosimbo Maia que via nele um companheiro dedicado e leal. Profundamente transtornado não teve mais ânimo em continuar na Diretoria. Por isso, na reunião de 27 de dezembro, pediu o afastamento, alegando que novos elementos poderiam renovar a contento o quadro administrativo. Entretanto, continuaria à disposição de todos para qualquer eventualidade.

Nova Diretoria empossou-se a 18 de janeiro de 1920. Artur Segurado, seu secretário, solicitou registro em ata de um voto de louvor e aplauso àqueles que tinham terminado o seu mandato.

Em 1972, passou o Asilo dos Inválidos por uma grande reforma; suas antiquadas instalações foram derrubadas para a construção de pavilhões melhores e modernos, passando a ser chamado de "Lar dos Velhinhos".

Atualmente o Lar é dirigido por João Augusto Benito Di Sirio, auxiliado pelas Irmãs de Jesus Crucificado. Consta de cinco pavilhões que recebem o nome de diversos países, em homenagem às colônias estrangeiras aqui instaladas, com alojamentos coletivos que abrigam de 12 a 20 pessoas cada, além de duas enfermarias, onde vivem uma terça parte do pessoal. Esta notável Instituição de caridade conta com mais de 200 idosos, contribuindo, assim, para torná-los mais felizes numa realidade menos penosa.\*

(\*) À época de nossa pesquisa era diretor do "Lar" o gerontólogo Dr. Flávio da Silva Fernandes, a quem testemunhamos nossos agradecimentos por ter franqueado documentação que permitisse a elaboração deste trabalho.

## UM POUCO DA CHINA ANTIGA

João RIBEIRO JÚNIOR

Confúcio (Khung-fu tseu), que viveu no século VI a.C., e é com justa razão considerado um dos mais notáveis entre os filósofos moralistas do Oriente, refere ao reinado de Yao, que floresceu no ano 2200 antes da nossa era.

Yao é o primeiro soberano que o ilustre doutrinador julga poder inscrever com verdadeira autenticidade no quadro da história chinesa, parecendo-lhe sobremaneira envoltos nas brumas da fábula os reinados que os anais da China apontam anteriores ao de Yao; épocas remotíssimas, em que o célebre nome de Fo-Hi disputa primazias, por ser este príncipe, na opinião corrente da China, o verdadeiro fundador do seu antigo Império.

Em Chun, sucessor de Yao, termina a série dos imperadores eletivos. Yu, que sucede a Chun, funda a dinastia dos Hia; a prática da elegibilidade cede o lugar ao princípio da hereditariedade. E esta primeira dinastia hereditária só no fim de quatro séculos é que vem a ser substituída pela dinastia Chang, ante a insuportável tirania com que o último dos Hia deixou sua memória assinalada. Por idênticas razões, a dinastia Chang, cujo fundador é o virtuoso Tchín-Tang, que tão venerado se tornou entre os chineses, cede, no século XII a.C. o trono à dinastia Tcheu.

Wu-Wang, fundador da dinastia Tcheu, acentua gloriosamente o seu nome na lista dos imperadores chineses. À dinastia Tcheu, derrubada por uma insurreição militar, sucede, em meados do século III a.C., a dinastia Thsin, entre cujos príncipes avulta como guerreiro e reformador o célebre Chi-Hoang-Ti, que realizou a conquista da Cochinchina, e que procedeu à construção da Grande Muralha, destinada a proteger pelo nordeste as fronteiras do Império contra as invasões das tribos tártaras.

Derrubada por seu turno, após uma curta duração, a dinastia Thsin cede igualmente o passo, ante uma insurreição militar, à dinastia dos Han, fundada por Lieu-Pang, na passagem do século III para o século II antes da nossa era.

Foi no brilhante período da dinastia Han que a classe dos letrados floresceu vigorosamente na China, e que o poderio político deste vasto Império atingiu o seu esplêndido zênite.

Enquanto nas margens do Oceano Pacífico reis e povos se lhe curvavam tributários, — no ocidente da Ásia, os seus exércitos avançavam até as circunvizinhanças do Mar Cáspio, quase a confinar com os extremos do Império Romano.

Foi sob o cetro da dinastia Han, que penetrou na China o Budismo, culto que, sob a designação de religião de Fó entrou largamente a criar adeptos no Celeste Império, sobretudo desde que na segunda metade do século I da nossa era, o próprio imperador Meng-Ti passou a professar a doutrina religiosa de Buda.

Numa nação onde, apesar das cruentas revoluções com que freqüentemente ficou assinalada a substituição de uma dada dinastia por outra, sempre permaneceu intalterável a organização do Estado segundo as normas do regime familiar (isto é, um governo quase análogo teoricamente ao regime patriarcal, governo em que o despótico imperador representa ser simultaneamente o chefe e o pai de todos os seus súditos, e estes em volta dele constituem, por assim dizer, uma verdadeira família, sem distinção de castas), — percebe-se bem que o Budismo recebesse mais fácil e mais radical acolhida do que sucedera na Índia.

Isto coadunava-se mesmo pronunciadamente com o espírito do povo chinês, espírito seco, positivo, que em seus dogmas religiosos, quer sob a influência da doutrina de Buda, quer sob a de Confúcio ou a de Lao-Tseu, buscou de preferência, sem se ocupar com sutilezas teológicas, definir os mais puros princípios da filosofia moral.

Nestes, como no cultivo das ciências e das indústrias, o povo chinês chegou a conseguir um aprimorado grau de proficiência. Em certos ramos de belas-artistas, a China logrou até tornar-se notável por um cunho especial de originalidade característica. Mas o seu isolamento, a sua sistemática abstenção relativamente ao convívio das outras nações, fez com que à civilização chinesa chegasse um dia ao momento histórico de ficar estacionária; e um povo que estaciona, é um povo que morre.

Foi o que politicamente sucedeu à China. Quando no século XIII as tribos mongólicas lograram entrar naquele país, o Império chinês era apenas o fantástico simulacro de uma entidade política.

## SOBRE "A DIFÍCIL ARTE DE SER FRANCISCANO"

Luiz de A. Nogueira PORTO

Parte das comemorações em Portugal do cinquentenário do falecimento de D. Agostinho Mota (1875-1938), personagem dominante da vida religiosa do país nas primeiras décadas do presente século, foi a publicação pela Editorial Franciscana, de Braga, de uma biografia do homenageado, em separata de *Itinerarium*, sua revista quadrimestral de cultura.

A obra, de autoria do escritor brasileiro Alves Mota Sobrinho, tem por sub-título **A Difícil Arte de Ser Franciscano** e nela o autor, parente de D. Agostinho, aborda a personalidade do tio, como figura religiosa, orador sacro, polemista, político e memorialista, tendo por base o **Diário** do biografado, em seu poder, escrito em Portugal e no Brasil.

D. Agostinho foi editor da **Voz de Santo António**, objeto de memorável polêmica com os jesuítas portugueses, então apoiados pelo Vaticano, e que culminou com a supressão daquela revista e, indiretamente, motivou o afastamento de D. Agostinho da Ordem Franciscana, bem como de sua permanência no Brasil (1912-15), onde iniciou nova fase de sua vida religiosa como padre secular e pregador sacro.

Destacou-se ainda o biografado pelas obras de benemerência social que fundou e administrou, como o Orfanato-Escola Santa Isabel e a Cidade dos Rapazes, que até hoje perduram.

"O talento e o bom gosto literário desponta aqui e ali na obra escrita ou falada de Agostinho Mota. O antigo professor de dogmática e regente da cadeira de filosofia, passa da mecânica celeste à física nuclear, da teologia à escolástica e até à crônica literária, exemplificada no perfil moral de D. Maria Feio."

Sua veia de polemista, a lógica invulnerável da argumentação, a formação filosófica, humanística e teologal, se revelam em artigos extraídos da **Voz de Santo António** como **O Modernismo**, **O Sufrágio Popular** e **Ao "Mensageiro do Coração de Jesus"**.

Orador Sacro dos mais eminentes, D. Agostinho produziu sermões memoráveis em Portugal e no Brasil, em cidades do Vale do Pa-

raíba. Alguns deles, transcritos na obra em apreço, lembram os do Padre Vieira e existem no **Diário** páginas, como as de sua visita aos Santuários de S. Pedro de Montório e do Bom Despacho, que poderiam ter sido escritas por Eça de Queiroz em **A Cidade e as Serras**.

A obra de seu biógrafo transcreve ainda a famosa oração com que recebeu, em 1935, no aniversário de fundação do Orfanato-Escola Santa Isabel, o Presidente da República e as mais altas autoridades do governo português.

Fazendo editar a obra de Alves Mota Sobrinho que agora chega ao Brasil, os franciscanos de Braga não prestam apenas homenagem à grande figura religiosa que, espiritualmente, nunca se afastou da Ordem; mais do que isso, fazem reviver o homem e a obra que deixaram o traço luminoso de sua passagem tanto em Portugal quanto no Brasil.

## REGISTRO BIBLIOGRÁFICO

**As Américas em 1988: tempo de opções.** Washington, Instituto Aspen de Estudos Humanísticos, 1988. 132p

“Desde 1982, o Diálogo Interamericano vem reunindo cidadãos dos Estados Unidos, do Canadá, da América Latina e do Caribe, interessados nas relações entre as Américas, para examinar os problemas do hemisfério e recomendar ações para a sua solução. Numa época de profundas tensões nas relações oficiais entre os Estados Unidos e a América Latina, o Diálogo desempenha dois papéis importantes: proporciona um canal de comunicação não-oficial entre os líderes de toda a América e oferece análises contínuas e propostas políticas específicas para os problemas cruciais da região” (Da apresentação). O Diálogo já publicou três relatórios: **As Américas numa encruzilhada** (1983), **As Américas em 1984: um ano de decisões** (1984) e **Pela reconstrução da cooperação nas Américas** (1986). A estes três “relatórios” vem juntar-se, em 1988, um quarto: **As Américas em 1988: tempo de opções**, com o seguinte sumário: América Central: uma visão de paz; **A armadilha da dívida**; **Drogas: uma tragédia em comum**; **Migração: problema ou solução?** ; **Preservação da democracia: o desafio militar**; e dois apêndices, com comentários adicionais dos membros do “Diálogo” e dados biográficos dos participantes da reunião. (Cortesia do Instituto Aspen, de Washington).

Corrêa, Carlos Humberto (org.) – **Nereu Ramos**. Colaboradores: Jali Meirinho, Alexandre Furtado dos Santos e Rosinete Matos Cândido. Florianópolis, Fundação Catarinense de Cultura/Portobello, 1988. 164p

Volume profusamente ilustrado, comemorativo do centenário do nascimento de Nereu Ramos, uma das mais expressivas figuras da vida política brasileira. Valioso como documentário da vida pública e particular do político catarinense, com apresentação do Governador do Estado, Pedro Ivo de Figueiredo Campos e o seguinte sumário: **Traços biográficos de Nereu Ramos** (Carlos Humberto Corrêa); **Cronologia dos acontecimentos políticos regionais, estaduais e nacionais**

relativos a Nereu Ramos (Alexandre Furtado dos Santos e Rosinete Matos Cândido); Nereu Ramos e a defesa da integridade territorial catarinense na questão de limites com o Estado do Paraná (Jali Meirinho) e alguns discursos do próprio Nereu Ramos, em diversos momentos de sua vida pública. ONM (Cortesia do Professor Jali Meirinho).

Jamundá, Theobaldo Costa — **Os carijós lá nas raízes**. Florianópolis, Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, 1987. 68p.

Duas apresentações traz este pequeno volume, ambas ressaltando seu interesse, diante das quais seria desnecessário escrever qualquer outra coisa. A primeira, da Professora Zuleika Mussi Lenzi, da Universidade Federal de Santa Catarina; outra, de mestre Victor Peluso Júnior, presidente do Instituto Histórico Catarinense. A professora Zuleika aproveita o ensejo para destacar a numerosa contribuição científica e cultural em torno de temas catarinenses, de pessoas nascidas em outras regiões do Brasil e que se radicaram em Santa Catarina. Entre eles, o autor do presente estudo, que é oriundo de Pernambuco, mas que, radicando-se no estado sulino, logo começou a se ocupar com os temas catarinenses, documentando e analisando a sua realidade cultural. No caso presente, lembra a apresentadora, “a organização da coletividade carijoara á sempre analisada e ligada às situações de nossos dias”, trazendo, assim, “grande contribuição à cultura catarinense em torno de um tema muito pouco conhecido e não-difundido”. Por sua vez, Peluso Júnior lembra que o autor “vem despertar, nos catarinenses, o interesse pelas populações que no passado habitavam o litoral do território que constitui o Estado de Santa Catarina”. (Cortesia do autor)

Mello, Maria Regina Ciparrone — **A industrialização do algodão em São Paulo**. São Paulo, Perspectiva, 1983. 156p. (Coleção “Debates”, n. 180).

Originalmente uma tese universitária, este estudo, à base de levantamentos documentais e estatísticos, nos dá idéia de “como se processou a produção e industrialização do algodão em São Paulo entre os anos de 1813 e 1830, trazendo-nos algumas surpresas como a vinda de mestres tecelões de fiar e tecer, revelando ainda a presença de mulheres e crianças nessa força de trabalho. Altera-se assim a idéia consagrada de que na incipiente indústria brasileira não se tenham feito esforços mais diferenciados e portanto significativos para conse-

guir um produto acabado de melhor qualidade. Demonstra, ainda, que a concorrência do comércio estrangeiro em expansão, aliada a outros fatores, abafou os esforços prematuros de modernização da produção de algodão paulista mais do que a falta de incentivos governamentais” (Da apresentação da Professora Antônia Fernanda P. A. Wright). A autora baliza seu trabalho de 1813 a 1830. E justifica corretamente a periodização adotada: “o ponto de partida é duplamente significativo, pois coincide com o início dos trabalhos de um mestre-tecelão em São Paulo, encarregado pelo Príncipe-Regente de promover o avanço técnico das manufaturas aí existentes, e com a instalação, em moldes racionais, de uma tecelagem na cidade de São Paulo, que recebeu o apoio da administração régia e a atenção particular do governo provincial; e encerramos em 1830, ocasião em que ocorreu a paralisação daquele empreendimento”. Com seu livro, preencheu a autora sensível lacuna na história econômica de São Paulo. ONM. (Cortesia da autora).

Mello, Nilva R. — **As mulheres da Piratininga quinhentista e a formação dos primeiros troncos paulistas.** São Paulo, 1988. 360p.

“A tarefa de identificação dos primeiros povoadores do Planalto Piratiningano, sobretudo das mulheres brancas e mamelucas, é extremamente arriscada, constituindo-se ao que se atreve a essa manipulação, em armadilhas inesperadas”. Com estas palavras, apresenta a autora seu alentado estudo sobre a participação das mulheres no quinhentismo paulista. Trabalho a que se dedicou “com muito esforço e cansaço”, segundo sua própria confissão, “no intuito de tentar provar não apenas a existência de mulheres índias e mamelucas integradas à sociedade, casadas com brancos ou mamelucos, constituindo família, mas de mulheres brancas também, vivendo àquela época”. Por isto, seu trabalho não apela apenas para a História, mas igualmente à Genealogia e à análise étnico-social, tudo “empreendido corajosamente”, no dizer do padre Hélio Abranches Viotti, que prefaciou o livro. Em exaustivo trabalho de pesquisa, rastreou fontes provavelmente ainda não consultadas — ou pouco consultadas — para nos mostrar a **mulher** na história paulista de nosso primeiro século. Esta mulher que muito raramente aparece na História... Mas, no passado paulista, as mulheres — citando mais uma vez ao padre Viotti — “souberam suprir, com sua coragem e o seu dinamismo a ausência de seus maridos, pais ou filhos, embrenhados, por meses e anos a fio, nas nossas intermináveis plagas sertanejas”. Livro que vem preencher sensível lacuna na bibliografia paulista. ONM (Cortesia da autora).

Mota Sobrinho, Alves — **Agostinho Mota: a difícil arte de ser franciscano.** Braga, Editorial Franciscana, 1988. 208p.

“A publicação deste estudo é excelente maneira de, no cinquentenário de seu falecimento, se fazer justiça e homenagear um dos mais notáveis guardiães do convento franciscano de Montariol”, Agostinho Mota (1875-1938). A um sobrinho do ilustre sacerdote português, o historiador Mota Sobrinho, coube traçar-lhe a biografia, na qual analisa vários aspectos de sua individualidade multiforme, cujo talento e bom gosto literário desponta aqui e ali em sua obra: “o antigo professor de dogmática e regente da cadeira de filosofia passa da mecânica celeste à física nuclear, da teologia à escolástica...” O livro, em grande parte, cuida de sua visita ao Brasil na segunda década deste século, ocasião em que se demorou no vale do Paraíba, pregando em quase todas as suas cidades, tendo, também, visitado Campinas, a convite de D. João Nery, nosso primeiro bispo diocesano. O autor defende seu ilustre parente de diversas acusações infundadas que lhe foram assacadas quando de sua visita ao Brasil. ONM (Cortesia do autor).

Nadai, Elza — **O Ginásio do Estado em São Paulo: uma preocupação republicana, 1889-1896.** São Paulo, Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 1987. 160p (Col. “Estudos e Documentos”, v. 26).

Estudando as origens e os primeiros anos de existência do antigo “Ginásio do Estado”, da capital paulista, tocou a autora num dos momentos mais significativos da vida cultural de nossa terra. O período inicial da República foi, de fato, assinalado por grandes reformas e muitas delas atingiram os setores ligados ao ensino. Com razão a autora considerou o “Ginásio do Estado” uma “preocupação republicana”. Preocupação que o Império não teve, apesar de o Imperador viver dizendo que, senão fosse imperador, gostaria de ser professor... E muito pouco, quase nada, fez pela causa do ensino. Fez, isto sim, e muito, pela ciência, pois o cientificismo que caracterizou a segunda metade do século passado fez-se sentir entre nós de maneira bastante ativa: institutos de pesquisa, museus, comissões geológicas e geográficas, surgem, de fato, em grande quantidade a marcar nosso país naquela época. Mas... o ensino ficou praticamente relegado às confissões religiosas (católicas e protestantes) e a alguns particulares idealistas, arvorando o governo imperial apenas a glória do “Imperial” Colégio D. Pedro II, que continuou sendo, mesmo com a República, e por mais de meio século, o estabelecimento

padrão, ao qual todos os outros deveriam ser equiparados. Daí, a expressão muito usual como propaganda dos estabelecimentos particulares: "Ginásio Equiparado". Utilizando fontes creio que pela primeira vez aproveitadas, a Professora Elza Nadai nos apresenta a história e a própria dinâmica do tradicional ginásio paulistano, que fez a glória de nossa terra, juntamente com os outros dois, o de Campinas e o de Ribeirão Preto. Com seu livro, preencheu a autora sensível lacuna na história da cultura em nosso Estado. Não sei com que objetivo — simples curiosidade? — a autora anexou os programas de História Universal (como então se dizia) e de História do Brasil, ministrados no Ginásio, ao tempo do "lente" Valois de Castro, uma das grandes figuras de sua fase inicial. Vale a pena meditar sobre esses programas... ONM (Cortesia da Editora).

Octávio, José — **A escravidão na Paraíba: historiografia e história; preconceitos e racismo numa produção cultural.** João Pessoa, 1988. 144p

Bastante original e significativo o presente livro do historiador paraibano José Octávio, no qual respigou quanto os autores do passado trataram do problema do negro e da escravidão na Paraíba, desde os cronistas coloniais até autores modernos. Indicação precisa das fontes e boas sugestões para leitura completam o volume, que traz prefácio de Leda Boechat Rodrigues e posfácio de Humberto de Melo. ONM (Cortesia do autor).

\*

#### PERIÓDICOS

**D.O.Letras.** Publicação cultural da Imprensa Oficial do Ceará. Dezembro de 1988. Número todo consagrado ao centenário da Abolição: Abolição, uma visão crítica (Eurípedes A. Funes e Adelaide Gonçalves); Historiografia cearense da Abolição (João Alfredo de S. Montenegro); Queria amar uma negra (Nicolas Nascimento); Descrição física de negros fujões (Eduardo Campos); Redenção: o outro lado da história (Rosa Prado); A história do negro que não foi contada (Departamento de História da Univ. Fed. Ceará); Imagens e representações: anúncios de negros na imprensa do século XIX (Walda Mota Weyne); Ser negro no Brasil, hoje (entrevista); O negro no livro didático (Ricardo Oriá).

**Estudos Avançados**, vol. 2, nº 3, set./dez. 1988. Publ. do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo. **Conteúdo:** A escravidão entre dois liberalismos (Alfredo Bosi); Leituras de Raynal e a Ilustração na América Latina (Roberto Ventura); Coerção e consenso na política (Jacob Gorender); Responsabilidade social dos cientistas: natureza das ciências exatas (Samuel

Maddowell); Inflamação e mercado como sistemas alternativos de regulação (Paul Singer); Cinco livros do modernismo brasileiro (José Paulo Paes); José Honório Rodrigues: a obra inacabada (Carlos Guilherme Mota); Estudos avançados na Universidade (Jacques Marcovitch); Nem Princeton, nem Maputo (Carlos Guilherme Mota).

**Estudos Ibero-Americanos**, vol. XIV, nº 1, julho de 1988. Pont. Univ. Cat. do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. Conteúdo: Algunos proyectos de mejora para el Madrid de Carlos III (Enrique Martínez Ruiz); Nazismo, Fascismo, Integralismo e o apoio das oligarquias no Rio Grande do Sul e de Santa Catarina ao Estado Novo (René E. Gertz); 1817: Rusia y el Rio de La Plata (Alfonso Fernandez Cabrelli); A questão eleitoral na imprensa liberal rio-grandense do século XIX (Artur César Isaia); La preñeza judia en la vida argentina en la vida argentina (Judith Laikin Elkin); Imigrantes calabreses e religiões afro-brasileiras no Rio Grande do Sul (Ari Pedro Oro); Os liberais espanhóis e a Revolução Hispano-Americana 1808-1823 (Earle Macarthy Moreira).

**Estudos Leopoldenses** nºs 104 e 106. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 1988. Consagrados aos dois primeiros fascículos da série **História**. Nº 1: O trabalho indígena na América Latina (Maria Cristina Bohn Martins); A antropofagia e os guaranis (idem); A política colonial portuguesa e o bandeirantismo (Eliane Cristina Deckmann); Nº 2: A missão como instrumento de missão da Ibero-América (Nestor Torelly Martins); Terra sem mal (Walter O. Steyer); Ensaio sobre Etno-História (Eliane Cristina Deckmann); Localização da sede jesuítica da Missão dos Patos (Ruy Ruben Ruschel).

**Jornal de História e Geografia**, ano 1, nº 1. Publicação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, jan./fev. 1989. Conteúdo: Iconografia e História (entrevista com Gilberto Ferrez); Bernanos e o Brasil (Antônio Carlos Villça); Navegando o Cassiquiare (Vasco Mariz); O último 1º de Maio do Estado Novo (Umberto Peregrino); Casimiro de Abreu 150 anos (Paulo Pardal); Salvou-se uma biblioteca (entrevista com Plínio Doyle); Uma ironia de D. Pedro II (Fernando Castelo Branco); O Professor Drago e a Abolição (Cleusa de Souza Milan); As três paixões de Marcos Carneiro de Mendonça (entrevista); A Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e o emancipacionismo e o abolicionismo (José Luiz Werneck da Silva); O IHGSP a caminho do centenário (Roberto Machado Carvalho); Bibliografia; noticiário.

**Revista Brasileira de História**, v. 17. São Paulo, Assoc. Nac. dos Prof. Univ. de História/Editora Marco Zero: Volume todo dedicado ao tema **Família e Grupos de Convívio**, com o seguinte sumário: A História da Família no Brasil (Eni de Mesquita Samara); A família na sociedade brasileira: parentesco, clientelismo e estrutura social (Elizabeth Anne Kuznesof); Famílias proprietárias e estratégias de poder local no século passado (Flávia Arlanch Martins de Oliveira); Dotes paulistas; composição e transformações (Muriel Nazzari); Herança e relações familiares: os pretos forros nas Minas Gerais do século XVIII (Ida Lewkowitz); As crianças da Petite-Roquette (Michelle Perrot); Por debaixo dos panos: a máquina policial e o problema da infância desvalida na cidade de São Paulo, 1910-1930 (Luiz Roberto Netto); Mulheres e famílias (Miriam Moreira Leite); A família rememorada (Inês da Conceição Inácio); Os manuais portugueses de casamento dos séculos XVI e XVII (Angela Mendes de Almeida).

**Revista de Ciências Sociais**, v. 2, nº 1. Univ. Fed. do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1988. Conteúdo: Escola Superior de Guerra: mito e realidade

(Shiguenoli Miyamoto); Militarismo: fenômeno universal e constante (Eduardo Pedro Corsetti); Povos indígenas e a nova constituição brasileira (Sílvio Coelho dos Santos); O papel das organizações rurais e a reforma agrária no Rio Grande do Sul (Egon Roque Froelich); Messianismo, milenarismo e religiosidade popular (Ari Pedro Oro); A atualidade da questão regional (Ruben George Oliven); A ilusão tecnológica e a fragmentação do trabalho (Renato Paulo Saul); Os novos movimentos teóricos (Ivo Alberto Schneider); A luz dos diamantes. A Revolução Francesa: os patrícios e os plebeus (Antônio Cláudio Nunez); Uma análise comparativa de atitudes políticas em duas cidades latinoamericanas: Porto Alegre e Quito (Marcello Baquero).

**Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.** Vols. 81 e 82. São Paulo, 1986 e 1987. **Conteúdo: 81:** Homenagem a um paulista benemérito (Vinício Stein Campos); José Pedro Leite Cordeiro (Pedro Ferraz do Amaral); Ernesto de Souza Campos no centênio de seu nascimento (Duílio Crispim Farina); A figura de Maria de Lourdes Borges Ribeiro no cenário cultural (Maria Amália Corrêa Giffoni); Frei Gaspar da Madre de Deus ou a Controvérsia da História (Maria Beatriz Nizza da Silva); A memória de João Pedro Cardoso (Pedro Ferraz do Amaral); De Pómbal à Primeira República (Peçanha de Figueiredo); Carta do Provincial Padre José de Anchieta ao Rei Felipe II (Pe. Hélio Abranches Viotti SJ); Reparos e aditamentos à obra "A Imprensa periódica de São Paulo" (Antônio Barreto do Amaral); Sesquicentenário farroupilha (Oscar Wiederspahn); O Regimento Ipiranga na Segunda Guerra (José Geraldo Evangelista); Características da guerra (Cel. Adauto Fernandes Andrade); Formação histórica dos partidos ingleses (Fernando Whitaker da Cunha); Discursos de posse de Antônio Arruda Camargo, Mons. Primo Vieira; Arruda Dantas, Alfredo Cecílio Lopes, Renato Báez, Walter Fonseca, Adérito Calado e Adilson César; Centro de Estudos Históricos (Roberto Machado Carvalho); Romance histórico e História (José Geraldo Evangelista). **Vol. 82:** José Pedro Leite Cordeiro (Vinício Stein Campos); Diogo Nunes, herói brasileiro da catequese americana (Pe. Hélio Abranches Viotti); Centenário de nascimento do Dr. Bueno de Azevedo (José Bueno de Oliveira Azevedo Filho); Ernani Silva Bruno, historiador (A. Roberto de Paula Leite); Correia de Melo: subsídios para uma biografia (Benedito Pires de Almeida); General João Severiano da Fonseca (Walter Fonseca); Caminhos de Pinheiros (Duílio C. Farina); O Museu Republicano de Itu (Roberto Machado Carvalho); Subsídios para o estudo do Direito Agrário brasileiro (Moisés Gicovate); Campanha do Contestado (idem); Subsídios para a história da Escola de Educação Física da USP (Maria Amália Corrêa Giffoni); Discurso de posse de Desidério Alfredo Fontana; Homenagem aos sócios falecidos em 1985 e 1986 (Vinício S. Campos); Madre Maria Theodora Voiron e o ano de 1985 (Roberto Machado Carvalho); A Novíssima República (J. Pereira); A origem dos "bóias frias" (José Geraldo Evangelista); José Honório Rodrigues, o historiador (A. Roberto de Paula Leite); As antigas Casas da Pólvora na cidade de São Paulo (Cel. Reginaldo M. Miranda; Wagner e a profecia (Fernando Whitaker da Cunha).

**Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo.** nº 38, 1987/88. Vitória, ES. **Conteúdo:** A imigração no Espírito Santo (Luís Bussato); 100 anos de Santa Leopoldina (Alberto Stange Júnior); A iluminação de Vitória no século XIX (Elmo Elton); Cultura é uma vocação (Evandro Moreira); Livro de Sortes (Levy Rocha); Vinte e três de Maio (Aldepho Poli Monjardim); Escravatura e Abolição (José Schiavo); Pancas: origem do nome (Manoel Milagres Ferreira); Discursos de posse Carlo Bussola e José Hygino de Oliveira); Liberdade, igualdade e fraternidade (Manoel Pedro Ferraz); Domingos Martins e a revolução de 1817 (Gabriel Bittencourt); Domingos José Martins (Hermógenes Lima Fonseca); E eles eram assim (Nelson Abel de Almeida); Relatórios. (Cortesia de Levy Rocha).

## NOTICIÁRIO

### TOMBAMENTO DO "CASARÃO" DE JOAQUIM EGÍDIO

À Professora Regina Márcia Moura Tavares, diretora do Centro de Cultura e Arte de nossa Universidade, coube relatar no Conselho de Preservação do Patrimônio Cultural de Campinas, o processo 039.919/88, relativo ao tombamento do imóvel conhecido por "Casarão", à Avenida Heitor Penteado, nº 1172 (esquina com rua José Inácio), no Distrito de Joaquim Egídio. Dado o interesse do parecer elaborado pela ilustre professora e conselheira, aprovado por aquele Conselho, julgamos oportuno transcrevê-lo:

No ano de 1976, numa edição de domingo do mês de outubro, o jornal "Correio Popular", da cidade de Campinas, abria matéria sobre o destino de Joaquim Egídio com os seguintes dizeres:

"O distrito de Joaquim Egídio, embora não oficialmente, fundado em 1842, praticamente parou no tempo: o número de habitantes há muito vem registrando o mesmo índice oscilando entre oito e nove mil. Apesar da vida simples da maioria, os problemas que a população encontra atualmente, segundo moradores, parece que aumentaram a cada dia. Isso em virtude do custo de vida, salários baixos de quase a totalidade da população e a falta de empregos. A cafeicultura, principal atividade do Distrito, com o passar do tempo, extinguiu-se quase que totalmente, conservando apenas minguado comércio de pequenos empórios, bares e mercearias".

Em dezembro de 1988 chegava a este Conselho um pedido de tombamento do "Casarão" do referido Distrito, assinado por 174 moradores, ou seja, quase 20% de sua população urbana.

Na leitura do projeto da arquiteta Ana Vilanueva, encarregada da restauração do imóvel em 1987, a fim de que o mesmo servisse como sede da sub-prefeitura de Joaquim Egídio e Ponto de Cultura, percebe-se a preocupação em justificar a preservação de um bem, muito mais pelo seu uso do que pelo trabalho de criação que o mesmo possa conter. Citando Ulpiano Bezerra de Menezes: "Se se toma cultura como a maneira de organizar a existência" conclui a restauradora que não se pode olhar para os bens culturais desvinculando-os de sua dinâmica cotidiana, isto é, de sua relação com a "vida comum". Insiste, a mesma, na preservação do produto

simbólico sugerindo a desmistificação do bem arquitetônico como função puramente contemplativa, considerando como de importância maior sua reintegração na comunidade, através das necessidades da mesma.

Na justificativa da solicitação do pedido de tombamento, às fls. 33 do processo, lê-se:

“Solicitamos o tombamento do “Casarão” em Joaquim Egídio por várias razões:

1. Proteção de um bem já restaurado;
2. Garantia de um espaço vivo, vital e coletivo onde são realizadas atividades sócio-culturais diversas em benefício das várias faixas sócio-econômicas e etárias da localidade;
3. Conservação da memória local dos moradores, assim como também, de sua identidade local”.

Encarregada por este Conselho de instruir este processo, gostaria de me ater ao 3º item do capítulo “Justificativas” e tecer algumas considerações que, em meu entender, poderão contribuir para uma compreensão mais abrangente do que a arquiteta Ana Vilanueva já insinuou em suas considerações gerais sobre a validade da restauração do imóvel.

O que pode significar, em termos de identidade local o “Casarão” de Joaquim Egídio?

Qual o papel que ele assume no conjunto simbólico das relações do Homem com seu entorno, que possa justificar esta mobilização da população na direção de seu tombamento?

Quando, há alguns anos, os índios Kraós abordaram o Reitor da USP objetivando a restituição de sua machadilha ritual, na ocasião um item do acervo do museu universitário, poucos sabiam no Brasil que, naquele momento, o até então reduzido grupo nativo passava por uma fase de recuperação da perspectiva de futuro, com um significativo aumento da taxa de natalidade. Instalava-se no seio da população, depois de anos de desagregação tribal, a crença de que havia um futuro possível. Resgatar a machadilha ritual se fazia necessário, na medida que ela reforçava a confiança do grupo em si mesmo.

Vejo, neste pedido de tombamento encaminhado pela população, através de um abaixo-assinado de 174 assinaturas, de um total de 1065 (censo de 1981), uma atitude semelhante a dos Kraós em sua busca de identidade e de permanência. O “Casarão” de Joaquim Egídio deve conter os mesmos ingredientes, a nível do simbólico, do artefato indígena, ou seja, deve representar um bem cuja apropriação coletiva seja capaz de restituir a crença no futuro, a possibilidade da continuação da vida.

Joaquim Egídio surgiu com o esplendor da cafeicultura e o “Casarão” de 1898, de alguma forma, representou para a população a

época da fartura, da vida plena. Construído para ser empório e posteriormente alfaiataria, provavelmente, serviu a mesa dos próprios colonos italianos, de hábitos alimentares diversificados, os quais mais tarde, com suas habilidades artesanais, prestaram serviços à própria aristocracia latifundiária.

Enquanto abandonado, decrépito e destituído de suas funções sociais o "Casarão", nos anos que se seguiram ao término do ciclo cafeeiro, não mais representou a fé de uma população em si mesma; pelo contrário, passou a incomodá-la com sua presença indesejável, testemunho tangível do fim de um período de glória e de riqueza. Em seus inúmeros contactos com a população local, nos momentos que antecederam ao início das obras de restauração, a arquiteta Vilanueva pode sentir o incômodo que representava para a mesma o prédio abandonado. Pedia-se que o removessem dali; que o pusessem abaixo, pois "enfejava" a cidade e a denegria com seus ocasionais inquilinos mendigos e drogados.

A Prefeitura de Campinas elegeu-o para sede da sub-prefeitura e centro cultural, desapropriando-o e restituindo seu antigo esplendor. O trabalho foi executado com participação intensa da população no projeto que definiu em muitos momentos, o material a ser usado e a técnica a ser empregada. A sensibilidade e a boa formação teórica da profissional responsável pela obra, foram capazes de engajar na proposta de preservação do bem a população do distrito, a qual, sem o perceber, começou então a associar o rejuvenescimento do "Casarão" à uma fase mais promissora para si mesma.

Em minha visita ao local pude senti-lo como foco irradiador de uma nova energia, um catalizador de forças capaz de resgatar a crença de que virão dias melhores para Joaquim Egídio. Os senhores sentados em suas escadarias comentavam as recentes experiências com plantio de café que vêm realizando dois fazendeiros das redondezas.

Sente-se, pairando no ar, uma promessa de futuro. Há um sentimento difuso de que a falta de trabalho, a escassez de recursos, as alternativas cada vez mais limitadas de sobrevivência, poderão ser revertidas. O "Casarão" ali está no coração da cidade, no ponto de convergência dos caminhos das fazendas dizendo que é possível renascer, é possível transformar o "status quo".

Tal fato fala a favor do que venho defendendo desde longa data, ou seja, que o tombamento de um bem se justifica, sobretudo na medida que já o foi no coração da população. Muito mais do que a excelência dos estilos arquitetônicos que elegemos artísticos e representativos de uma época, do que os eventos da história oficial que tiveram lugar em espaços específicos, deve ser a avaliação do significado de que um bem tem para uma dada população o critério maior norteador num processo de avaliação do que deve ou não ser preservado.

Compete aos poderes municipal, estadual e federal aprofundarem esta questão, descobrindo os mecanismos através dos quais as populações possam assumir a atitude preservacionista, como única capaz de lhes garantir o desempenho de papéis sociais futuros e único terreno sobre o qual o porvir poderá ser concebido, até mesmo através de uma reinvenção do passado.

As 174 assinaturas que reivindicam o tombamento do “Casa-rão” de Joaquim Egídio são o testemunho vivo de que o futuro do Homem tem de estar calcado nos passos da herança social que ele constrói, cumulativamente, ao longo de gerações, pois só ela lhe dá a identidade, só ela o faz sentir-se sujeito da história, só ela lhe dá a crença de que há um futuro possível.

Sou favorável ao tombamento requerido.

**Campinas, 03 de maio de 1989.**

**a) Regina Márcia Moura Tavares**

\*

#### SANTA CASA DO ARQUIVO PARA O CENTRO DE MEMÓRIA

A Santa Casa de Misericórdia de Campinas acaba de entregar para o Centro de Memória da Unicamp todo o seu arquivo histórico que guarda a memória da cidade no registro de mais de 500 mil doentes que por ali passaram. Os documentos e livros retratam a história dos 118 anos da instituição. Para o diretor do Centro de Memória, J. R. do Amaral Lapa, o acervo da Santa Casa permitirá o resgate da memória do homem doente para a compreensão de suas dores e sofrimentos, possibilitando a observação dos mecanismos sociais – administrativos e burocráticos, as práticas religiosas e o exercício do poder – e o universo que passa a existir entre médico e doente. “No caso do arquivo da Santa Casa, é o universo da pobreza, a história dos homens e mulheres que, num momento de desorganização de suas vidas, de desconforto, de fatalismo e dor recorrem ao hospital que os atende há tanto tempo”, diz o diretor. (De uma notícia divulgada pelo “Correio Popular”, em 20-6-1989).

\*

#### LAMENTÁVEL DESCUIDO “FERROVIÁRIO”

Em seu número 172, de março do corrente ano, a preciosa “Revista Geográfica Universal”, publicou excelente reportagem sobre Cân-

dido Portinari. Infelizmente, a certa altura, incidiu em lamentável descuido “ferroviário”... a propósito da terra natal do grande pintor. Com efeito, à página 52, lê-se que “a cidadezinha de Brodowski nasceu em torno da estação ferroviária construída pela São Paulo Railway (depois Mogiana)...”. Não. Trata-se de duas ferrovias distintas. A São Paulo Railway foi construída entre 1864 e 1867 para estabelecer ligação do porto de Santos com o planalto paulista, tendo sua estação terminal em Jundiaí. Cinco anos depois, em 1872, foi fundada em Campinas a “Mogiana” (Companhia Mogiana de Estradas de Ferro) e a esta empresa coube levar os trilhos até a região de Ribeirão Preto e Franca, transpondo depois o rio Grande e alcançando Araguari, no Triângulo Mineiro. Precisamente entre Ribeirão Preto e Franca é que foi estabelecida, cremos que em 1884, a estação de Brodowski, origem da cidade onde nasceu Portinari. Portanto, a São Paulo Railway nunca teve nada com a região, pois nunca passou de Jundiaí. O nome da estação e depois cidade foi dado em homenagem a um engenheiro polonês contratado pela Mogiana. Aportuguesado por muito tempo para **Brodosqui**, teve sua forma original restabelecida por ato recente do governo estadual.

\*

## FEMINISMO EM PERNAMBUCO NO SÉCULO XIX

Uma equipe de oito pesquisadoras da Universidade Federal de Pernambuco, interessada em reescrever a História do Brasil a partir do ponto de vista feminino, vasculhou arquivos e bibliotecas antigas nos últimos dois anos, e descobriu documentos — sobretudo jornais e livros — que revelam a existência, no século passado, de uma intensa atividade intelectual realizada por mulheres.

Entre 1830 e 1890 as pesquisadoras localizaram cerca de vinte periódicos redigidos por mulheres, que propagavam as idéias mais modernas da época, como a abolição dos escravos e a profissionalização da mulher e já denunciavam a dívida externa do país.

O jornal feminino mais antigo localizado pela pesquisa chama-se **Espelho das Brasileiras**, e foi publicado em 1831, em Olinda, provavelmente redigido por Nísia Floresta, escritora e pioneira do feminismo no País. Todavia, o campeão da retórica violenta é **A Mulher**, editado em 1883 por Josepha Oliveira e Maria Estrella, que estudaram medicina nos Estados Unidos e lá mesmo publicaram as seis primeiras edições, em língua portuguesa. O tema preferido das editoras de **A Mulher** era a instrução universitária para suas contemporâneas.

Experiência semelhante, embora ideologicamente mais ampla, é a do **Ave Libertas**. Fundado e dirigido por Leonor Porto, também presidente de uma sociedade abolicionista exclusivamente feminina, o jornal tinha uma proposta ambiciosa. Ao mesmo tempo em que afirmava o direito da mulher de intervir na sociedade, o jornal abraçava causas como a Abolição e o combate ao governo imperial. (De uma nota de Evaldo Costa, em "O Estado de S. Paulo, 13-5-1989).

## UM POUCO DE MÚSICA

### COMPOSIÇÕES INÉDITAS DO PADRE JOSÉ MAURÍCIO

Na Revista da Academia Brasileira de Letras, ano VI, nº 6, de setembro de 1987, págs. 97 a 100, deparamos com artigo de Alan Viggiano, **Padre José Maurício e Tchaikowsky**, no qual pareceu-nos desrespeitosa a maneira como o autor se refere a Hércules Florence, o verdadeiro descobridor da fotografia e autor de tantos outros trabalhos notáveis. Integrou ele a famosa e até hoje controvertida expedição do Barão de Langsdorff, cônsul russo no Rio de Janeiro, a quem o czar Alexandre I incumbiu de importante missão no interior do Brasil, começando por Mato Grosso e regressando pelo Amazonas e Pará.

Amado Adriano Taunay, um dos integrantes da expedição, no início de setembro de 1827, de Cuiabá escrevia ao pai: “Tive o grande prazer de encontrar, nesta distante cidade, cópias manuscritas de não poucas músicas do Padre José Maurício, por nós dois tão justamente apreciado. Uma delas, pela feitura singela, delicada e clássica, fez-me lembrar o modo de compor do bom e meigo Segismundo Neukomm”.<sup>1</sup>

Alan Viggiano, em seu artigo, transcreve o seguinte trecho da **Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas**, de Hércules Florence: “Despediu-se de nós o sr. Angelini, que volta para o Rio de Janeiro. Tendo, a pedido do sr. Langsdorff, tido a bondade de se encarregar de nossas coleções, leva boa porção de caixotes cheios de objetos de história natural, diversos relatórios e manuscritos, cartas nossas para o Rio e a Europa e um maço de desenhos do sr. Taunay e meus, tudo endereçado ao sr. Kielchen, vice-cônsul da Rússia, que deve dar destino às cartas e fazer chegar o mais a São Petersburgo”.<sup>2</sup>

E mais adiante acrescenta o sr. Viggiano, por conta própria: “O esperto sr. Florence não informa é que, entre esses relatórios e manuscritos, cartas, desenhos, tudo endereçado ao Sr. Kielchen, estavam as partituras do padre José Maurício. De mansinho chegamos lá; as mais de cem

(1) Taunay, Visconde de — **Dous artistas máximos: José Maurício e Carlos Gomes**, p. 8. São Paulo, Melhoramentos (1930).

(2) Florence, Hércules — **Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas**, p. 166. Trad. do Visconde de Taunay. São Paulo, Cultrix/USP, 1977.

composições barrocas do padre José Maurício nunca se extraviaram entre Cuiabá e o Rio de Janeiro, mas foram parar, com toda a segurança, no museu de São Petersburgo”.

Não cremos ter havido qualquer “esperteza” por parte de Hércules Florence. Parece-nos simplesmente que, não tendo Florence procedido a um arrolamento particularizado da remessa, anotou apenas o que lhe pareceu mais importante, englobando tudo o “mais” entre os “manuscritos” mencionados.

Deixando de lado todas as especulações que sobre o assunto se possa fazer, seria o caso de sugerir-se ao Itamarati entrar em contato com o governo soviético para a ida a Leningrado (a antiga São Petersburgo) de nossa maior autoridade em José Maurício, a Professora Cleofe Person de Mattos, a fim de pesquisar se realmente se encontram no museu da importante cidade soviética, as composições de nosso padre-compositor, que o sr. Viggiano afirma com toda a segurança que lá foram parar. (De uma nota do dr. Carlos Gonzalez).

\*

## BACH NAS MINAS GERAIS NO SÉCULO XVIII?

Segundo informação do maestro Walter F. Gauss, musicista germânico há muito radicado em São Paulo, a revista “Moriã”, que se edita em Hamburgo, estampou artigo sob o título **Ouro Preto: reiche Stadt aus dem nichts** (“Ouro Preto, opulenta cidade que veio do nada”), de autoria de Ivan Angelo, correspondente do “Jornal da Tarde”, de São Paulo. Em meio a referências sobre as obras pictóricas e arquitetônicas do Barroco, que enriquecem a paisagem cultural de várias cidades mineiras, deparamo-nos com este estranhíssimo parágrafo: “Uma nova escola amplia-se nas igrejas e cidades da Capitania. Por volta de 1750 será executada na Igreja de Nossa Senhora do Pilar a **Paixão segundo S. Mateus**, de Johann Sebastian Bach, sendo possível ouvir Joseph Haydn, Friederich Haendel, Wolfgang Amadeus Mozart”.

Minha profunda surpresa fundamenta-se em diversos motivos. Em primeiro lugar, trata-se de uma importante revelação histórica; e como tal o sr. Ivan Angelo, tão firme em suas observações, teria o indeclinável dever de indicar **in extenso** a fonte documental em que se abeberou. Mas não o fez. Em segundo lugar, é notório que a música e a vida artística dos compositores mineiros do século XVIII foram minuciosamente esquadrihadas pelo famoso e controverso professor alemão dr. Francisco Curt Lange. Possui a maior parte de suas monografias. Em nenhuma delas se fala de Bach interpretado em igrejas de Vila Rica ou qualquer outra cidade das Alterosas.

Consultei a esse propósito minha eminente amiga e colega, professora Cleofe Person de Mattos, do Rio de Janeiro. Disse-me que jamais ouvira falar nisso...

Há que aduzir outras considerações. Muito embora J. S. Bach desfrutasse de celebridade em seu tempo, é notório que o **Summus Musicus** foi mais venerado como virtuose organista do que por méritos de compositor, haja vista as poucas edições de sua obra, enquanto viveu. Suas cantatas sacras se executavam com regularidade nas igrejas de Santo Tomás e de São Nicolau, de Leipzig, onde Bach viveu de 1723 até sua morte em 1750. A música era executada por cópias manuscritas, muitas até mesmo autógrafas... e quantas se perderam irremediavelmente!

Quanto à **Paixão segundo S. Mateus**, sua partitura somente foi editada em 1830. O texto foi preparado por Christian Friedrich Henrici (Picander por pseudônimo) com adendas do próprio Bach. Reúne consideráveis forças: dois coros mistos a quatro vozes, um terceiro coro de meninos-cantores; quatro solitas, duas flautas travessas, duas flautas doces, dois oboés; oboés “d’amor” e “da caccia” aos pares; as cordas; órgão e baixo-contínuo. Duração aproximada de toda a obra: três horas e quarenta minutos.

Se a montagem dessa gigantesca obra-prima, um dos monumentos supremos do gênio humano, exige uma soma ingente de trabalho preparatório, seria pensável em relação aos modestos efetivos das igrejas ouopretanos do Setecentos?

Antolha-se-me inadmissível que um jornalista afoito, despreparado de provas, faça circular em revista cultural da Alemanha um tópico dessa importância, sem o mínimo respaldo na comprovação histórica. Pelo menos até prova em contrário. (De uma carta do eminente musicólogo e crítico musical, dr. José da Veiga Oliveira, de São Paulo).

## MEMÓRIA CAMPINEIRA (37)

### PRESENÇA PORTUGUESA EM CAMPINAS

A colônia portuguesa em Campinas foi sempre bastante numerosa. Numerosa e atuante. Por muitas décadas dominou o comércio atacadista da cidade. Não foi sem propósito que se denominou **Lusitana** a uma das ruas mais importantes da parte central da cidade, via pública da qual já nos ocupamos em **Memória Campineira** de nosso número 129 (jan./mar. 1988).

Colônia numerosa e atuante, não é de admirar que se dispusesse a alguns empreendimentos significativos e que bem caracterizam o espírito e a mentalidade dos portugueses, em expressivos traços de solidariedade humana. Um deles, a fundação de um hospital que servisse à colônia. A tradição hospitalar lusitana vinha de longe, desde quando, ainda na Idade Média, surgiram as primeiras **Misericórdias**, popularmente conhecidas por **Santas Casas**. Introduzidas no Brasil logo no início da colonização, as Santas Casas de Misericórdia marcaram, com sua fisionomia própria, muito da vida comunitária e social dos tempos de outrora. Seu poder e influência chegaram até nossos dias.

Ao lado das Santas Casas — e, naturalmente, sem prejuízo delas — surgiram as Sociedades de Beneficência, que se tornaram logo conhecidas por **Beneficências Portuguesas**. Surgiram em todas as cidades importantes do país, quase sempre com grandes e renomados hospitais.

A de Campinas foi fundada a 20 de julho de 1873, por iniciativa de Francisco Gonçalves Ferreira Novo, então agente consular de Portugal na cidade. Três dias antes, Ferreira Novo fizera publicar em “A Gazeta de Campinas” o seguinte convite: “Aos Portugueses. Francisco Gonçalves Ferreira Novo convida a todos os seus patrícios (sem distinção) a se reunirem no salão do teatro S. Carlos, desta cidade, no próximo domingo 20 do corrente, às 4 horas da tarde para o fim caridoso de se tratar da fundação de uma Sociedade de Beneficência Portuguesa”. A reunião foi muito concorrida, informa um cronista da época. E o Dr. Quirino, redator da “Gazeta de Campinas”, presente à reunião na qualidade de jornalista, pronunciou algumas palavras para saudar o acontecimento, “tão nobre e honroso para os portugueses como para a nossa

terra, onde a nacionalidade ali congregada forma uma colônia tão vasta quanto respeitável".<sup>1</sup>

Ficou assim composta a primeira diretoria: Presidente, Francisco Ferreira Novo; vice-presidente, Dr. Valentim José da Silveira Lopes (depois Visconde de São Valentim); 1º Secretário, Guilherme de Andrade Vilares; 2º Secretário, Albino de Oliveira; procurador, José Manoel de Faria; tesoureiro, João Gonçalves Ferreira Novo; beneficente, Antônio Alves Pimenta. Conselho: Comendador Manoel Cardoso A. Silva, José Joaquim Duarte de Resende, Francisco Ferreira de Mesquita, Manoel Joaquim Duarte de Resende, José Mesquita dos Santos, Antônio Joaquim Ribeiro, Joaquim Teixeira de Queiroz e José de Souza Teixeira.

Iniciando seus trabalhos a Sociedade conseguiu, por meio de donativos e leilões de prendas (os primeiros realizados em Campinas) fundar o seu hospital, inaugurando-o a 29 de junho de 1879. Situava-se na chamada "parte alta da cidade", no mesmo local em que ainda se encontra, naturalmente, hoje, com as transformações que seu desenvolvimento exigiu. Ocupa toda a quadra formada pelas ruas Onze de Agosto (entrada principal), Marechal Deodoro, Andrade Neves e Sebastião de Souza, tendo à sua frente a bela praça Luiz de Camões, de que adiante cuidaremos.

Por ocasião da terrível calamidade da febre amarela, informa Leopoldo Amaral, a Beneficência Portuguesa "abriu as portas do seu hospital e constituiu-se um dos pontos onde a pobreza encontrou conforto e o preciso tratamento. Este fato atesta eloqüentemente a benemerência da instituição".<sup>2</sup> Por seus méritos, o governo português, ao tempo de D. Carlos, concedeu-lhe a denominação de **Real**, que ostenta em seu título. E convém lembrar que raro foi o médico de Campinas que não tenha prestado serviços à benemerita entidade.

O ano seguinte ao da inauguração do hospital da Beneficência Portuguesa assinalou duas homenagens a Camões, o poeta máximo da língua. A fundação, a 10 de junho (de 1880) da **Sociedade Luís de Camões**, com a finalidade de "proporcionar reuniões recreativas e instrutivas aos sócios, incluindo atividades musicais", criada por iniciativa de José Pereira de Andrade, Manoel Joaquim Moreira, José da Silva Guimarães, entre outros. E no mesmo ano, houve por bem o governo municipal em dar o nome do autor de "Os Lusíadas" à praça fronteira à Beneficência Portuguesa, que veio a se tornar, com o tempo, um dos mais belos jardins de Campinas. Nele, a 7 de setembro de 1922, foi inaugurado o busto do poeta, "oferecido à cidade pela comunidade luso-brasileira", conforme se lê em placa nele colocada. Informa Leopoldo Amaral que a iniciativa desta

(1) Amaral, Leopoldo — **A cidade de Campinas em 1901**, p. 171-172. Campinas, Livro Azul, 1900.

(2) Amaral, Leopoldo — **Campinas: recordações**, p. 226. São Paulo, Seção de Obras de "O Estado de S. Paulo", 1927.

homenagem partiu de Álvaro Ribeiro, então vereador à Câmara Municipal, secundado por comissão executiva integrada por José Pereira de Andrade, José Barbosa de Barros, Fortunato de Figueiredo Tavares, Fernando da Cruz Passos e Joaquim Duarte Barbosa. O trabalho artístico foi executado pelo escultor José Rosada.<sup>3</sup>

A evocação da **Praça Luís de Camões** leva-nos a evocar igualmente outros logradouros e vias públicas da cidade, nos quais a presença portuguesa se faz sentir. Lembremos, de início, que se denomina **Parque Portugal** a maior e mais bela área de lazer de que dispomos, local conhecido popularmente por **Lagoa**. E nas imediações deste maravilhoso parque, diversos bairros se formaram, todos de alto nível, e em cujas ruas predominam nomes portugueses, desde **D. Manuel-o-Venturoso** até vultos expressivos de literatura lusíada do século passado. Alguns, ligados também ao Brasil, como Martim Afonso, Pero Lopes de Sousa, Gonçalo Coelho, Gaspar de Lemos, André Gonçalves, Jorge Figueiredo Correia, Francisco Pereira Coutinho, Pedro de Campos Tourinho, Duarte Coelho, Pero Vaz de Caminha, Vasco Fernandes Coutinho, Diogo Álvares (o “Caramuru”), Tomé de Souza, Duarte da Costa, Mem de Sá, Pero de Góis, D. João VI, Marquês de Pombal e o Padre Antonio Vieira. Outros, legítimos padrões da glória portuguesa, embora não vinculados diretamente ao Brasil, como Bartolomeu Dias, Dom Afonso Henriques, Nun’ Alvares Pereira, Fernão de Magalhães, Inês de Castro. E finalmente, quatorze grandes vultos da literatura portuguesa ilustrando as ruas de Campinas: Fernão Lopes, Gil Vicente, Pe. Manuel Bernardes, Egas Moniz, Teófilo Braga, Camilo Castelo Branco, Júlio Diniz, Almeida Garrett, Latino Coelho, Alexandre, Herculano, Eça de Queiroz, Guerra Junqueiro, Fialho de Almeida e Jaime Seguíer (o conhecido dicionarista, aliás grafado erroneamente, como Jaime Sequier). É possível que algum nome tenha escapado a esta relação. E convém recordar, para finalizar, alguns nomes que figuram em outros bairros: Pedro Alvares Cabral denomina-se uma das ruas que circundam o belíssimo Bosque dos Jequitibás; Gago Coutinho encontra-se numa via pública do Chapadão; Ramalho Ortigão figura em Santa Genebra; D. José I, no início do Bonfim, em terrenos onde outrora localizava-se o hipódromo campineiro; e o Marechal Carmona, em Vila Marieta.

(3) Amaral, L. — **Campinas: recordações**, p. 486.

## TEXTOS

(Sugestões para seminários)

### PROJETO DE ABOLIÇÃO

(Ruy Barbosa)

A Loja América apresenta à sábia consideração do Grande Oriente Brasileiro do Vale dos Beneditinos o seguinte projeto, requerendo a sua conversão em lei geral e obrigatória para a toda a maçonaria estabelecida no país:

Art. 1º – Sendo verdade inconcussa que a emancipação do elemento servil e a educação popular são hoje as duas grandes idéias que agitam o espírito público e de que depende essencialmente o futuro da nação, a Maçonaria brasileira declara-se solenemente disposta a manter e propagar esses dois princípios, não só pelos recursos intelectuais da imprensa, da tribuna e do ensino, como também por todos os meios materiais atinentes a apressar a realização dessas idéias entre nós.

Art. 2º – Todas as Lojas Maçônicas instituídas no País, tanto as já existentes como as porvindouras, não poderão alcançar nem continuar a merecer título e os direitos de oficinas regulares e legítimas sem que adotem pelo mesmo modo esses dois princípios sociais, comprometendo-se a trabalhar por eles com eficácia e tenacidade.

Art. 3º – Todas as Lojas Maçônicas sujeitas ao Grande Oriente Brasileiro, assim presentes como futuras, ficam obrigadas a abrir no orçamento de suas despesas uma verba especial reservada ao alforriamento de crianças escravas.

§ 1º – Esta verba será proporcional à soma total da receita de cada Loja, de maneira que seja sempre um quinto da receita total.

§ 2º – Este termo proporcional será aplicado invariavelmente a todas as Lojas”.

§ 3º – Ficam também obrigadas todas as oficinas brasileiras a empregar todos os esforços possíveis dentro da esfera de seus recursos pecuniários, a fim de divulgar ativamente a educação popular, criando nos seus competentes vales escolas gratuitas de ensino primário, já noturnas ou domingueiras para adultos de todas as classes, já diurnas e diárias para crianças de um e outro sexo.

Art. 5º – Nenhum indivíduo poderá mais obter o título e os privilégios de legítimo maçom sem que primeiramente, antes de receber a iniciação, declare livres todas as crianças do sexo feminino que daí em diante lhe possam provir de escrava sua.

§ único – Esta declaração será escrita e assinada pelo respectivo neófito e por testemunhas idôneas, escolhidas dentre os maçons presentes, em número bastante para que venha a produzir todos os efeitos legais.

Art. 6º – Todos aqueles que já se acham iniciados em qualquer Oficina Maçônica do Brasil, ficam igualmente obrigados, logo que for promulgada esta lei, a lavrar um compromisso em que declarem livres todas as crianças do sexo feminino, filhas de escrava sua, que possam vir à luz desse momento em diante.

§ único – Esta declaração será escrita e assinada pelo respectivo **in apenso** e por testemunhas idôneas, em número suficiente, a fim de que possa produzir todas as conseqüências legais.

Art. 7º – Para estas declarações de liberdade haverá em cada oficina um livro particular, numerado e rubricado pelos delegados do Grande Oriente, ou em falta deles, pelo Venerável da Loja.

§ 1º – As declarações serão feitas por cada maçom de **per si**, não se admitindo nunca que mais de um indivíduo subscreva o mesmo compromisso.

§ 2º – Cada declaração individual será lavrada em uma das folhas do respectivo livro.

Art. 8º – Se qualquer indivíduo recusar-se a fazer a declaração referida nos Arts. 5º e 6º, se ainda não for maçom não poderá nunca ser iniciado, e se já o for ficará **ipso facto** coberto por toda a Maçonaria Brasileira, sendo a respectiva Loja obrigada a comunicar esta ocorrência ao Grande Oriente e às oficinas mais próximas ou àquelas que forem situadas em qualquer lugar para onde tenha de seguir o maçom suspenso.

§ único – Esta suspensão será levantada logo que o indivíduo, comparecendo na sua antiga oficina, lavrar e subscrever o compromisso mencionado.

Art. 9º – Se qualquer maçom, apesar de ter escrito e assinado a declaração indicada nos Arts. 5º e 6º, continuar a criar e manter ilegalmente na escravidão as crianças a que tenha dado liberdade pelo seu compromisso, fica a respectiva Loja obrigada a participar logo e logo este delito ao Grande Oriente, o qual, tanto que receber esta comunicação, declarará o delinqüente excluído do grêmio da Maçonaria Brasileira, como desobediente aos decretos do Grande Oriente, ficando privado de todos os títulos, direitos, privilégios e dignidade que possuir.

Art. 10 – No caso figurado pelo artigo antecedente cumpre à respectiva oficina escolher sem demora pessoa competente, que processe o criminoso perante os tribunais civis, servindo-se do compromisso por ele escrito e assinado, a fim de obter a sentença de liberdade em favor das crianças mantidas em injusto cativeiro.

Art. 11 – A Loja Maçônica que não satisfizer rigorosamente às obrigações determinadas nos artigos precedentes será pela primeira vez repreendida e intimada para cumpri-las, e, se resistir, ficará suspensa como refratária às leis do Grande Oriente Brasileiro.

Art. 12 – Todas estas disposições, cuja aplicação à Maçonaria Brasileira depende ainda da resolução do Grande Oriente, começam a vigorar desde hoje como lei punitiva no seio da Loja América.

São Paulo, 4 de abril de 1870. Ruy Barbosa.

(Manuscrito do arquivo da Casa de Ruy Barbosa, reproduzido em **Enciclopédia histórica do mundo maçônico**, de Renato de Alencar, pp. 417-419. Rio de Janeiro, Editora Maçônica, 1968. Cortesia do sr. Félix Cotaet).

\*

### CARTA DO ATLÂNTICO (14 de agosto de 1941)

O Presidente dos Estados Unidos da América e o Sr. Churchill, Primeiro Ministro, representando o Governo de Sua Majestade no Reino Unido, reunidos no mar, julgam conveniente dar a conhecer certos princípios sobre os quais eles baseiam suas esperanças num futuro melhor para o mundo e que são comuns à política nacional de seus respectivos países.

- 1) Seus países não buscam nenhum aumento territorial ou outro.
- 2) Não desejam ver nenhuma modificação territorial que não esteja de acordo com os desejos livremente expressos dos povos interessados.
- 3) Respeitam o direito que tem cada povo de escolher a forma de governo sob a qual deve viver; desejam que sejam devolvidos os direitos soberanos e o livre exercício do governo aos que foram privados deles pela força.
- 4) Esforçam-se, levando em consideração as obrigações já por eles assumidas, para abrir igualmente a todos os Estados, grandes ou pequenos, vencedores ou vencidos, o acesso às matérias-primas do

mundo e às transações comerciais que são necessárias à sua prosperidade econômica.

5) Desejam tornar real entre todas as nações a colaboração mais completa, no domínio da economia, a fim de garantir a todas a melhoria da condição operária, o progresso econômico e a segurança social.

6) Após a destruição final da tirania nazi, eles esperam ver estabelecer-se uma paz que permita a todas as nações permanecerem em segurança no interior de suas próprias fronteiras e que garantirá a todos os homens de todos os países uma existência livre do medo e da necessidade.

7) Tal paz permitirá a todos os homens navegarem sem entraves pelos mares.

Eles têm a convicção de que todas as nações do mundo, tanto por razões de ordem prática quanto de ordem espiritual, deverão renunciar finalmente ao uso da força. E desde que é impossível salvar a paz futura enquanto certas nações que a ameaçam — ou poderiam ameaçá-la — possuem armas no mar, em terra e nos ares, consideram que, até que se possa estabelecer um sistema extensivo e permanente de segurança geral, o desarmamento se impõe. Do mesmo modo, ajudarão e encorajarão todas as outras medidas práticas suscetíveis de aliviar o fardo esmagador dos armamentos que oprime os povos pacíficos.

(Moreira, Bugallo, Albuquerque, coord. — **Legado político do Ocidente: o Homem e o Estado**, p. 228. São Paulo, Difel, 1978).

## VULTOS DA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA

### AMÉRICO BRASILIENSE (1833-1896)

Américo Brasiliense de Almeida Melo, literária e politicamente conhecido apenas por Américo Brasiliense, que é como seu nome figura em vias públicas e até numa cidade do Estado de São Paulo, foi uma das grandes figuras da propaganda republicana no Brasil. Nascido em São Paulo a 8 de agosto de 1833, diplomou-se pela Faculdade de Direito de sua cidade em 1855, doutorando-se em 1860. Exerceu por pouco tempo a advocacia, preferindo a magistratura, na qual também pouco permaneceu. Foi juiz municipal de órfãos em Faxina (atualmente Itapeva), no interior do Estado. Sua verdadeira inclinação era a política. Ainda ao tempo do Império, foi deputado provincial em diversas legislaturas e deputado à Assembléia Geral em 1867. Presidiu as províncias da Paraíba (1866) e do Rio de Janeiro (1868). Vereador à Câmara Municipal de São Paulo, em 1878. Professor da Faculdade de Direito a partir de 1882. Atingiu o ápice de sua carreira como Ministro do Supremo Tribunal Federal. Deixou de exercer dois importantes cargos para os quais havia sido indicado: ministro do Brasil em Portugal e ministro da Fazenda no governo do Marechal Deodoro.

Na fase da propaganda republicana viveu em Campinas, tendo sido um dos representantes desta cidade na Convenção de Itu, em 1873, cabendo-lhe mesmo secretariar a importante reunião, da qual, como se sabe, resultou a sistematização da propaganda republicana em São Paulo com a fundação do Partido Republicano Paulista.

Nos meses que se seguiram à proclamação da República teve intensa participação na vida política de São Paulo, exercendo o governo do Estado num período difícil, de graves agitações políticas. Pouco tempo permaneceu na chefia do governo paulista: apenas alguns meses no ano de 1891. Em virtude da crise que, nesse período, assinalou o governo federal, viu-se compelido a deixar o cargo, com a subida de Floriano Peixoto à presidência da República. O que, todavia, não impediu ser nomeado pelo próprio Floriano para o Supremo Tribunal Federal, última etapa de sua carreira pública, como já foi lembrado. Na antiga Capital Federal faleceu aos 25 de março de 1896.

Sobre o tumultuado período em que Américo Brasiliense governou nosso Estado, escreveu Eugênio Egas: "O dr. Américo Brasiliense

substituiu ao dr. Jorge Tibiriçá e deu início à organização constitucional do Estado de São Paulo, a Pátria Paulista, como diziam os escritores da época. Durante o governo do dr. Américo Brasiliense não houve administração, nem podia haver, tal era a agitação e a confusão que lavrava em todo S. Paulo. Só houve política. A sorte do dr. Américo ficou presa à sorte do chefe da Nação. De agitação em agitação, de dificuldades em dificuldades, foi-se formando em torno dos governantes um ambiente de apreensões e perigos, que só desapareceram quando o marechal Deodoro caiu, e em São Paulo o governo voltou ao Partido Republicano chefiado por Prudente, Campos Sales, Glicério e Bernardino. Em tais condições, o dr. Américo Brasiliense não apresentou ao Congresso Legislativo de São Paulo relatório dos negócios administrativos; limitou-se a tratar em sua mensagem de assuntos políticos atinentes à organização constitucional paulista". E a seguir transcreve Eugênio Egas o "documento importante, digno de meditada leitura" que foi a mensagem de Américo Brasiliense apresentada ao Congresso paulista a 8 de junho de 1891.<sup>1</sup>

Jornalista de talento e combatividade, vinculou seu nome, também, à historiografia brasileira, com um manual de história pátria, que resultou de lições ministradas num colégio de Campinas, e com um livro clássico de nossa bibliografia política: **Os Programas dos Partidos e o Segundo Império**, publicado em São Paulo pela "Typographia de Jorge Seckler", em 1878. Volume de 206 páginas e mais 56 numeradas com algarismos romanos, constituía o livro apenas a primeira parte — **Exposição de Motivos** — da obra que pretendia realizar, mas que ficou nesse primeiro volume.

Em seu livro, figuram os programas de todos os partidos políticos então existentes. Na parte relativa ao Partido Republicano, transcreve-se na íntegra o Manifesto de 3 de dezembro de 1870, com o qual os republicanos lançaram-se às lides políticas, devidamente organizados em partido. Em extenso capítulo de 115 páginas, cuidou o autor do movimento republicano em São Paulo, transcrevendo textos do mais alto interesse: manifestos, declarações, circulares, o projeto de Constituição paulista, etc. No apêndice documental (paginação em algarismos romanos) figuram as "reflexões" apresentadas pela Câmara de Itu ao projeto de Constituição do Império; um documento semelhante elaborado em Pernambuco por Frei Caneca e o Manifesto do Centro Liberal, de 1869.

Tornou-se, assim, o livro de Américo Brasiliense fonte imprescindível para a história da República no Brasil. No entanto, passou um século sem que se cuidasse de sua reedição, o que só ocorreu em 1979 pelo Senado Federal/Casa de Ruy Barbosa, integrando a excelente coleção "Bernardo Pereira de Vasconcelos" (volume 23). A esta reedição, Washington Luís Neto acrescentou pequena, mas bem redigida introdução.

(1) Egas, Eugênio — **Galeria dos Presidentes de São Paulo**, vol. II, pp. 26-30. São Paulo, Seção de Obras de "O Estado de S. Paulo", 1927.

“Obra de combate político, por vezes mesmo de combate pessoal – escreve o autor da introdução da nova edição – **Os Programas dos Partidos** não deixa, porém, de enfileirar, de maneira sumamente valiosa para o pesquisador, várias das orientações programáticas, manifestos-programas e corpos doutrinários produzidos no período considerado, pelos partidos ou por grupamentos políticos mais ou menos estruturados. Os comentários com que Américo introduz os textos dos programas são, via de regra, sucintos, mas a maneira com que os justapõe serve-lhe para ilustrar amplamente sua explicação teleológica da história das lutas políticas entre a abdicação de Pedro I e a ascensão do gabinete de 5 de janeiro”. E não sem razão lembrou, antes, o apresentador do volume, o senador e também historiador Luís Viana Filho, ser a obra de Américo Brasiliense “depositária de um precioso conjunto de pronunciamentos sobre a evolução das idéias políticas, do próprio conceito ou formação da nacionalidade, do estado moderno e do pensamento político brasileiro.”

Pelo que escreveu, mereceu pertencer aos quadros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

## BIBLIOGRAFIA DE AMÉRICO BRASILIENSE

**These para obter o grau de doutor em sciencias sociaes e juridicas.** São Paulo, 1860.

**Exposições de historia patria, feitas aos alumnos do collegio de S. João da cidade de Campinas.** São Paulo, 1873. Informa Sacramento Blake que estas preleções ou exposições foram depois publicadas pelo editor José Maria de Lisboa, com o título:

**Lições de história patria,** publicadas por José Maria Lisboa. 2ª edição. S. Paulo, Typ. da “Provincia”, 1877. XVI + 375 páginas.

Sacramento Blake registra, ainda, **Elogio aos Paulistas**, artigo inserto no “Almanack de Campinas” de 1873.

**Os Programas dos Partidos e o 2º Imperio.** Primeira parte: Exposição de Princípios. São Paulo, Typographia de Jorge Seckler, 1878. 206 páginas + 56 em algarismos romanos.

**Os Programas dos Partidos e o Segundo Império.** Apresentação de Luiz Vianna Filho; introdução de Washington Luís Neto. Brasília, Senado Federal/Rio de Janeiro, Casa de Rui Barbosa, 1979. 232p. (Coleção Bernardo Pereira de Vasconcelos, v. 23). Nesta segunda edição foi eliminada a duplicidade de paginação entre arábicos e romanos. Foi preferida a numeração contínua. Da mesma forma, suprimiu-se, na página de rosto a indicação constante da edição original de que se tratava apenas da primeira parte da obra, embora na última página do texto tenha se conservado a expressão “Fim da primeira parte”.

## SELETA

### O ESPÍRITO REPUBLICANO EM SÃO PAULO

Américo Brasiliense

A História da Província de São Paulo não narra sucessos que mostrem ter ela apresentado um partido regularmente organizado, com programa definido, em sustentação da bandeira republicana.

O pronunciamento franco nesse sentido começou, nesta província, no correr do mês de dezembro de 1870, quando adesões foram feitas ao **Manifesto**, que o jornal **A República**, na Corte, publicou a 3 do referido mês.

É certo entretanto que em seu passado se encontra uma série de fatos, revelando a altivez e independência do espírito paulista, o seu entusiasmo pelos princípios liberais, e notavelmente uma expansão de vida municipal, fecunda em benefícios, e admirável relativamente aos tempos, que eram de pouca ilustração pública.

Não se prendiam as municipalidades a considerações de hierarquia administrativa, não perdiam o tempo em consulta às autoridades superiores, não pediam a estas as inspirações para o bom procedimento.

Elas por si mesmas estudavam as necessidades locais, tomavam as providências, e faziam o que julgavam de mais utilidade aos municípios.

Se apareciam casos, em que medidas de certa gravidade deviam ser postas em prática, quer de interesse geral, quer de interesse municipal, as Câmaras não procediam só por sua própria deliberação. Então convidavam o povo para uma, e às vezes mais reuniões, apresentavam a idéia, ouviam pareceres, e afinal punham em execução aquilo que tinha sido resolvido por todos ou pela maioria.

As Câmaras associavam assim à sua a responsabilidade dos municípios. Inúmeros são os exemplos deste proceder, e entre eles alguns vão expostos a fim de que se possa julgar o que foi em outro tempo a vida municipal.

É sabido que aos 13 de julho de 1640 o povo desta cidade expeliu os jesuítas, que aqui se achavam, e os que estavam em outros

pontos da Capitania fugiram em conseqüência do pronunciamento contra eles naquele dia. Logo depois a Câmara dirigiu ao Rei de Portugal uma representação contra eles. Não obstante, o governo da metrópole expediu o Alvará de 3 de outubro de 1643, restabelecendo os jesuítas em suas igrejas e na administração das aldeias de índios. O Alvará porém não foi cumprido.

As vilas constituíram procuradores e estes reunidos na de S. Vicente deliberaram impor condições para a admissão dos jesuítas. Só depois que por parte destes foram aceitas, permitiram os paulistas, que eles voltassem, o que se verificou em 1653, e que permanecessem na Capitania.

Em 1821, em Itu, a enérgica atitude popular fez que o ouvidor, até então irresoluto, deferisse o juramento das bases da Constituição (que as Cortes portuguesas estavam fazendo) não só ao colégio eleitoral, mas também às Câmaras da Comarca.

Igualmente foi indicado nessa ocasião que se fizesse sentir ao Governador Oyenhausen a necessidade de serem executadas as disposições do decreto de 8 de junho (autorizando o juramento das bases da Constituição) nos outros pontos da província.

Em junho do mesmo ano a Câmara, povo e tropa desta capital reuniram-se e organizaram um governo provisório, dando a presidência àquele governador.

Em junho de 1822 as Câmaras de Sorocaba e de Itu, em vista da divergência que desde 23 de maio apareceu entre os membros do governo provisório, resolveram não prestar-lhe obediência, e constituir um **governo temporário na cabeça da Comarca**.

Em fevereiro de 1824, apresentada à Câmara de Itu a cópia do projeto da Carta Constitucional, que o 1º Imperador oferecia à Nação, a municipalidade convocou o povo, e ouviu o parecer de uma comissão e o aceitou, fazendo observações sobre o projeto.

Em 1842 ainda foi uma Câmara, a de Sorocaba, quem convocou o povo, e em grande reunião proclamou a revolução, investindo o Brigadeiro Tobias no cargo de presidente da Província, e protestando contra a lei que interpretou o Ato Adicional, contra a que criou o Conselho de Estado e contra a que reformou o Código do Processo, considerados inconstitucionais pela Câmara e povo.

Vejamos agora como se formou o partido republicano.

Nesta Província, como na Corte, o partido **radical** precedeu a organização do republicano. Teve ele **Clubes** nesta Capital, em Campinas, no Amparo e em outros pontos. Como órgão daquele Clube publicou-se nesta cidade o **Radical Paulistano**, trazendo em todos os números o programa radical.

Depois do aparecimento do Manifesto de 3 de dezembro de 1870, todos os Clubes Radicais declararam-se republicanos, e fundaram-se novos em algumas localidades.

Daquele ano em diante a propaganda destes princípios efetuou-se com grande atividade da parte de seus adeptos: vários jornais apareceram em diversos lugares.

Reconhecia-se entretanto a necessidade do acordo de esforços e de unidade de vistas dos republicanos. O trabalho isolado, sem uma organização regular do partido, nunca poderia produzir todos os benéficos efeitos, que só mais íntimas relações entre os correligionários e a união de todos na defesa da bandeira assegurariam. Isto foi compreendido por vários cavalheiros, residentes uns nesta cidade e outros fora dela.

(A seguir, o autor passa a descrever as diversas reuniões republicanas realizadas em São Paulo e em outras cidades para a fundação definitiva do Partido Republicano na Província).

**(Os Programas dos Partidos e o Segundo Império**, pp. 96-101. São Paulo, Typ. de Jorge Seckler, 1878. Na reedição Senado Federal/Casa de Rui Barbosa, de 1979, o trecho supra ocorre às pp. 92-96).

## RABISCOS DE UM ESCRIVINHADOR

(Nessa seção reproduzimos algumas das crônicas semanais publicadas pelo responsável por esta revista às quartas-feiras, no **Correio Popular** de Campinas. Para identificação e referência bibliográfica, indicam-se as datas em que foram publicadas).

### 192. DO GRAMADO AOS ARQUIVOS

Precisamente há vinte e cinco anos (1963), tive oportunidade de participar, no Rio de Janeiro, de um congresso promovido pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, comemorativo do bicentenário, que então transcorria, da transferência da capital do Brasil da Bahia para o Rio de Janeiro. O que representou essa importante reunião encontra-se espelhado nos alentados volumes dos respectivos anais. Um dos pontos altos da programação do congresso foi a recepção oferecida pelo casal Ana Amélia/Marcos Carneiro de Mendonça, em sua suntuosa residência no Cosme Velho. Inesquecível noite! À qualidade excepcional da recepção, aliaram-se reais momentos de finíssima arte com a participação do magnífico conjunto câmara de Roberto de Regina.

Já conhecia Ana Amélia pelo menos de vinte anos antes, época em que tinha a meu cargo a seção de Ensino do antigo “Correio Paulistano”, quando me foi dado o privilégio e o prazer de entrevistá-la, no Rio de Janeiro, a propósito de importante obra que a ilustre dama vinha realizando com a Casa do Estudante do Brasil. Por diversas vezes, a **Nota Pedagógica**, que escrevia diariamente para o velho órgão da Imprensa paulistana, ocupou-se de seu trabalho, o que nos propiciou correspondência relativamente freqüente. Além de ilustre dama da sociedade carioca, era Ana Amélia poetiza de fina sensibilidade, com diversos livros publicados.

Quanto ao seu esposo, só o conhecia de nome e pelos seus importantes trabalhos sobre a história do Brasil no século XVIII, notadamente a era pombalina. E também pela lembrança de um dos pioneiros do futebol em nosso País, ao tempo do amadorismo, quando foi goleiro (“goal-keeper”, como então se dizia) do Fluminense. Embora não durasse muito a fase futebolística de sua vida, conservou, contudo, ao longo dos

muitos anos que viveu, um acentuado interesse pelo esporte e pelo seu querido Fluminense. Tanto, que a notícia de seu falecimento, há cerca de um mês, foi registrada com grande destaque pela Imprensa, mas na seção de futebol, embora dele estivesse desvinculado há mais de setenta anos... A “manchete” que um dos jornais estampou foi significativa: “Flu chora seu elegante Marcos”. E a esse título seguia-se uma boa notícia, inclusive de sua obra de historiador e de homem de empresa, ligado a empreendimentos siderúrgicos.

Este homem admirável, que um dia trocou o gramado pelos arquivos, tornando-se um dos grandes historiadores brasileiros, membro assíduo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e com trabalhos fundamentais para o conhecimento de uma boa porção da história de nosso País, encantava a todos pela distinção e fidalguia, manifestadas de início na recepção que recordei, e continuadas nas diversas outras vezes em que tive oportunidade de encontrá-lo. O velho Marcos merece outra nota. 23-11-1988.

\*

### 193. AINDA O VELHO E ELEGANTE MARCOS

Depois da linda festa de 1963, que recordei em nota anterior, tive outras oportunidades de visitar Marcos Carneiro de Mendonça, comprazendo-se ele sempre em mostrar a todos que o visitavam a riqueza que abrigava sua casa em matéria de obras raras e, especialmente, de documentação do mais alto interesse para o período de que cuidava, qual seja o Brasil setecentista. Divulgou muitas peças de seu valioso acervo. E não só com relação à Amazônia na era pombalina, mas igualmente com referência às Minas Gerais, particularmente à obra de Manuel Ferreira da Câmara Bittencourt e Sá, o “Intendente Câmara” (como ficou conhecido), que foi intendente geral das minas dos diamantes no fim do século XVIII, “um dos homens que mais e melhor souberam concorrer para a fixação de nossa nacionalidade, criando desde a sua chegada à Demarcação Diamantina, que até então só fora administrada por portugueses, um vigoroso núcleo de brasilidade”, como escreveu Marcos no prefácio ao alentado volume que dedicou ao “Intendente Câmara”.

Apresentado originalmente ao Segundo Congresso de História, promovido pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1931 e publicado nos respectivos “Anais”, o importante trabalho de Marcos Carneiro de Mendonça foi reeditado duas vezes, com o texto revisto e a documentação posta em linguagem atual para maior facilidade de leitura. Constitui, inegavelmente, peça básica para a história da ciência em nosso

País. A última edição integrou a preciosa coleção “Brasileira”, da Companhia Editora Nacional, volume 301, de 1958.

Muitos anos depois, encontramos-nos algumas vezes na velha Franca do Imperador, nas saudosas “Semanas da História”, promovidas pela unidade francana da Unesp, ao tempo em que a dirigia o professor Manuel Nunes Dias e das quais, pelo menos nos primeiros anos, Marcos Carneiro de Mendonça foi freqüentador assíduo. Carregava já, na época, o peso da viuvez, pois Ana Amélia falecera em março de 1971. A perda da esposa marcou-lhe profundamente a existência, não mais tirando a roupa de luto que bem o caracterizou nos últimos anos de sua vida. Mas, não deixou, por isto, de ser o bom companheiro, tanto nas sessões de estudos das reuniões francanas, como nos jantares a que íamos após os trabalhos. Seu estado de saúde impediu-o de comparecer às últimas “Semanas” de Franca, como o impediu também de comparecer a reuniões da própria cidade em que sempre viveu.

Coisas do condicionamento, para encerrar esta nota em memória do bom amigo. Numa das últimas vezes em que o ouvi discursar, chamei a atenção de alguém que estava a meu lado para algo que me pareceu significativo: a gesticulação que Marcos punha em seus discursos tinha muito da de um goleiro defendendo sua área das bolas adversárias... Era o jovem e elegante “goal-keeper” que ficou no velho e ainda elegante historiador, que vem de desaparecer aos 94 anos de idade... 30-11-1988.

\*

#### 194. RECORDANDO NORALDINO LIMA

Em 1925, Fernando de Melo Viana, então presidente do Estado de Minas Gerais, empreendeu uma excursão ao trecho mineiro do vale do São Francisco, mais precisamente de Pirapora a Januária. A importante região começava a despertar o interesse do governo mineiro no sentido de seu melhor aproveitamento e parece ter sido este o objetivo da viagem, realizada no “Wenceslau Brás”, na época o melhor e mais moderno navio dentre os que singravam o grande rio.

Como de praxe, brilhante comitiva acompanhou o chefe do governo mineiro. Integram-na, entre outros, Juscelino Barbosa, que havia sido prefeito de Poços de Caldas no início do século, e Noraldino Lima, na época diretor da Imprensa Oficial de Minas Gerais. A este coube descrever a viagem, em artigos publicados em “O Minas Gerais”, e depois reunidos em livro. Era Noraldino Lima uma grande inteligência mineira de então. “Doublée” de intelectual e homem público, deixou brilhante folha de serviços ao seu Estado. Mais tarde, no governo de Olegário Maciel, ocuparia

uma das Secretarias do Estado. Lembro-me bem (pois na época vivia em Juiz de Fora) de que, por ocasião do falecimento do presidente Olegário, em setembro de 1933, o nome de Noraldino era um dos mais cotados para o cargo de Interventor federal nas Alterosas. É sabido que, com a Revolução de 1930, quando todas as unidades da Federação foram submetidas à intervenção federal, Minas Gerais constituiu a única exceção. O velho Olegário Maciel, que assumira o governo naquele mesmo ano de 1930, fora mantido no poder, conservando suas prerrogativas presidenciais, enquanto todos os outros presidentes e governadores foram depostos e substituídos por loco-tenentes do governo provisório de Vargas, situação que se prolongou até a promulgação da nova Constituição, o que só ocorreu em meados de 1934.

Mas, voltando a Noraldino. Não era chegada ainda a vez de governar seu Estado. Isto só ocorreu muito mais tarde, com a crise surgida após a queda de Vargas em 1945, quando o ilustre homem público ocupou o poder apenas nos últimos dois meses de 1946. Natural de São Sebastião do Paraíso, onde nascera em 1885, faleceu no Rio de Janeiro, em 1951.

Mas, além de político, foi Noraldino Lima excelente escritor, tendo pertencido à Academia Mineira de Letras. Aos seus numerosos livros, em prosa e verso, acrescentou-se, em 1925, **No vale das maravilhas**, no qual registrou as impressões da viagem que realizou ao São Francisco em companhia de Melo Viana. Livro de cuja existência — confesso — sequer suspeitava, e que me foi revelado pelo prezado amigo dr. Leibnitz Tavares Hovelacque, de Poços de Caldas, que teve a gentileza de m'ó ceder para que eu o lesse durante os dias em que, há pouco, permaneci na bela estância mineira. Dele me ocuparei em próxima nota. 8-3-1989.

\*

## 195. PELO RIO SÃO FRANCISCO

É enorme a bibliografia sobre o Vale do São Francisco. Quem se dispusesse a arrolar o que sobre o grande rio já se escreveu, organizaria um volume de razoável dimensão. Desde as obras clássicas de Liais, Halfeld e Teodoro Sampaio, até estudos mais recentes, como os de Moraes Rego, Geraldo Rocha, Jorge Zarur, Orlando de Carvalho, Wilson Lins, entre outros. Na grande maioria, são livros técnicos e científicos, tratando da geologia ou das possibilidades econômicas do extenso vale. Alguns deles, contudo, descrevem a viagem, como, por exemplo, o de Orlando de Carvalho, publicado em 1937 na prestigiosa coleção "Brasiliana". Perguntei-lhe certa vez porque não reeditava seu livro. Respondeu-me sabiamente que, para tanto, precisaria fazer nova viagem, e isto não estava nas suas

cogitações. De fato, os relatos de viagem são facilmente superados, tais as transformações por que passam as regiões descritas. Transformações, infelizmente, nem sempre para melhor, como é precisamente o caso do São Francisco, região que bem conheço, pois também tive oportunidade de percorrer todo o seu vale, quando isto era possível.

A essa bibliografia acrescento agora o livro de Noraldino Lima, ao qual me referi em nota anterior. Publicado em 1925, pela Imprensa Oficial de Minas Gerais, tornou-se bastante raro. Reúne os artigos publicados em "O Minas Gerais", logo após a excursão realizada pelo autor em companhia de Melo Viana, então presidente do Estado de Minas, no trecho compreendido entre Pirapora e Januária. Livro de pouco mais de duzentas páginas, mas em formato pequeno, que se lê num fôlego. E abordando aspectos significativos da vida do grande rio, desde problemas de navegabilidade e descrições das diversas povoações ribeirinhas, até os aspectos humanos das populações que as habitavam. E, encerrando, uma poética descrição de um crepúsculo no rio.

Encerra-se o volume com uma entrevista do próprio Melo Viana a um jornal do Rio de Janeiro, na qual falou se seu entusiasmo pelo São Francisco e do seu programa para o melhoramento da riquíssima região. Programa vasto, mas infelizmente apenas teórico, jamais posto em prática. Meses depois, Melo Viana deixaria a presidência de Minas, na qual foi substituído por Antônio Carlos, mas o grande Andrada não demonstrou pelo "Velho Chico" o mesmo entusiasmo de seu antecessor. O que se viu, ao contrário, foi o abandono e a conseqüente deterioração do rio. O título que lhe deu Vicente Licínio Cardoso, de "rio da unidade nacional" (retomado por Orlando de Carvalho para seu livro), é lindo, mas pouco corresponde ao seu passado histórico e, menos ainda, à sua realidade presente.

Lembre-se, apenas de passagem, que Melo Viana, após seu governo nas Alterosas, tornou-se o vice-presidente da República no quadriênio de Washington Luís, de 1926 a 1930, quando foram, ambos, depostos pela revolução que em outubro deste último ano eclodiu no País. Exilado, viveu dois anos na Europa. Retornando ao Brasil, voltou à vida política como senador pelo seu Estado, participando da Constituinte de 1946. Faleceu na antiga Capital Federal, em 1954. 15-3-1989.

\*

## 196. RETRATO DA PARAÍBA

O transcurso, há pouco, do quarto centenário da Paraíba ensejou a publicação por parte do governo daquele Estado de um vasto programa editorial constante de material de primeira qualidade para o melhor

conhecimento não só da Paraíba propriamente dita, mas de todo o Nordeste. Tive o privilégio de tomar contacto com boa parte desse programa editorial graças à gentileza do preclaro amigo e colega, professor José Octávio de Arruda Mello, a quem o governo paraibano atribuiu a coordenação do que se editou. Contou José Octávio com uma equipe de excelentes colaboradores, sendo de se registrar os nomes de Evandro Nóbrega, Wellington Aguiar e Gonzaga Rodrigues.

Dentre o muito que se publicou, gostaria de dar um destaque especial ao belo volume **Capítulos da História da Paraíba**, alentado tomo de cerca de setecentas páginas. Trata-se de obra coletiva, coordenada pelos referidos escritores e na qual colaboraram mais de uma centena de expressivas figuras da cultura paraibana. Constituem o livro quatro grandes partes: 1. O processo histórico paraibano (com 57 capítulos); 2. Estudos especiais (econômicos, sociais, culturais, com 32 capítulos); 3. Das Instituições Paraibanas (com 11 capítulos); e 4. No rastro de uma cidade, esta, particularmente sobre a capital (com 10 capítulos). Tudo isto, além de uma introdução de cinco capítulos. Enfim, 115 capítulos, abrindo o mais variado leque para que se possa oferecer um retrato do Paraíba.

Ao apresentar o volume, o senhor Secretário da Educação do Estado paraibano ressaltou o quanto esta obra poderá ser útil às escolas de primeiro e segundo graus, “bem como ao grande público”. A história que nele se condensa — diz, ainda, o prefaciador — “não é a do passado, por meio de datas e ‘barões assinalados’, mas a do futuro através da análise vigorosa e crítica de nossas estruturas. Ela é um somatório que, iluminando o presente, antecipa o futuro que somente sobreviverá mediante eliminação dos pontos de estrangulamento, a seguir esboçados”.

Cumprе lembrar, entretanto, que os **Capítulos da História da Paraíba** não dispensaram as datas e nem os “barões assinalados”, sem os quais a história não se localizaria nem no tempo e nem no espaço. Mas, foram empregados adequadamente, sem o quase inevitável cansaço do leitor, que sempre ocorre em obras desta natureza. Não sei de outro Estado do Brasil que possa oferecer, num só volume, obra tão significativa, a constituir verdadeiro “retrato” do pequenino Estado do Nordeste. Como seria bom se isto pudesse servir de exemplo a outras unidades da Federação, a começar por São Paulo, onde não se consegue encontrar um livro sequer que apresente o seu retrato. 18-1-1989.

## 197. DE SÃO PAULO AO PARANÁ NO SÉCULO PASSADO

Em 1844, três jovens paranaenses, estudantes da Academia de Direito de São Paulo, empreenderam um passeio ao Paraná, na época ainda

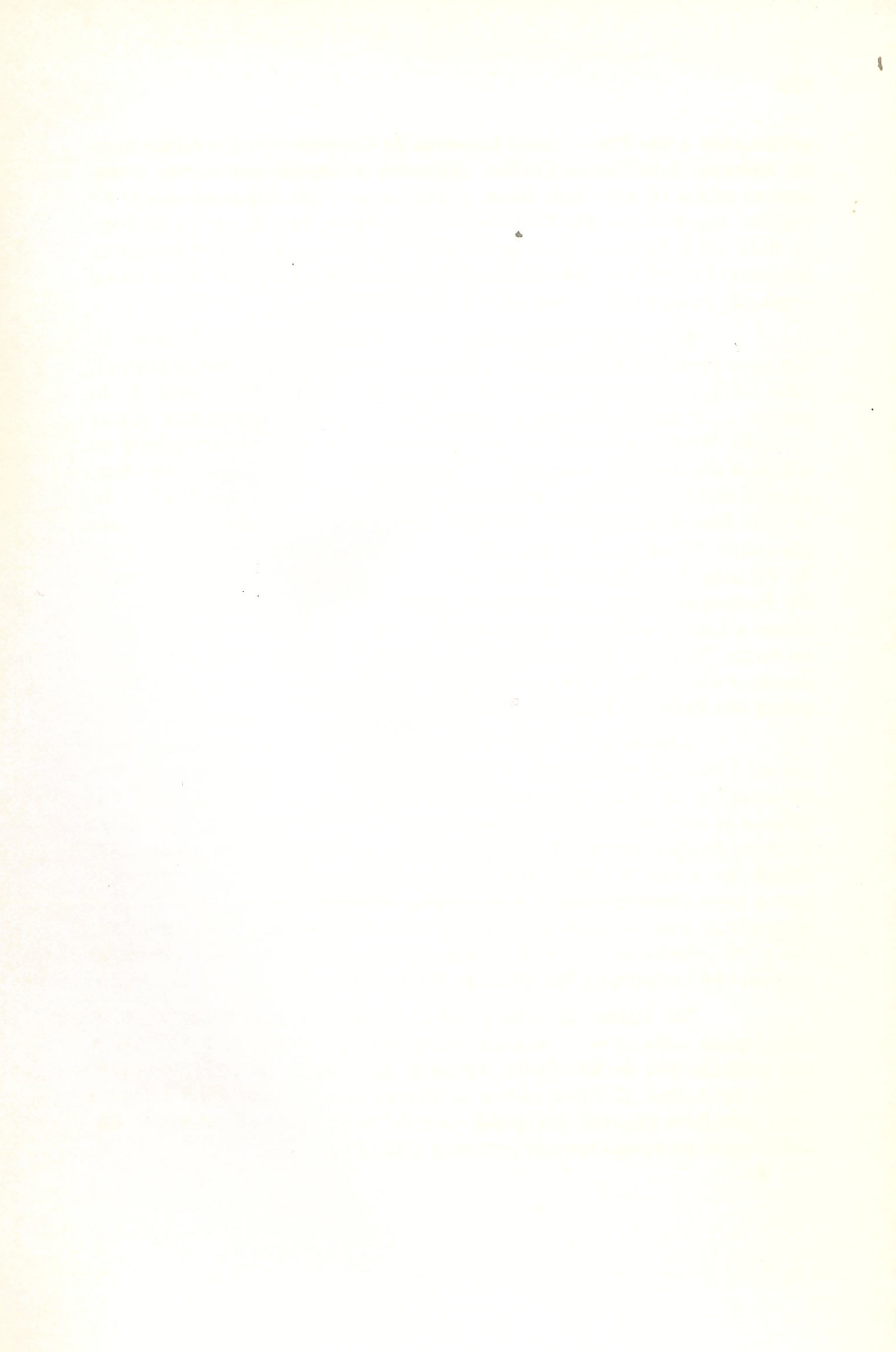
pertencente a São Paulo, como **Comarca de Curitiba**. Um dos excursionistas Salvador José Corrêa Coelho, descreveu a viagem, publicando o respectivo relato 16 anos mais tarde, portanto em 1860. Volumezinho de 87 páginas, impresso em São Paulo pela Typographia da Lei, na rua do Jogo da Bola, nº 5. Esta rua “do Jogo da Bola” é a que atualmente se denomina Benjamin Constant, e que estabelece ligação entre a Praça da Sé (na época ainda não existente) e o Largo de São Francisco.

Mais de um século depois, em 1966, fez-se, por iniciativa do Instituto Histórico Paranaense e aos cuidados da Livraria Kosmos Editora, uma reedição fac-similar, limitada apenas a quinhentos exemplares, do curioso e raríssimo relato da excursão dos três jovens paranaenses. A esta reedição, Newton Carneiro antepôs prefácio advertindo o leitor quanto ao interesse do livrinho. Boa parte da viagem foi feita por regiões das quais praticamente não existem descrições, ou seja o litoral de São Paulo e do próprio Paraná. O passeio foi circular: foram por um caminho e voltaram por outro. Na ida, seguiram a rota costeira, descendo a Santos e alcançando Paranaguá, via Itanhaem, Peruíbe (que mal existia), Iguape, Cananéia. De Paranaguá foram a Morretes e subiram a serra até Curitiba, donde foram a Lapa (então mais conhecida por “Príncipe”), terra natal do autor do relato. Na volta, tomaram a rota dos tropeiros que de São Paulo demandavam o Sul do País: Palmeiras, Ponta Grossa, Castro, Itararé, para alcançarem São Paulo via Itapetininga e Sorocaba.

Adverte o sr. Newton Carneiro que o relato do jovem paranaense vem todo entremeado — como de hábito na época — com numerosas citações literárias, nas quais se alternam Ovídio, Dante Alighieri, Camões, e às vezes alusões folclóricas ou frases de incrível pieguice, que chega a tornar insuportável a leitura. Recomenda mesmo que o leitor salte essas divagações a fim de melhor poder saborear os registros interessantíssimos que o livro contém sobre o que o autor observou na viagem: descrições geográficas, aspectos humanos, condições econômicas das regiões percorridas e até referências históricas, como, entre outras, a relativa à revolução que em 1842 eclodiu na Província de São Paulo.

No tempo decorrido entre a viagem e a publicação do livro — quase vinte anos —, ocorreu algo muito significativo para o Paraná: a sua emancipação de São Paulo, tornando-se, a partir de 1853, uma província autônoma. O autor não se conforma com o nome **Paraná** dado à nova província imperial, preferindo que ela continuasse se chamando **Curitiba**, como no tempo em que pertencia a São Paulo. 22-2-1989.





## **UNIDADES UNIVERSITÁRIAS**

### **I – INSTITUTOS**

1. Instituto de Artes e Comunicações
2. Instituto de Ciências Biológicas
3. Instituto de Ciências Exatas
4. Instituto de Ciências Humanas
5. Instituto de Filosofia
6. Instituto de Informática
7. Instituto de Letras
8. Instituto de Psicologia
9. Instituto de Teologia e Ciências Religiosas

### **II – FACULDADES**

1. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
2. Faculdade de Biblioteconomia
3. Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administrativas
4. Faculdade de Ciências Médicas
5. Faculdade de Ciências Tecnológicas
6. Faculdade de Direito
7. Faculdade de Educação
8. Faculdade de Educação Física
9. Faculdade de Enfermagem
10. Faculdade de Odontologia
11. Faculdade de Serviço Social

### **III – INSTITUIÇÕES COMPLEMENTARES**

- a) Biblioteca Central
- b) Centro de Ensino  
Colégio de Aplicação “Pio XII”  
Colégio Comercial da Academia “São Luís”
- c) Centro de Processamento de Dados
- d) Museu Universitário

